



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

HELOISIA FONTES SANTOS

**INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA (SE): 2002 A 2012**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015**

HELOISIA FONTES SANTOS

**INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO
DE ESTÂNCIA (SE): 2002 A 2012**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia no Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Economia, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais da Universidade Federal de Sergipe, Campus de São Cristóvão (SE).

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira
Lacerda de Melo

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Heloísia Fontes.

Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do
Município de Estância: 2002 A 2012– São Cristóvão,
SE
2015.

130. II. Color.

Dissertação (Mestrado Profissional em
Desenvolvimento Regional e Gestão de
Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de
Sergipe, 2015.

Orientador: Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

1. Industrialização 2. Estrutura Produtiva, 3.
Desenvolvimento Econômico.

HELOISIA FONTES SANTOS

**INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO
DE ESTÂNCIA (SE): 2002 A 2012**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia no Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Economia, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais da Universidade Federal de Sergipe, Campus de São Cristóvão /SE.

Dissertação de Mestrado defendida por Heloísia Fontes Santos e aprovada em outubro de 2015 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Orientador - Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Elmer Nascimento Matos
Membro Interno - Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Saumíneo da Silva Nascimento
Membro Externo - Superintendente do Banco do Nordeste do Brasil em Sergipe

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, único protetor, de quem sequer não desgrudo nenhum momento da minha vida, responsável por esta obra.

A minha família, na pessoa de minha amada mãe Maria Piedade; foi a primeira vez que fiquei tão distante dela com essa pesquisa.

Às três pessoas especiais que acompanharam essa missão durante esses dois anos. Magda, Fernanda e Brenna.

Ao SEBRAE, empresa em que trabalho há vinte anos dedicando meu conhecimento e profissionalismo, minha segunda família.

Agradeço ao Diretor Superintendente, Emanuel Sobral, ao Diretor Técnico Marcelo Barreto, ao Diretor Financeiro Eduardo Prado pela parceria formada com a UFS/SE, certamente formando melhores profissionais para o SEBRAE/SE.

Com toda sinceridade à equipe que gerencio no escritório do SEBRAE em Estância; sem vocês nada disso seria possível. Alberto Menezes, José Silveira, Maria Helena, Silvanete dos Santos, Solange Alves, Carina Pugliase e Symone Menezes e aos meus nobres colegas da Sede em Aracaju/SE.

À turma 2013.2, em especial aos meus inesquecíveis colegas, Marleide Alcântara, Thiago Oliveira, Júlio Amaro, Jacy Sampaio, Jussara Carvalho, Ana Teresa, José Melquíades, Marco Otávio, Bianca Esperidião, Máisa Amorim, Lea Duarte, Ledivânia, Emerson e Carlos.

Aos empresários e gerentes das indústrias de Estância que me concederam as entrevistas e a Laércio Viana, diretor da Secretaria de Indústria e Comércio.

À equipe do NUPEC da Universidade Federal de Sergipe, turma inesquecível, em especial ao coordenador Professor Dr. Wagner Nóbrega pela atenção e educação com que trata os alunos.

Aos meus mestres, professores doutores: Ricardo Lacerda, Elmer Matos, Wagner Nóbrega, Tácito Augusto, Ricardo Santana, Marco Jorge, Jenny Dantas e Dean Hansen.

À Banca:

Dr. Saumíneo Nascimento, Superintendente do Banco do Nordeste em Sergipe, Obrigada por fazer parte da minha banca.

Ao meu coorientador, querido Professor Elmer Matos, que não mediu esforços para orientar com os conhecimentos adquiridos ao longo da sua profissão de docência na UFS/SE. Muito agradecida.

Ao meu Mestre, Professor Dr. Ricardo Lacerda, com cujos ensinamentos tornei-me verdadeiramente uma economista mestra pela Universidade Federal de Sergipe – com seu jeito calmo, mas de uma competência incontestável. Serei eternamente agradecida pelos conhecimentos.

INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA (SE): 2002 A 2012

Heloisa Fontes Santos¹

RESUMO

O trabalho analisa a industrialização no município de Estância tomando como referência os anos 1990 a 2000. Nesse interregno, constatou-se que os efeitos da abertura econômica transformaram alguns setores produtivos na economia brasileira, notadamente o setor têxtil no município de Estância. Segundo o IBGE (2012), no final da década de 90, o PIB municipal respondia por 7,35% da participação do estado, mas em 2012 esse percentual caiu para 4,7%. O PIB da indústria de Estância no VAB respondia em 2002 por 10,0% da participação estadual; em 2012 esse percentual caiu para 6,8% da indústria sergipana. Também se percebe que, nos anos 2000, o número de estabelecimentos da indústria estanciana cresceu em umas atividades, influenciado pelo novo ciclo de expansão da economia brasileira e pelo apoio do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), retomando o crescimento com a chegada de novas empresas a partir de 2009. Assim, para estudar os efeitos do PIB municipal e industrial, os estabelecimentos totais e industriais, o emprego total e industrial de Estância, foi utilizado o método estruturalista com pesquisa de análise comparativa e explicativa dos setores dessa municipalidade no período de 2002 a 2012.

Palavras-chave: Industrialização. Estrutura Produtiva. Desenvolvimento Econômico.

¹ Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Sergipe – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa e Pesquisa em Economia; e-mail: helokuka18@gmail.com

ABSTRACT

The paper analyzes the industrialization in the Estância municipality by reference to the 90 years to 2000. In this interregnum, it was found that the effects of economic opening turned some productive sectors in the Brazilian economy, especially the textile sector in the resort municipality. According to IBGE (2012) at the end of the 90 municipal PIB accounted for 7.35% of the State's participation, but in 2012 this percentage dropped to 4.7%. Although the Estancia's Industry PIB in VAB in 2002 accounted for 10.0% of the state share, in 2012 this percentage dropped to 6.8% of Sergipe industry. Also it is noticed in the 2000s the number of Estancia's industry establishments has grown in some activities, influenced by the new cycle of expansion of the Brazilian economy and the support of the Industrial Development Sergipe Program - PSDI, resuming growth with the arrival of new companies since 2009. Thus, to study the effects of Estancia's municipal, industrial PIB, total and industrial establishments, the total industrial employment, we used the structuralist method with comparative analysis and explanatory research sectors, of this municipality from 2002 to 2012.

Keywords: Industrialization. Productive structure. Economic Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sergipe - participação das atividades econômicas (2012).....	46
Tabela 2	Sergipe - estoque de empregos gerados no valor absoluto e relativo (1992-2002-2012).....	49
Tabela 3	Nordeste Sergipe – indústria têxtil e de confecções, números de estabelecimentos e empregos (1990-2000).....	51
Tabela 4	Sergipe - apresentação das treze microrregiões de Sergipe (1996-2006).....	56
Tabela 5	Sergipe - distribuição do número de empreendimentos pelo PSDI abertos entre microrregiões e o porte (1996 – 2006).....	56
Tabela 6	Sergipe - distribuição do número de empregos previstos pelo PSD dos empreendimentos abertos entre microrregiões e o porte (1996 – 2006).....	57
Tabela 7	Sergipe – distribuição dos investimentos previstos pelo PSDI dos empreendimentos abertos entre as microrregiões e o porte (1996-2006).....	57
Tabela 8	Sergipe – consumo de algodão e o número de teares e operários (1992).....	61
Tabela 9	Sergipe e Estância – evolução populacional entre os anos (2000 - 2010).....	66
Tabela 10	Sergipe e Estância- população rural x urbana (2010).....	67
Tabela 11	Estância- população residente por gênero (2010).....	68
Tabela 12	Sergipe e Estância- cor e raça (2010).....	69
Tabela 13	Estância - índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM (2010).....	70
Tabela 14	Sergipe e Estância - nível de instrução (2010).....	71
Tabela 15	Sergipe e Estância - domicílios particulares permanentes e média de moradores (2010).....	72
Tabela 16	Sergipe e Estância - condições de ocupação dos domicílios permanentes (2010).....	72
Tabela 17	Brasil, Sergipe e Estância - indicadores relacionados à habitação (2010).....	73
Tabela 18	Sergipe e Estância - posição na ocupação do trabalho principal	

	(2010).....	74
Tabela 19	Sergipe e Estância - grandes grupos de ocupação do trabalho principal (2010).....	74
Tabela 20	Estância - volume de financiamento do programa microcrédito crediamigo (2002/2012).....	75
Tabela 21	Estância - volume de financiamento do programa agroamigo rural (2012).....	76
Tabela 22	Estância - volume de famílias beneficiadas no programa bolsa família e valor em R\$ repassado (PBF) (2004-2012).....	77
Tabela 23	Estância - volume de famílias com benefícios no cadastro único (2012).....	77
Tabela 24	Estância - volume de financiamento com recursos do FNE-indústria 2002 – 2012.....	78
Tabela 25	Brasil, Sergipe e Estância – renda per capita (2010).....	79
Tabela 26	Estância – participação do município nas principais culturas de Sergipe (2002-2012).....	82
Tabela 27	Estância - produção da laranja, lavoura permanente (2004).....	83
Tabela 28	Estância - produção da laranja, lavoura permanente (2012).....	83
Tabela 29	Sergipe e Estância - pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 – sexo: homens e mulheres (2006).....	84
Tabela 30	Sergipe e Estância – número total de estabelecimentos na participação de Sergipe (absoluta e relativa/1990 - 2000).....	90
Tabela 31	Sergipe e Estância - número de estabelecimentos industriais na participação de Sergipe (absoluta e relativa /1990 - 2000).....	91
Tabela 32	Estância - evolução dos estabelecimentos e vínculos, por subsetor, na economia de Estância (2002-2012).....	93
Tabela 33	Estância - número de estabelecimentos e empregos no município (2012).....	94
Tabela 34	Estância - evolução dos estabelecimentos industriais e vínculos por subsetor, na economia de Estância (2002-2012).....	96
Tabela 35	Estância - quantidade de estabelecimentos, por porte (2002).....	97
Tabela 36	Estância - quantidade de estabelecimentos, por porte (2009).....	98
Tabela 37	Estância - quantidade de estabelecimentos, por porte (2012).....	98
Tabela 38	Sergipe e Estância - estoque de emprego na participação de	

	Sergipe (absoluta e relativa/1990 – 2000).....	99
Tabela 39	Sergipe e Estância - estoque de empregos na indústria na participação de Sergipe (absoluta e relativa 1990/2000).....	100
Tabela 40	Estância - evolução da participação de empregos por subsetor da indústria (2002 - 2009 - 2012) (%).....	101
Tabela 41	Estância - evolução da participação de empregos por subsetor da indústria de transformação (2002 - 2009 - 2012) (%).....	102
Tabela 42	Sergipe/Piranema - produção média/ mensal de petróleo e gás natural em bbl/dia e mil m ³ /dia (2010).....	103
Tabela 43	Sergipe/Piranema - produção média/ mensal de petróleo e gás natural em bbl/dia e mil m ³ /dia (2015).....	104
Tabela 44	Estância – valor das exportados (US\$ - FOB) (2002-2012).....	106
Tabela 45	Estância - principais produtos exportados (2006-2005).....	106
Tabela 46	Estância – principais produtos exportados (2012-2011).....	107
Tabela 47	Estância - empresas beneficiadas pelo PSDI – (1996-1997-1999)	109
Tabela 48	Estância - empresas beneficiadas pelo PSDI (2002-2012).....	110
Tabela 49	Estância - evolução dos estabelecimentos e emprego, por subsetor de serviços, na economia de Estância (2002-2012).....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Sergipe - participação dos setores no VAB a preços básicos (2002-2012).....	47
Gráfico 2	Sergipe- participação da indústria no VAB a preços básicos (1995-2012).....	50
Gráfico 3	Estância - população residente por gênero (2010).....	68
Gráfico 4	Estância - população por cor e raça (2010).....	69
Gráfico 5	Estância - nível de instrução (2010).....	71
Gráfico 6	Estância - participação do município no VAB Agropecuário de Sergipe (2002-2012) (%).....	81
Gráfico 7	Estância - PIB a preços correntes na participação de Sergipe (2002 – 2012).....	86
Gráfico 8	Estância- participação do VAB da indústria na participação de Sergipe (2002-2012).....	87
Gráfico 9	Estância - participação dos setores no VAB da economia de Estância (2002-2012) (%).....	88
Gráfico 10	Estância – repasse de royalties (2007–2013).....	105
Gráfico 11	Estância - VAB a preços correntes dos serviços, administração, saúde, educação pública e seguridade social na (%) de Sergipe (2002-2012).....	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
AGROAMIGO	Programa de Microcrédito Rural do BNB
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
CDI	Certificado de depósito interbancário
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe
CREDIAMIGO	Programa Microcrédito Produtivo Orientado-BNB
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agrário
EUA	Estados Unidos da América
FAI	Fundo de Apoio à Industrialização
FBKF	Formação Bruta do Capital Fixo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IED	Investimento Externo Direto
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INEC	Instituto Nordeste Cidadania-BNB
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
IPEA	Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MFI	Mercados Financeiros Internacionais
MPES	Micro e Pequenas Empresas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PBM	Programa Brasil Maior
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PND-NR	Plano Nacional de Desenvolvimento – Nova República (1986-1989)

PNUD	Programa Nacional das Nações Unidas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
RAIS	Relações Anuais de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFS	Universidade Federal de Sergipe
VAB	Valor Adicionado Bruto
VTI	Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: 2002-2012.....	19
2.1	A ABERTURA ECONÔMICA NOS ANOS 1990 E SEUS EFEITOS SOBRE O SETOR INDUSTRIAL.....	19
2.2	O NOVO DESENVOLVIMENTISMO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI ..	26
2.3	A PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL	31
2.4	O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	36
3	CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA.....	45
3.1	PANORAMA GERAL DA ECONOMIA SERGIPANA.....	45
3.2	PROGRAMA SERGIPANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (PSDI) COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PARA O ESTADO DE SERGIPE.....	52
3.3	HISTÓRICO E FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA.....	58
3.4	AS PRIMEIRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE ESTÂNCIA.....	60
3.5	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA.....	65
3.6	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	66
3.6.1	População Residente por Gênero.....	67
3.6.2	Cor ou Raça.....	68
3.6.3	Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH).....	69
3.6.4	Habitação.....	71
3.6.5	Situação do domicílio.....	72
3.6.6	Condições de ocupação.....	72
3.6.7	Indicadores de Habitação.....	72
3.6.8	Ocupação.....	73
3.6.9	Volume de Crédito – Microcrédito.....	74
3.6.10	Microcrédito Rural.....	76
3.6.11	Benéficos da Bolsa Família.....	76

3.6.12	Volume de Financiamento – Carteira de Crédito do Banco do Nordeste/Sergipe Estância.....	77
3.7	INDICADORES ECONÔMICOS.....	78
3.7.1	Produto interno bruto.....	78
3.7.2	Renda <i>per capita</i>	78
4	ANÁLISE DE RESULTADO DA ESTRUTURA PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA.....	80
4.1	SETOR PRIMÁRIO.....	80
4.2	SETOR SECUNDÁRIO/ PSDI ENTRE OS ANOS 2000 A 2012 em ESTÂNCIA.....	84
4.2.1	Comportamento dos principais setores da indústria em Estância no período de 2002 a 2012.....	89
4.2.2	Pesquisa PSDI Estância no período de 2002 a 2012.....	108
4.3	SETOR TERCIÁRIO.....	111
4.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
	REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da indústria brasileira a partir da década de 1990 foi pautado pelo processo de abertura econômica, tanto comercial quanto financeira, e se deu por meio da tentativa de integração do país com a economia mundial. O fenômeno causou impactos na indústria nacional.

O presente estudo tem o propósito de analisar as transformações da economia do município de Estância, localizado no sul de Sergipe, focando a pesquisa no setor industrial no período que vai do final do século XX ao início do século XXI.

Os anos 90 século passado foram marcados pela abertura comercial e pela desregulamentação da atividade econômica com diminuição das políticas de desenvolvimento regional na economia, e isso influiu negativamente sobre toda a economia nordestina, sergipana, principalmente sobre o setor têxtil que sofreu muito com o fechamento de empresas no estado e em Estância.

O PIB de Estância, que em 1999 representava 7,35% do PIB de Sergipe, em 2002 caiu para 6,3%, com tendência de queda: em 2012, respondia apenas por 4,7% (IBGE, 2012). O PIB industrial estanciano em 2002 respondia por 10,0% da participação estadual e em 2012 recuou para 6,8% da participação do estado.

O que justifica a opção pelo tema é o fato de que, desde os anos 1990, marcados pela abertura comercial e pela desregulamentação da atividade econômica com a menor presença do estado, a economia de Estância vem perdendo participação no PIB estadual. Nos últimos anos, todavia, desde 2009, é possível observar uma recuperação parcial da participação do PIB do município de Estância na economia estadual, em grande parte em função da chegada de novas empresas industriais.

De modo específico, no período em questão, analisa-se a estrutura econômica produtiva do município de Estância, observam-se as mudanças do PIB municipal na participação estadual, a participação do PIB no VAB industrial na participação de Sergipe, o emprego formal e total, emprego formal e industrial e o número de estabelecimentos totais e industriais. Como também se compara o desempenho industrial naquela localidade entre os principais setores produtivos, além de apresentar os efeitos do PSDI sobre a economia estanciana.

Foram analisadas as principais culturas permanentes no setor primário no período de 2002 a 2012, destacando-se o coco-da-baía que assumiu a primeira posição e respondia, em 2012, por 29,1%. A cultura da laranja representava, em 2012, a quarta posição e respondia por 4,2% da participação estadual. Em seguida, as culturas do mamão, manga, maracujá e tangerina. Como principais culturas temporais, destacavam-se a do abacaxi, depois, fava, amendoim, melancia e feijão (IBGE/PAM, 2012).

No setor secundário, conforme Brasil MTE/RAIS (2012), destacavam-se as atividades de alimentos e bebidas, principalmente o suco de laranja concentrado, as atividades têxteis, serviços de utilidade pública, indústria mecânica e indústria metalúrgica. No setor serviço, destacavam-se as atividades serviços técnicos profissionais e administração pública e saúde.

Dessa forma, a retomada da economia brasileira nos anos 2000 teve muitos efeitos sobre o Nordeste com o advento dos programas sociais e os novos investimentos em infraestrutura e de pólos de crescimento, combinados com programas de desenvolvimento de base local (MELO, 2014).

Em Estância, houve investimentos importantes no distrito industrial com o apoio do estado através do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, no final dos anos 1990 e nos anos 2000. Já existia a Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV) (1997), foram instaladas a Maratá Sucos do Nordeste S/A (2000) e a Tropfruit do Nordeste S/A (2000), culminando com a diversificação do suco de laranja com outras frutas, apresentando um cenário econômico positivo nas exportações do estado. Em 2012, Estância ganhava peso expressivo, pois respondia por 63,10% na participação da balança comercial sergipana. Instalou-se a Duas Rodas Indústria de Alimentos Ltda (2003). Surgiu o novo parque industrial têxtil, com a instalação da indústria Sergitex (2010). Instalou-se a Ipatinga Indústria de Comércio e Tecidos Ltda (2004), surgiu a Arumã Produtos Embalagens do Sergipe - CROWN (2011). Aconteceu a fusão do Grupo Constância Vieira em o CIT- Companhia Industrial Têxtil (2011). Todavia o estudo apresentará que o ano 2009 houve uma queda dos investimentos na economia estanciana.

Haja vista que os resultados, como serão mais à frente demonstrados, se criaram um cenário no qual a cidade de Estância reagiu em função de novos investimentos, a partir de 2010, mas essa retomada de investimentos não

proporcionou uma volta às posições relativas que o município detinha no início do período de tempo estudado.

O presente estudo fez uma análise comparativa envolvendo um conjunto de valores percentuais absolutos e relativos do setor secundário. Ainda assim, foi realizado um breve estudo do setor primário e terciário da economia de Estância. A análise deste estudo tomou como referência a coleta de dados através do IBGE, contas regionais, censo demográfico, censo agropecuário/PAM, MTE/RAIS, PNUD, além de entrevistas com pessoas ligadas às indústrias de Estância.

Portanto, para alcançar o objetivo proposto de estudar a industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Município de Estância no período de 2002 a 2012 será utilizada a análise estruturalista. Esse método foi desenvolvido por Lévi-Strauss, que parte da investigação de um fenômeno concreto e se eleva ao nível do abstrato. Segundo Lakatos (2005), na segunda etapa, analisa-se a realidade concreta dos diversos fenômenos. Este estudo foi associado à pesquisa explicativa. Conforme Andrade (2005) é um tipo de pesquisa mais complexo, registra, analisa e interpreta os fenômenos estudados, procurando identificar os fatores determinantes e as causas aprofundando o conhecimento da realidade.

Para isso, a dissertação está estruturada em cinco capítulos, incluindo o capítulo introdutório. No capítulo 2 será apresentado o desenvolvimento da indústria brasileira no período de 2002-2012. No capítulo 3, será apresentado a caracterização do desenvolvimento econômico no município de Estância. No capítulo 4, serão apresentadas as análises dos resultados da estrutura produtiva no município de Estância no intervalo de 2002 a 2012. No capítulo 5, serão apresentadas as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: 2002-2012

Os fundamentos e pressupostos apresentados neste capítulo objetivam permitir que esta pesquisa seja analisada dentro de um contexto histórico/teórico, com base em publicações e estudos realizados sobre o tema.

O presente capítulo faz uma análise da abertura comercial e do desenvolvimento da indústria no século XXI, objetivando compreender o desenvolvimento da indústria brasileira que apresentou sinais de recuperação ante o ocorrido na década de 1990 (OLIVA, 2010).

2.1 A ABERTURA ECONÔMICA NOS ANOS 1990 E SEUS EFEITOS SOBRE O SETOR INDUSTRIAL

A abertura comercial dos anos 90 trouxe importantes implicações sobre a atividade industrial brasileira. Várias cadeias produtivas foram desestruturadas, vários setores industriais foram internacionalizados, e assim o setor industrial apresentou uma redução muito expressiva de sua participação no produto interno bruto.

Dessa forma, Bonelli e Pinheiro (2012) declaram que o desempenho econômico de uma nação é influenciado, em grande parte, pelo seu grau de integração com a economia mundial e que a produtividade é o mais importante elo da corrente que permite a existência dessa mesma influência.

Spence (2011) também afirma que o patamar de associação de um país à economia global – ou seja, o seu grau de abertura – é uma variável determinante para a manutenção de “um elevado crescimento”, mas que esse processo deve ser calibrado de forma que a destruição e a criação de empregos, decorrentes da consequente reconversão produtiva, estejam em uma situação de equilíbrio.

Considerando que o processo de industrialização brasileiro, baseado na importação de tecnologia, trazia consigo três tipos de dificuldades adicionais (SICSÚ, 2000):

- a) A base produtiva local tem dificuldade em acompanhar a dinâmica da existente nos países centrais;

- b) O perfil de qualificação de mão de obra que não atende a contento às necessidades próprias do sistema produtivo; e
- c) O perfil das rendas observadas que, dados o seu volume e a sua concentração, é insuficiente para financiar os processos de renovação tecnológica.

Todavia Oliva (2010) também compartilha desse ponto de vista e coloca que um dos principais pontos de explicação para o sucesso do plano de estabilização conhecido como Plano Real foi o prévio equacionamento da dívida externa inadimplida no bojo da adesão do país aos preceitos do chamado Consenso de Washington.

A abertura econômica brasileira passa por três fases distintas: a primeira ocorre no biênio 1988/89, quando foram implementadas as primeiras medidas de liberalização comercial; o período 1990/93, durante o Governo Collor, quando da transformação da abertura (comercial e financeira) em política de Estado, e após a edição do Plano Real, em 1994, quando a abertura financeira assumiu a sua plenitude e a abertura comercial obedecia aos objetivos da política de estabilização então em voga (AZEVEDO; PORTUGAL, 1997).

Azevedo e Portugal (1997) chamam a atenção para o fato de que a abertura comercial brasileira traz em si duas peculiaridades: o seu grau de intensidade e a sua baixa reversibilidade. A primeira é vista no fato de que, em pouco mais de meia década, foram desfeitas todas as amarras que travavam o acesso da economia brasileira aos itens de importação, e a segunda, a quase impossibilidade de o governo “voltar atrás” nas medidas assumidas. As principais causas desse fenômeno foram o firmamento de acordos multilaterais, como o Mercado Comum do Cone Sul (MERSOSUL) e a adesão à Organização Mundial de Comércio (OMC).

Nesses dois cenários, a necessidade de equilíbrio reputacional – o qual imporia ao país a pronta observação dos compromissos assumidos e impediria o rompimento unilateral dos acordos – praticamente impedia a utilização, por parte do Brasil, de medidas protecionistas como instrumentos de política econômica (AZEVEDO; PORTUGAL, 1997).

À abertura comercial seguiu-se a abertura financeira que, de modo complementar, visava ampliar os resultados da primeira ao promover uma maior flexibilidade aos movimentos de capitais – tanto os destinados ao investimento

direto, quanto àqueles voltados para o investimento em carteira – e, ao mesmo tempo, buscava dar cabo das restrições de crédito advindas da Crise da Dívida da década de 1980.

Define-se como abertura financeira o processo de liberalização dos movimentos de capitais determinado pela maior facilidade de acesso de não residentes às operações dos mercados financeiros nacionais e à possibilidade de que esses realizem transações de caráter financeiro ou monetário denominadas em moeda estrangeira em pleno território soberano (ARIENTI, 2004).

Outrossim, o que se viu nos anos 1990 foi a tentativa de implementar um projeto de desenvolvimento de caráter liberal que supunha a rápida transmutação da economia brasileira numa economia similar à dos países centrais e assentava-se sobre quatro pilares (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002):

- a) Estabilidade de preços;
- b) Abertura comercial e valorização cambial;
- c) Privatizações e investimento estrangeiro; e
- d) Liberalização e previsibilidade cambial.

As reformas então indicadas possuíam um viés de curto prazo, que miravam na estabilização da economia – tais como a disciplina fiscal e a reforma tributária – bem como um conjunto de medidas estruturantes que tinham como alvo a redução do papel do Estado como principal indutor do desenvolvimento nacional, dentre as quais se destacam a abertura comercial e financeira (ARIENTI, 2004).

Kupfer (2003) advoga que de todas as formas de políticas de liberalização da economia, desde o final dos anos 1980, a que mais demonstrou um maior volume de consistência foi a abertura comercial. Ele identifica três momentos diferentes nessa jornada liberalizante:

- a) 1987 – Edição de uma reforma aduaneira que transformou em tarifárias diversas barreiras não tarifárias pré-existent;
- b) 1990 – Redução pela metade da tarifa nominal média de uma vasta gama de itens;
- c) 1994 - Antecipação do fim do cronograma de redução tarifária com a adoção da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL.

É curioso ressaltar que, conforme Tavares e Belluzzo (2002), o Brasil, a partir de meados dos anos 1990, foi o segundo principal destino de recursos

externos dentro da categoria de países periféricos. Nesse período, somente a República Popular da China o superou no quesito.

Destarte, as aberturas comercial e financeira mostraram-se eficazes na consecução de alguns dos seus desígnios: contribuíram para o arrefecimento dos índices de preços – no âmbito do programa de estabilização conhecido como Plano Real, em 1994 – e permitiram o financiamento dos déficits comerciais da década de 1990. Entretanto, ambas aumentaram a exposição da economia nacional à volatilidade internacional e, por conseguinte, a sua vulnerabilidade (SANTANA, 2007).

Entenda-se como volatilidade a ocorrência de mudanças abruptas na quantidade e no preço dos ativos – no presente caso, o capital externo e as *commodities* – que influenciam o volume, a composição, as condições, os prazos, os termos de troca e o próprio custo de transação da captação de recursos externos (GONÇALVES, 1998).

Por sua vez, a vulnerabilidade relaciona-se com a capacidade de resistência – ou resiliência – das economias nacionais em face dos determinantes das situações de desestabilização ou de choques exógenos, seja por meio dos instrumentos de política econômica usados como respostas disponíveis, seja sob a perspectiva dos custos dos ajustes necessários. Quanto maiores forem os custos e menores as opções de política econômica, maior a vulnerabilidade de um país (GONÇALVES, 1998).

Oliva (2010) também reforça o discurso de que os desequilíbrios das contas externas brasileiras, principalmente no interregno de 1995 a 1998, foram causados pela adoção conjunta, desde 1990, das aberturas comercial e financeira em combinação com as políticas de câmbio fixo sobrevalorizado e taxa básica de juros elevada.

Arienti (2004) chama atenção para o fato de que a literatura ortodoxa – cristalizada na Teoria da Repressão Financeira² desenvolvida por R. I. McKinnon e E. S. Shaw – previa, no entanto, uma abordagem sequencial para a concretização da liberalização financeira externa, em que a abertura comercial e a liberalização

²“A teoria da repressão financeira parte de estudos comparativos entre o Sudeste Asiático e a América Latina para argumentar que o subdesenvolvimento dos países latino-americanos poderia ser explicado como um produto da forte intervenção governamental no mecanismo de alocação dos recursos financeiros como alavanca da industrialização (ARIENTI, 2004 p.18).

financeira interna deveriam ser etapas anteriores, fato não contemplado pelos formuladores da política econômica brasileira nos anos 1990.

A não observância desses preceitos poderia levar o país que adotasse a liberalização financeira externa a enfrentar uma situação na qual surgissem pressões sobre a taxa de câmbio e a taxa de juros, o que poderia desembocar num aumento excessivo – e não desejado – do fluxo de capitais externos (ARIENTI, 2004).

Contudo, a própria abertura econômica separada em comercial e financeira – traz consigo elementos de desestabilização já que a presença de não residentes (ou o seu aumento) tende a reforçar a volatilidade dos preços dos ativos, haja vista as mudanças dos preços relativos desses e o efeito riqueza daí decorrentes, bem como reduz os horizontes de retorno e as taxas de atratividade dos investimentos por causa do recrudescimento dos níveis de risco e de incerteza (GONÇALVES, 1998).

Bresser-Pereira (2007) critica os pontos basilares da abertura econômica brasileira – principalmente a financeira – ao afirmar que abrir as contas de capitais para gerar o crescimento com a poupança externa redundava numa situação de endividamento com apreciação cambial, o que reduz sobremaneira a competitividade das exportações, aprofundando ainda mais a fragilidade externa do país.

Kupfer (2003), por sua vez, mostra que esse ponto de vista não é unânime. Ele, mesmo discordando, alega que há posicionamentos na literatura que avaliam que a abertura foi benéfica para a economia nacional por excluir as organizações menos aptas e manter apenas aquelas mais capazes de encarar a concorrência nacional.

Pochman (2010), no entanto, declara que a execução da abertura econômica – que ele classificou como movimento de liberação comercial, financeira e produtiva – desembocou também num processo de desindustrialização da economia brasileira, dado que, em duas décadas, esse setor perdera mais da metade de sua participação no produto.

As transações comerciais, a partir dessa data, passaram a se pautar na permuta entre a importação de bens de alta tecnologia e a exportação de produtos industriais de uso intensivo de recursos naturais ou em bens não industrializados de pouca incorporação tecnológica, ou seja, de baixo valor agregado (POCHMAN, 2010).

Esses eventos também foram escoltados pelo baixo crescimento do consumo das famílias, a baixa mobilidade social, baixo grau de redistribuição das rendas pessoais, além dos grandes níveis de desocupação profissional e diminuição dos salários médios reais (IPEA, 2010).

Conforme Bresser-Pereira (2007), a partir do ano de 1994 o quadro macroeconômico – que vem se mantendo como regra por mais de duas décadas – pode ser caracterizado pela presença de um conjunto de pressupostos calcados em cinco atributos distintos:

- a) Baixos níveis de inflação;
- b) Elevada taxa básica de juros e
- c) Câmbio apreciado.

Nesse contexto, os dois primeiros itens se imbricam dado que a ocorrência do primeiro é resultante da existência do segundo, não se esquecendo também da influência desses sobre a própria taxa de câmbio. Mas outro evento não salientado: o controle da dívida pública por meio da construção de elevados superávits primários (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Saliente-se que essa última política retira do planejador grande parte da sua capacidade de intervenção na economia, praticamente anulando os efeitos da política fiscal, ao reduzir a sua capacidade de investir e/ou manter os níveis de gastos em programas sociais (SICSÚ, 2007).

Tais eventos vão explicar o baixo desempenho da economia brasileira nesse período. Na presença desses três elementos, o crescimento econômico se torna inviável pela baixa taxa de acumulação de capital, o que irá resultar na estagnação do produto *per capita* e no aumento do peso relativo da carga tributária (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Um dos efeitos dos processos de abertura comercial e financeira brasileira é o surgimento de um crescente desequilíbrio externo, tanto na balança comercial, quanto na de serviços. Dado que as taxas de juros e de câmbio passam a ser influenciadas pelo humor dos investidores externos, ao menor sinal de choques ou crises, o crescimento é interrompido (TAVARES; BELLUZZO, 2002).

De acordo com Nascimento e Nascimento (2012), a abertura econômica dos anos 1990, seguida da valorização cambial e dos processos de desnacionalização da propriedade e das privatizações, resultou no aumento da vulnerabilidade do Brasil

por causa da crescente dependência estrutural de bens primários – *commodities* – como ferramenta de enfrentamento dos problemas advindos da restrição de recursos externos.

Por sinal, Bresser-Pereira (2007) defende que um dos entraves ao crescimento sustentável e à estabilidade macroeconômica – que ele coloca para além do controle do nível de preços – no período pós-abertura econômica foi a sobre apreciação da taxa de câmbio, o que desestimularia investimentos em segmentos produtivos de maior valor agregado.

Analisando a trajetória do desenvolvimento brasileiro, Spence (2011) impressiona-se com o fato de que, se, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil sustentara taxas de crescimento em torno de 7% por mais de 25 anos, contudo, desde meados dos anos 1970, o seu desenvolvimento tem feito pouco mais do que espelhar o volume do seu crescimento demográfico. Ao final do seu ciclo, o modelo de abertura econômica adotado pelo país tinha resultado no seguinte cenário (OLIVA, 2010):

- a) Balança comercial: em 1994, a balança comercial era superavitária em US\$ 10,4 bilhões. Em 2001, esse resultado transformara-se em um déficit de US\$ 23 bilhões, com um déficit acumulado, entre 1995 e 2002, de US\$ 9,9 bilhões;
- b) Transações correntes: o déficit acumulado nas transações correntes, entre 1995 e 2002, foi de US\$ 188,8 bilhões;
- c) Endividamento externo: a dívida mobiliária federal sai de US\$ 61,5 bilhões e salta para US\$ 623,2 em dezembro de 2002.
- d) Carga tributária: sofreu um aumento de 8% do PIB entre 1995 e 2002, chegando a 29% da renda nacional;
- e) Mercado de trabalho: a taxa de desocupação aberta, na RMSP, calculada pelo DIEESE, saiu de 8,9% em 1994 e alcançou o patamar de 12,1% em 2002;
- f) Crescimento econômico: entre 1995 e 2002, a economia cresceu a uma taxa média de 2,3% anuais. A formação bruta de capital a preços correntes caiu de 20,8% em 1995 para 18,3% em 2002.

O modelo de abertura econômica trouxe várias transformações em alguns setores produtivos; uns perderam participação, e outros competiram no desempenho da economia brasileira.

Dessa forma, a década de 90 fora marcada por grandes transformações no cenário político e econômico, nacional e internacional.

2.2 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Neste tópico, será discutida a trajetória da economia brasileira em que se inseria a política industrial do governo federal nos anos 2000, influenciada pelo contexto econômico internacional e a ação da política econômica, tendo também como alvos a retomada dos investimentos públicos e a reconstrução do sistema de crédito interno, novas políticas de desenvolvimento industrial, além de proporcionar a expansão dos investimentos via estímulos ao setor privado e o papel do estado nesse contexto.

O início do século XXI trazia um problema para o Brasil: como enfrentar os desafios advindos das restrições externas e, ao mesmo tempo, promover o bem-estar social (com a geração de empregos e a distribuição de renda)? Se fossem necessárias, quais as mudanças a serem promovidas? Segundo Tavares e Belluzzo (2002), as respostas a esses questionamentos passariam pelos seguintes pontos:

- a) A produção de bens públicos de uso universal e de bens básicos de consumo popular;
- b) A recuperação da capacidade de produção do setor de bens de capital com geração de progresso técnico endógeno;
- c) Fontes de financiamento calcadas em mecanismos internos, de crédito e tributários, devidamente reformados;
- d) A concomitante expansão das exportações e da substituição de importações;
- e) O reinvestimento de lucros e do crédito internacional; e
- f) O equilíbrio multissetorial do balanço de pagamentos.

Esse é um período de pressões sobre as políticas monetárias e cambiais geradas pelo modelo de inserção nacional na economia internacional, marcadas por desequilíbrios estruturais que levaram o país ao aumento da dependência externa, à

inanição do seu parque produtivo e à redução da capacidade operacional do Estado (OLIVA, 2010).

De todo modo, esse período histórico da trajetória da economia brasileira apresenta números diversos daquele que o antecederia: maiores taxas de evolução do produto, recuo da taxa de desocupação, melhora nos níveis de distribuição de renda e de redução da pobreza, aumento do salário médio real e um inédito saldo de reservas internacionais (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2012).

É digno de nota que, muito embora não haja consenso sobre a compleição do padrão de desenvolvimento emergente no decorrer das décadas de 1990 a 2010, e que sejam muitas as formas de conceituá-las, em todo esse período o país se caracteriza pela vulnerabilidade externa, inserção internacional passiva, instabilidade macroeconômica e baixas taxas de crescimento do produto (FILGUEIRAS; OLIVEIRA, 2012).

Todavia, Oliva (2010) advoga que a trajetória da economia brasileira, entre 2003 e 2010, encontrava-se num ponto de inflexão das suas tendências estruturais que estariam projetando um potencial transformador das bases qualitativas do padrão histórico de desenvolvimento do país.

De Toni (2013) assevera que as ações do governo federal buscavam assentar as bases do neo desenvolvimentismo no qual se procura resgatar um sentimento de solidariedade ou, ao menos, a possibilidade de uma concertação entre as classes de uma forma que fosse possível à economia nacional competir mundialmente, em que tais políticas se situariam a meio caminho entre o “velho” desenvolvimentismo do processo de substituição de importações e os ditames do Consenso de Washington.

Entretanto, de acordo com Pinheiro e Giambiagi (2012), há de considerar que o mosaico no qual se inseria a política industrial do governo Lula foi influenciado pelo contexto econômico internacional em que ele se encontrava. Ali se observou a justaposição do aumento da demanda internacional com a modificação dos termos de troca em prol dos produtos primários, a redução das taxas internacionais de juros que, aliada à manutenção dos altos níveis internos de juros, promoveu um afluxo de poupança externa para o Brasil.

Oliva (2010) também concorda com a ideia de que a ocorrência de condições internacionais favoráveis tenha facilitado a reversão do quadro

apresentado pelo período anterior, mas ele declara que a ação governamental, que procurou gerar superávits comerciais significativos e ampliar as suas reservas, no interesse de reduzir a vulnerabilidade externa, foram cruciais para a obtenção desses resultados.

Como efeito, entre 2003 e 2005, o volume físico das exportações cresceu algo em torno de 50%, quando comparado ao ano de 2002 e adicionou 5,4% ao produto interno. Consequentemente, o saldo da balança comercial acumulado, entre os anos de 2003 e de 2010, ficou em US\$ 253 bilhões, diferente do que ocorrera no período anterior (OLIVA, 2010).

Teixeira e Pinto (2012) são incisivos em afirmar que os avanços dos segmentos industriais, mais precisamente os produtores de *commodities* e do *agrobusiness*, foram resultados mais da dinâmica da economia internacional à época existente do que, necessariamente, o efeito das medidas políticas estatais de incentivos.

Filgueiras e Oliveira (2012) também reforçam essa posição e aprofundam essa crítica ao preconizar que não foi a política do governo Federal a causa principal do aumento das exportações, que se transformaram, ainda de acordo com aqueles autores, na viga principal da política macroeconômica daquele mandato.

Isso porque, apesar dessas medidas, a política econômica gestada nesses anos ainda mantinha como base da política de controle de preços a tríade regime câmbio flutuante, sistema de metas de inflação e a geração de superávits primários. Apesar da sua eficácia, no que tange à estabilidade inflacionária, essas ferramentas não dissipam os riscos advindos da liberalização financeira e comercial (OLIVA, 2010).

Mesmo assim, a ação da política econômica também tomou como alvos a retomada dos investimentos públicos, a reconstrução do sistema de crédito interno, novas políticas de desenvolvimento industrial, além de proporcionar a expansão dos investimentos via estímulos ao setor privado (OLIVA, 2010). Esse modelo se move no sentido de articular a expansão de mercado interno com o de um esforço de exportações, aliados à implementação de políticas sociais ativas de caráter redistributivo, sem, no entanto, confrontar a lógica da acumulação financeira (DE TONI, 2013).

Como efeito do programa de incentivo industrial desenvolvido pelo Governo Federal, a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), divulgada em março de 2004, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), divulgada em maio de 2008 e, mais tarde, em 2011, o Programa Brasil Maior (PBM), a taxa de investimento, condensada na formação bruta de capital fixo (FBKF), atingiu a marca de 17,5% do PIB, ou seja, o maior nível já alcançado desde o ano de 1995 (GUERREIRO, 2008).

Esses programas se configuram como um retorno às medidas de ativismo estatal, nas quais as políticas industriais se mostram como arranjos institucionais híbridos de coordenação e procuram incentivar o investimento privado por meio da mitigação dos riscos inerentes à atividade mercantil (DE TONI, 2013).

Diante de um cenário positivo como o que se apresentava em 2008 (inflação baixa e constante, alto nível de reservas internacionais líquidas, contas externas e fiscais em equilíbrio e desemprego em queda), restava ao governo agir de modo a manter essa configuração e procurar debelar as fontes de instabilidade, principalmente os advindos da infraestrutura existente e da formação de mão de obra qualificada (GUERREIRO, 2008).

Em conformidade com De Toni (2013), é aberta a possibilidade de entrever duas orientações distintas nos dois mandatos do Presidente Lula. A do primeiro exercício, cujo enfoque era voltado para a eficiência dos mercados e reformas microeconômicas e no campo macroeconômico ainda sustentada no tripé câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação e a do segundo, mais próxima das tradições do ideário keynesiano ou do estruturalismo cepalino, cujas prescrições eram, entre outras, o investimento em infraestrutura e em inovações, estímulo ao consumo das famílias e a prática de uma política externa independente.

Agora, não mais era o aumento da capacidade inovativa o alvo a ser perseguido: aliou-se a esse a premência da ampliação da oferta, basicamente porque, com o crescimento econômico, a capacidade ociosa seria rapidamente utilizada, o que propiciaria o surgimento de pressões sobre os preços e sobre o balanço de pagamentos (GUERREIRO, 2008).

Ocorre que, naquele mesmo ano de 2008, eclode a chamada Crise dos *Subprime*, que vai se transformar no maior período de recessão mundial desde a

quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, que envolveu diretamente as economias líderes do mundo, de modo mais agudo na Europa.

Dado que essa crise mostrou que seria mais duradoura do que as anteriores, os desafios da economia brasileira, a partir de 2011, se apresentam mais complexos do que três anos antes. Por conseguinte, o governo federal brasileiro lança o Programa Brasil Maior (PBM), pautado pela percepção de que a sustentabilidade do crescimento econômico deve, então, passar a ser feita sob um comércio internacional com demanda deprimida, aumento dos estoques industriais estrangeiros e competição cambial; sem esquecer, claro, a ainda necessária ampliação da capacidade de oferta da indústria nacional (GUERREIRO, 2008).

Mais amplo e ambicioso do que os seus antecessores, o PBM propugnava (GUERREIRO, 2008 p.18):

[...] promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico, criar e fortalecer competências críticas da economia nacional, aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliar mercados interno e externo das empresas brasileiras e garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável (GUERREIRO, 2008 p.18).

Além da desoneração do investimento e das exportações e do gasto em atividades de inovações, o PBM ainda preconizava a liberação de compras governamentais de produtos nacionais por preços até 25% superiores, desoneração da folha de pagamento e expansão de medidas comerciais de proteção (GUERREIRO, 2008).

No entanto, Filgueiras e Oliveira (2012) alegam que essas políticas são inconsistentes porque elas são apenas resultado do acúmulo de recursos advindos do aumento do afluxo dos produtos de exportação brasileiros ocorridos a partir do início dos anos 2000. Noutra situação, essas medidas seriam esquecidas em função da luta contra as restrições externas de recursos.

Essa discussão trouxe um cenário positivo, com inflação baixa e constante, alto nível de reservas internacionais líquidas, contas externas e fiscais em equilíbrio e desemprego em baixa. Restava ao governo agir de modo a manter essa configuração e procurar conter as fontes de instabilidade, principalmente as advinda da infraestrutura existente e da formação de mão de obra qualificada.

2.3 A PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL

Este item faz uma abordagem da associação e aumentos de produtividade do setor industrial, tributários do desemprego em massa e de adaptação das empresas líderes, que foram desde a flexibilização dos contratos de trabalho até o fechamento de linhas de produção não competitivas.

Trata da sobrevalorização cambial e da ausência de ações de política industrial e argumenta o surgimento de novos setores industriais na especialização em produtos de média e baixa tecnologia, que garantiu o aumento da produtividade industrial.

O desenvolvimento capitalista é função de sucessivas mudanças em sua estrutura, que são resultantes de alterações em seu estoque de recursos tecnológicos e também da quebra de seus paradigmas tecnoeconômicos, e ainda porque os países que lideram tais processos são aqueles que erigem os sistemas institucionais que melhor atendem às necessidades dessa mesma evolução (CONCEIÇÃO, 2012).

Logo, não é apenas na competitividade interna das empresas existentes num país que reside a competitividade nacional; essa também se dá pelo somatório da eficiência de toda a sua estrutura produtiva, desde a sua infraestrutura até aos arranjos institucionais que a conformam (MUNIZ, 2000). Considerando que as fontes do crescimento econômico – aumento do produto – de um país são (VELLOSO *et al.*, 2012):

- a) O aumento do volume de investimento (capital físico);
- b) O aumento ou a melhora da força de trabalho disponível (capital humano); e
- c) O aumento da produtividade.

A produtividade pode ser definida como a relação entre o volume de produção, num dado período de tempo, e o conjunto dos fatores utilizados nesse processo e se expressa como a utilização eficiente dos recursos, de modo que seja obtido o maior nível possível, por unidade de tempo, com o menor conjunto de custos (SANDRONI, 1999).

Sob um aspecto mais restrito, a teoria econômica define a produtividade como a resultante da combinação dos fatores produção, daí surgindo o conceito de

Produtividade Total dos Fatores (PTF), que é dado pela conjunção do capital físico (maquinário, equipamentos e edifícios) e do capital humano (força de trabalho, em termos quantitativos e qualitativos) previamente existente numa economia (VELLOSO *et al.*, 2012).

A produtividade é uma variável de fluxo e residual por, respectivamente, retratar um instantâneo da realidade e ser obtida a partir da exclusão das influências do capital físico e do capital humano, noutros termos, o que não é explicado pelo uso desses dois tipos de capital é efeito da produtividade (VELLOSO *et al.*, 2012).

Entre 1996 e 2010, quando se considera a relação entre o valor da transformação industrial a preços constantes e a totalidade do pessoal efetivamente ocupado, é visto que o nível de produtividade da indústria brasileira cresceu, em média, 1,9% ao ano (CAMPELO JR.; SALES, 2011).

Esse resultado contrasta com dois períodos distintos da história da produtividade industrial brasileira: os anos posteriores ao “Milagre Econômico”, de 1974 a 1990, quando a razão entre o produto da indústria e o nível de trabalho empregado cresceu a taxas abaixo de 1% ao ano e entre 1991 e 1997, quando aumentou, em média, 8,5% ao ano (CAMPELO JR.; SALES, 2011).

Por causa dos efeitos da Crise da Dívida, durante toda a década de 1980 o volume de investimentos – público ou privado (nacional ou estrangeiro) – ficara abaixo do existente no decênio anterior, de modo que, no alvorecer dos anos 1990, o perfil do parque industrial brasileiro era aquele formado vinte anos antes, ainda sob a égide da matriz da segunda revolução industrial (MUNIZ, 2000).

Kupfer (1998) alega que, entre 1990 e 1993, no período de aceleração da abertura econômica, a produtividade da indústria, medida pelos índices de produção física, cresceu de modo significativo por causa de melhoras introduzidas no processo produtivo. Mas também por mudanças na composição do valor adicionado pela indústria, em virtude do fato de que ocorreu um aumento no tamanho do *mark-up* e uma redução na participação dos salários. Amadeo e Vilela (1994) vão ao encontro dessa posição e ressaltam que, no quadriênio 1990 a 1993, a taxa anual média de crescimento da produtividade do trabalho industrial fora de 7,7%.

Feijó e Carvalho (2002), mesmo concordando com o exposto no parágrafo anterior, lembram que o aumento da produtividade industrial brasileira, na primeira metade da década de 1990, foi tanto atribuído a efeitos da abertura comercial e

financeira, quanto a mecanismos de reação defensiva das empresas ao cenário recessivo em que se encontravam durante aquela época.

Já Pinheiro e Giambiagi (2012) mostram que a produtividade do trabalho (PIB/trabalhador), que entre 1950 e 1980 aumentara 4,3% ao ano; de 1980 a 1994, fora negativa (-0,2%), ainda que, nos oito anos posteriores, essa razão tenha evoluído a uma taxa de 1,3% anuais. Muniz (2000), entretanto, declara que – quando medida pelo valor adicionado por trabalhador – a produtividade da indústria brasileira estacionou em 4,1% no período que vai de 1991 a 1998.

Independentemente do resultado apresentado, os números mostram que os anos posteriores à abertura econômica foram um período de aumento da produtividade industrial, o que, nas palavras de Kupfer (2003), pode ser interpretado realmente como um indício de que algum processo de modernização do estoque de capital estava em andamento.

Ferreira e Guillén (2004), ao analisarem a trajetória da produtividade da indústria brasileira, entre os anos de 1985 a 1997, descobriram que, a despeito do seu aumento para a hegemônica parcela dos setores por eles estudados, esse crescimento não pode ser atribuído ao aumento da exposição à concorrência internacional, dado que o *mark-up* dessas indústrias não sofreu qualquer tipo de redução.

Aqueles autores atribuem à maior facilidade de insumos e maquinário importados e à adoção de novas tecnologias e de novos modos organizativos da produção a razão do aumento da produtividade industrial brasileira no decorrer da década de 1990 (FERREIRA; GUILLÉN, 2004).

Também pode ser dito que, após a estabilização promovida pelo Plano Real, houve um aumento considerável da produtividade industrial, mas com uma diferença em relação ao que acontecera no início daquela década: a redução do valor adicionado pela indústria. Chama a atenção o fato de que isso ocorreu mesmo com os níveis de emprego em queda acelerada (KUPFER, 1998).

Uma leitura possível é a de que o mix entre estabilização dos indicadores de preços e valorização cambial pode ter permitido às empresas promover a substituição de maquinário e equipamentos obsoletos por outros tecnologicamente mais avançados, de forma que isso seria mais resultado da alteração dos preços

relativos – causada pela política cambial – do que, necessariamente, resultado da abertura comercial (KUPFER, 2003).

Tavares e Belluzzo (2002) discordam dessa abordagem e advogam que os aumentos de produtividade do setor industrial são, em verdade, tributários do desemprego em massa e de ajustes tópicos das empresas líderes, que foram desde a flexibilização dos contratos de trabalho até o fechamento de linhas de produção não competitivas.

Num quadro de sobrevalorização cambial e de ausência de ações de política industrial, decisões dessa natureza apenas resultariam numa “modernização restringida”, onde os efeitos seriam a especialização em produtos de menor valor agregado, aumento da importação de bens de capital e o fim da indústria nacional de equipamentos (TAVARES; BELLUZZO, 2002).

De Toni (2013) também se vale desse argumento e declara que foi a reorganização produtiva do período – consubstanciada nos processos de concentração do capital, no surgimento de novos setores industriais e na especialização em produtos de média e baixa tecnologia – que garantiu o aumento da produtividade industrial e não a absorção de novas tecnologias ou de modernas técnicas de gerenciamento.

Amadeo e Vilela (1994), no entanto, apresentam um ponto de vista divergente dessa concepção. Eles pregam que; ainda que o custo unitário do trabalho seja peça importante na determinação do nível de produtividade de uma dada indústria (ao mesmo tempo em que essa última variável influencia a determinação da primeira), no início dos anos 1990, o aumento da produtividade teve resultados positivos sobre o emprego ao preservar ou aumentar a competitividade dos itens industriais.

Sob esse aspecto, eles afirmam que analisar os efeitos diretos da produtividade pode redundar em equívocos, uma vez que ela pode também ser avaliada via seus efeitos indiretos, dado que o seu crescimento desemboca em implicações diversas nas quais uma pequena variação na produtividade do trabalho possua uma forte incidência sobre o grau de competitividade futura (AMADEO; VILELA, 1994).

Por sua vez, Kupfer (1998) demonstra que a indústria de *commodities* apresentou, durante os anos 1990, maiores coeficientes de produtividade do que os

demais segmentos industriais – na sua visão, por causa de ajustes promovidos ainda no decênio anterior – ao passo em que a indústria difusora de tecnologia foi a mais afetada pela abertura comercial, de modo que sua produtividade foi a que menos cresceu nesse período, mesmo com a redução dos seus níveis de emprego.

Ao fim do século passado, só 41% dos itens exportados pelo Brasil cresceram na mesma intensidade das exportações do resto do mundo, não se esquecendo de frisar que apenas 21% desse percentual eram de bens com médio ou alto nível de intensidade tecnológica (TAVARES; BELLUZZO, 2002).

No início dos anos 2000, todavia, a mudança de governo na esfera federal promoveu mudanças nas ações de apoio ao desenvolvimento industrial, com o resgate de elementos de políticas industriais. Ainda que não fossem tão amplas como as ocorridas nas décadas de 1950 a 1970, elas romperam com a anorexia da última década do século XX.

A fim de recompor a verdade, esse novo enfoque de política industrial brasileira mostrou-se esquizofrênico, dado que ainda teve de conviver com a base macroeconômica do período que o antecedeu: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante sobrevalorizado.

Nascimento e Nascimento (2012) advogam que o padrão da competitividade da economia brasileira, a despeito de todos os esforços governamentais entre 1990 e 2010, possuía uma defasagem em relação ao mundialmente, que tem propugnado pelo aumento dos itens de alto valor agregado. Na opinião deles, as empresas instaladas no país, principalmente as estrangeiras, não contribuem para o aumento do coeficiente de exportação dos produtos nacionais.

Esse item é tratado à razão do aumento da produtividade industrial brasileira, atribuído aos modos da organização da produção que se deveu à maior facilidade de insumos e maquinário importados e à adoção de novas tecnologias no decorrer da década de 1990. A estabilização promovida pelo Plano Real, com uma diferença em relação ao que acontecera no início daquela década, a redução do valor adicionado pela indústria chama a atenção para o fato de que isso ocorreu mesmo com os níveis de emprego em queda acelerada.

2.4 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Neste tópico, será discutida a política industrial brasileira após a virada do século, voltada para o aumento da competitividade e o dilema de promover o desenvolvimento do setor sem que fossem criadas grandes distorções; por isso é que o seu escopo se voltava para a redução de custos ou para o incentivo às empresas sem que acertasse para o aumento dos custos da concorrência externa.

Oreiro e Marconi (2014) declaram que a definição do termo desindustrialização na literatura refere-se à perda relativa do emprego industrial nos países desenvolvidos nos idos dos anos 1970. Eles mostram também que esse evento econômico também requer um crescimento do setor de serviços e que também pode estar vinculado à ocorrência da “doença holandesa”.

Filgueiras e Oliveira (2012) também defendem que tanto a queda da participação do emprego industrial no emprego total ou a diminuição relativa do produto da indústria no produto total configuram uma situação de desindustrialização, mas eles vão além e colocam que, por causa disso, pode haver desindustrialização mesmo com o crescimento absoluto do produto industrial.

Os motivos que podem desencadear um processo de desindustrialização são (ROWTHORNS; COUTTS, 2004 *apud* DE TONI, 2013):

- a) O aumento da produtividade em tecnologias poupadoras de mão de obra e em serviços avançados;
- b) A evolução dos padrões de divisão internacional do trabalho, especialização produtiva e comércio internacional com a correspondente transferência para a periferia do sistema capitalista de manufaturas de baixa e média intensidade tecnológica;
- c) Estagnação do consumo de produtos manufaturados com aumento da renda gasta pelas famílias em serviços pessoais de alto valor;
- d) Estabilidade da renda gerada pela indústria tende a subir nos países desenvolvidos, mesmo com a queda no nível de emprego da indústria.

Mancio e Moreira (2012) defendem que a recente desindustrialização brasileira está inserida num evento que atinge toda a América Latina, cujos países se inserem numa estrutura determinada pela dependência externa do seu desenvolvimento, de modo que as nações do subcontinente se especializam em

produzir bens primários ou matérias-primas para os países desenvolvidos em troca de produtos de alto valor agregado.

Mesmo aceitando que o Brasil venha passando por um processo de desindustrialização neste início de século, Filgueiras e Oliveira (2012) alegam que essa percepção não é de todo modo consensual, por causa de dois motivos distintos: o volume da queda do produto industrial neste período e a mudança metodológica no cálculo do produto interno bruto (PIB) promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2006.

Em 1985, o segmento industrial respondia por 34,2% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Quinze anos depois, essa mesma razão cai para 17,2%. De 1995 a 2005, o peso no valor de transformação industrial (VTI) do setor de maior intensidade de capital manteve-se estagnado, enquanto a mais intensiva de recursos naturais saiu de 35 para 44% desse total (POCHMAN, 2010).

Kupfer (2003), todavia, mostra que a participação da indústria na composição estrutural do PIB brasileiro manteve-se constante durante os anos de 1991 e 2001, fato que não ocorreu especificamente com a indústria manufatureira. Essa, depois de uma expansão em sua contribuição, até 1993, passou a perceber uma diminuição de sua importância no decorrer dos anos.

Feijó e Carvalho (2002) advogam que as evidências empíricas não permitem sugerir que o país estivesse em meio a um processo de desindustrialização no desenrolar da década de 1990. O que poderia ter ocorrido, conforme dados oficiais, foi um crescimento “desbalanceado” dos setores industriais.

Oreiro e Marconi (2014), no entanto, atendo-se à definição específica do termo, defendem que o Brasil vem passando, desde fins da década de 1980, por um processo de desindustrialização de sua economia, diferindo apenas a intensidade e a linearidade do fenômeno, seja pela redução do valor adicionado pela indústria no PIB, seja pela diminuição do emprego da indústria no estoque de emprego total.

A taxa de participação na formação bruta de capital fixo (FBKF) da indústria de transformação, no período de 1995 a 1997, ficou na casa dos 3,3%, depois de ter caído para 2,2% entre 1990 e 1994. Apenas para efeito de comparação, essa mesma variável orbitou os 4,5% durante toda a década de 1970 (MUNIZ, 2000).

Nascimento e Nascimento (2012), ainda que apresentava leves diferenças em seus números, também concordam com essa abordagem e mostram que o

investimento em capital fixo ficou praticamente estagnado, como participação no produto desde o início da década de 1990.

Mesmo o investimento externo direto (IED), que deveria ser direcionado para a indústria, esteve voltado, a partir dos anos 1990, praticamente para o setor terciário da economia nacional (POCHMAN, 2010). Além de que esse tipo de capital não provocou o aumento da capacidade produtiva brasileira, realizando apenas a transferência da propriedade nacional para mãos estrangeiras (IPEA, 2010).

Vale registrar que, entre o fim da Segunda Grande Guerra até a Crise da Dívida dos anos 1980, o comportamento tradicional do IED era financiar a expansão do investimento produtivo, principalmente aquele de natureza manufatureira (TAVARES; BELLUZZO, 2002). Contudo, essa não foi a regra de aporte do IED no Brasil do fim do século XX.

Isso porque os países periféricos, como o Brasil, não são mais percebidos pelos agentes estrangeiros como base de investimentos produtivos como o foram no passado, mas sim como fontes de ganhos financeiros para onde são direcionados os fluxos de capitais mais expressivos, porém, voláteis (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Muniz (2000) corrobora tal proposição ao mostrar que as privatizações absorveram 26% do IED no ano de 1996 e outros 30%, em 1997; 25%, em 1998 e, em 1999, 31% do investimento estrangeiro. Por isso, o investimento pouco foi tangenciado por esse afluxo de recursos, chegando apenas a 17% do PIB, em 1999 (MUNIZ, 2000).

Em termos absolutos, o IED destinado às privatizações foi da ordem de US\$ 2,345 milhões, em 1996, e chegou a US\$ 8,786 milhões, no ano de 1999. Com crescimento de 275% em quatro anos, que a maior expansão desse indicador foi entre os anos de 1995 e 1996, um aumento anual de 124% (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2012).

Nascimento e Nascimento (2012) demonstram que o IDE saltou de US\$ 989 milhões, em 1990, para pouco mais de US\$ 28,5 bilhões, no final dessa década, mas isso não implica, necessariamente, que tal estratégia de financiamento do desenvolvimento foi bem-sucedida no processo de modernização do parque industrial ou na diversificação da pauta de exportações. Pelo contrário, aqueles autores defendem que não houve relação causal entre o IED e a FBKF, tendo em

vista que o primeiro apenas existiu com o objetivo de promover a troca de posse dos ativos de mãos nacionais para não nacionais.

A década de 1990 foi a do período de expansão do controle do capital estrangeiro sobre a indústria no Brasil. Em 1991, as transnacionais geravam uma receita que era pouco mais da metade do faturamento das empresas industriais brasileiras; no fim desse decênio, essa divisão passou a ser paritária. Naquele mesmo ano, as multinacionais dominavam 60% da indústria difusora de tecnologia, em 1999, essa marca era de 86% do total (KUPFER, 2003).

No contexto da economia brasileira, o IED tem servido mais para aumentar o coeficiente de importação do que o de exportação, uma vez que as empresas transnacionais têm optado pela importação de tecnologia em vez de criá-la internamente, além de criar pressões sobre a Conta de Serviços do Balanço de Pagamentos por causa das repatriações dos lucros, mesmo que ainda tais forças tenham sido contrabalanceadas pelo próprio influxo de IED.

No decorrer de toda essa década houve um aumento da importância do setor terciário na composição da economia brasileira. Se a sua contribuição para o produto, a despeito de algumas oscilações, manteve-se praticamente constante, houve um aumento da sua parcela no que tange à geração de empregos: em 1991, o setor respondia por 52% dos postos criados. Em 1998, alcançou a marca de 57% desse total (SANTANA, 2007).

Os dados da época mostram que a indústria nacional perdera competitividade em relação à sua contraparte estrangeira, principalmente entre 1996 e 1999, em todos os segmentos do setor, independentemente de esses serem de maior ou menor conteúdo tecnológico (KUPFER, 2003).

Analisando os formatos da composição do produto e do emprego, do grau de inserção externa e os tipos de estratégias empresariais, entre os anos de 1985 e 1996, KUPFER (1998) defende que grupos industriais vinculados à produção de *commodities* conseguiram adaptar-se de modo positivo ao processo de abertura.

Já as que estavam, conforme classificação daquele autor, inseridas no conjunto das indústrias difusoras de tecnologias, passaram a sofrer um processo de desindustrialização e, por fim, a indústria de bens duráveis passou por um processo de integração internacional, e enquanto a de bens tradicionais apresenta um comportamento dúbio, no qual segmentos como bebidas, alimentos e perfumaria

obtêm bons resultados; mas têxteis, calçados e vestuário incluem-se entre os principais perdedores da abertura (KUPFER, 1998).

A produção industrial entrou numa situação de estagnação, a ponto de, entre os anos 1995 a 1999, a sua produção física ter crescido somente 2,9%, e o coeficiente de importação da oferta global de bens industriais ter crescido bastante nesse quadriênio, o que sugere a decomposição de cadeias produtivas antes associadas (OLIVA, 2010).

Outrossim, o regime cambial que surgiu no alvorecer do Plano Real resultou na desestruturação de diversas cadeias produtivas industriais, o que levou à redução no valor agregado dessas redes e, conseqüentemente, na destruição de centros geradores de emprego e renda (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

A política econômica do período 1995 a 2002, que levou o país às crises fiscal e externa (consubstanciadas no aumento do endividamento público e na liquidação dos saldos de reservas internacionais), também resultou numa situação de especialização regressiva da estrutura industrial (IPEA, 2010). Conceição (2012), em adição a isso, declara que tal situação se estende a toda a América Latina e que tem suas origens ainda em fins da década de 1970.

Nesse contexto, os momentos de crise internacional levam à deterioração dos termos de troca entre as nações desenvolvidas e as periféricas – caso esse dos países latino americanos – fazendo com que grande parte da penalização recaia sobre as classes assalariadas, tendo em vista a necessidade de ganhos de produtividade dos setores primários para compensar a piora dos preços relativos entre os bens exportados e os importados (MANCIO; MOREIRA, 2012).

No alvorecer do século XXI, os elos das principais cadeias de produção nacional estavam desestruturados, somente destacando-se algumas poucas empresas em alguns setores, isso porque, ao se inserirem como parte de uma estrutura maior de cunho mundial, elas puderam superar os desafios – internos e externos – por meio da modernização e da especialização produtivas e, também, por causa de uma menor dificuldade de acesso ao crédito (TAVARES; BELLUZZO, 2002).

A partir de 2004, o governo central altera a sua conduta e inaugura novas ações de incentivo por meio da sua Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que objetivava os seguintes resultados: a estruturação de um

sistema nacional de inovação, a expansão sustentada e diversificação da base exportadora, a ampliação e a modernização da capacidade industrial, o desenvolvimento e adensamento tecnológico da produção de bens intermediários e o desenvolvimento de segmentos prioritários da produção intensiva em tecnologia (OLIVA, 2010).

Essas ações foram expandidas em 2008, quando do lançamento de uma nova proposta de política industrial: a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Dilatando a área de alcance da PITCE – tanto em seus conteúdos, quanto em suas formas – a PDP se estruturava com base nas seguintes dimensões (OLIVA, 2010):

- a) Ações sistêmicas: medidas focadas em fatores geradores de externalidades para o conjunto da estrutura produtiva;
- b) Programas estruturantes: conjunto de diretrizes orientado por objetivos estratégicos para sistemas produtivos selecionados; e
- c) Destaques estratégicos: temas de políticas públicas escolhidos por sua importância para o desenvolvimento do país no longo prazo.

Mesmo que herdasse de seu antecessor a preocupação com o aumento da competitividade da indústria nacional, o PDP supera o PITCE ao promover o reconhecimento da importância de utilizar instrumentos mais abrangentes que permitam a melhoria da gestão e da governança dos setores alvos, anseios que vão monitorados com a introdução de metas gerais e setoriais. Suas principais metas eram (GUERREIRO, 2008):

- a) Ampliar o nível de investimento (ampliação FBCF/PIB de 17,4% em 2007 para 21% em 2010);
- b) Expandir a atividade de inovação e mudança tecnológica (aumento dos investimentos em P&D das empresas de 0,51% em 2005 para 0,65% em 2010);
- c) Aumentar a competitividade internacional dos produtos brasileiros (ampliação da participação das exportações brasileiras no total mundial de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010); e
- d) Elevar o número das MPES exportadoras (aumento de 10% em relação a 2006).

O resultado obtido pelo programa foi a aceleração do crescimento da produção industrial brasileira. A sua composição física foi objeto de um crescimento,

de 2004 a 2008, de 25,5%, o mesmo desempenho obtido entre os anos de 1990 até 2013, ou seja, em um quinquênio, o segmento industrial aumentara o mesmo que nos catorze anos anteriores (OLIVA, 2010).

Contudo, a crise internacional de 2008 arrefeceu esse ímpeto. A participação da indústria na compleição do produto interno bruto brasileiro (PIB) manteve-se constante, sempre orbitando em torno do patamar de 27% do total, chegando ao piso de 25,4%, em 2009 (OLIVA, 2010).

A política industrial brasileira, após a virada do século, voltada para o aumento da competitividade, viu-se ante o dilema de promover o desenvolvimento do setor sem que fossem criadas grandes distorções, por isso é que o seu escopo voltava-se, basicamente, para a redução de custos ou para o incentivo às empresas, sem que atinasse para o aumento dos custos da concorrência externa (GUERREIRO, 2008).

Mesmo assim, entre 2003 e 2010, o desempenho da indústria brasileira deu sinais de recuperação ante o ocorrido na década de 1990. O emprego industrial cresceu, aumentou a participação dos setores de maior intensidade de tecnologia no total da produção da indústria de transformação e foi triplicado o valor das exportações dos bens industriais (OLIVA, 2010).

A formação bruta de capital fixo (FBKF) também cresceu nessa nova década. O investimento (público e privado) subiu 7,5% entre 2003 e 2010, fazendo com que a FBKF saísse de 15,3% do PIB naquele primeiro ano e chegasse a 19,5% do produto no último ano (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

No entanto, os dados referentes à economia brasileira mostram que o país vem enfrentando não só um processo de desindustrialização, com perda da importância relativa da indústria na composição do produto, como também por um quadro de re primarização da sua pauta de exportações (OREIRO; MARCONI, 2014).

Se a desindustrialização, segundo aqueles autores, é um evento que surgiu ainda no final da década de 1970, mantendo uma trajetória de queda constante desde lá, a re primarização dos itens exportáveis é um fenômeno da primeira década do século XXI (OREIRO; MARCONI, 2014).

A participação das *commodities* na pauta de exportações brasileira foi alvo de considerável incremento entre os anos de 2000 a 2010. No início da referida

década, os produtos primários comportavam 37% daquele quantitativo; no seu final, essa marca chegou ao patamar de 51% do total. Apenas para efeito de comparação, os itens de alta intensidade tecnológica saíram de 18% para 9% da pauta de exportações no mesmo espaço de tempo (DE NEGRI; ALVARENGA, 2010 *apud* MANCIO; MOREIRA, 2012).

Nascimento e Nascimento (2012) apresentam, no entanto, um enfoque diverso do acima exposto. De acordo com aqueles autores, não há como asseverar que esteja realmente ocorrendo um processo de reprimarização da economia brasileira. Na verdade, segundo eles, o que aconteceu foi um aumento dos valores absolutos das *commodities* exportadas, mas o grau de participação dessas manteve dentro dos níveis históricos. Por sinal, eles até mostram que os itens de mediana intensidade tecnológica cresceram nesse espaço de tempo.

Filgueiras e Oliveira (2012) também identificam uma especialização regressiva da economia brasileira no contexto da divisão internacional do trabalho, como resultado da opção pela inserção internacional subalterna adotada pelo país desde fins da década de 1980, na qual o país volta a ter como principais pontos da sua pauta de exportações produtos primários ou semimanufaturados.

Mas há também outra característica para qual Oreiro e Marconi (2014) chamam a atenção: a precocidade da desindustrialização brasileira. Eles mostram que esse fenômeno surge, no Brasil, quando a renda *per capita* nacional chega à marca de US\$ 4 mil. Em países desenvolvidos, como Alemanha e França, isso apenas ocorreu quando a renda *per capita* chegou a quase US\$ 15 mil. E mesmo quando ocorreu em países periféricos, a renda local era superior à brasileira.

Esse item, procurou analisar a produção industrial que entrou numa situação de estagnação os anos 1995 a 1999, a sua produção física cresceu somente 2,9% e o coeficiente de importação da oferta global de bens industriais ter crescido bastante nesse quadriênio, o que sugere a decomposição de cadeias produtivas industriais que levou à redução no valor agregado dessas redes e, notadamente a destruição de centros geradores de emprego e renda. Outro fato foi a política econômica do período 1995 a 2002, que levou o país às crises fiscal e externa, certamente o aumento do endividamento público e na liquidação dos saldos de reservas internacionais, de que resultou uma situação de especialização regressiva da estrutura industrial.

Diante do contexto, analisa-se no próximo item o desenvolvimento econômico do município de Estância, mediante indicadores de desenvolvimento econômico e a participação dos três setores com viés para o setor industrial no que tange a participação do PIB e geração de emprego.

3 CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Este capítulo busca delinear em termos gerais a estrutura socioeconômica do município de Estância no período de 2002 a 2012. Para isso, fizemos uma breve revisão da economia sergipana, enfatizando a importância das atividades econômicas e sua evolução num contexto nacional no período de 2002-2012. Em seguida, fora feita uma breve recapitulação da evolução econômica de Estância, focalizando, todavia, o período mais recente, pós 2002.

3.1 PANORAMA GERAL DA ECONOMIA SERGIPANA

Sergipe é o menor estado da federação brasileira com 21,9 mil km², possui 75 municípios e uma população estimada de 2.068.017 habitantes dos quais 73,5% residem na zona urbana (Censo Demográfico, 2010). Nos últimos anos, o IDH do estado apresentou uma taxa 0,72 IBGE (2012).

O estado em 2002 respondia por 32,0% do PIB no VAB Industrial a preços básicos, em 2012, caiu: respondia por 28,9% segundo o IBGE (2012). A queda nesse resultado certamente está atrelada ao aumento do PIB no VAB setor serviço; destacaram-se as atividades de administração, saúde e educação públicas e seguridade social e comércio varejista. No setor secundário, as atividades de destaque: indústria extrativa mineral e a indústria de transformação, com destaque sobretudo para produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana e construção civil.

Portanto, em 2012, o setor primário sergipano foi responsável por 4,2% do valor adicionado bruto a preços básicos, o setor secundário por 28,9%, e o setor terciário por 66,9%, conforme tabela 1 e gráfico 1.

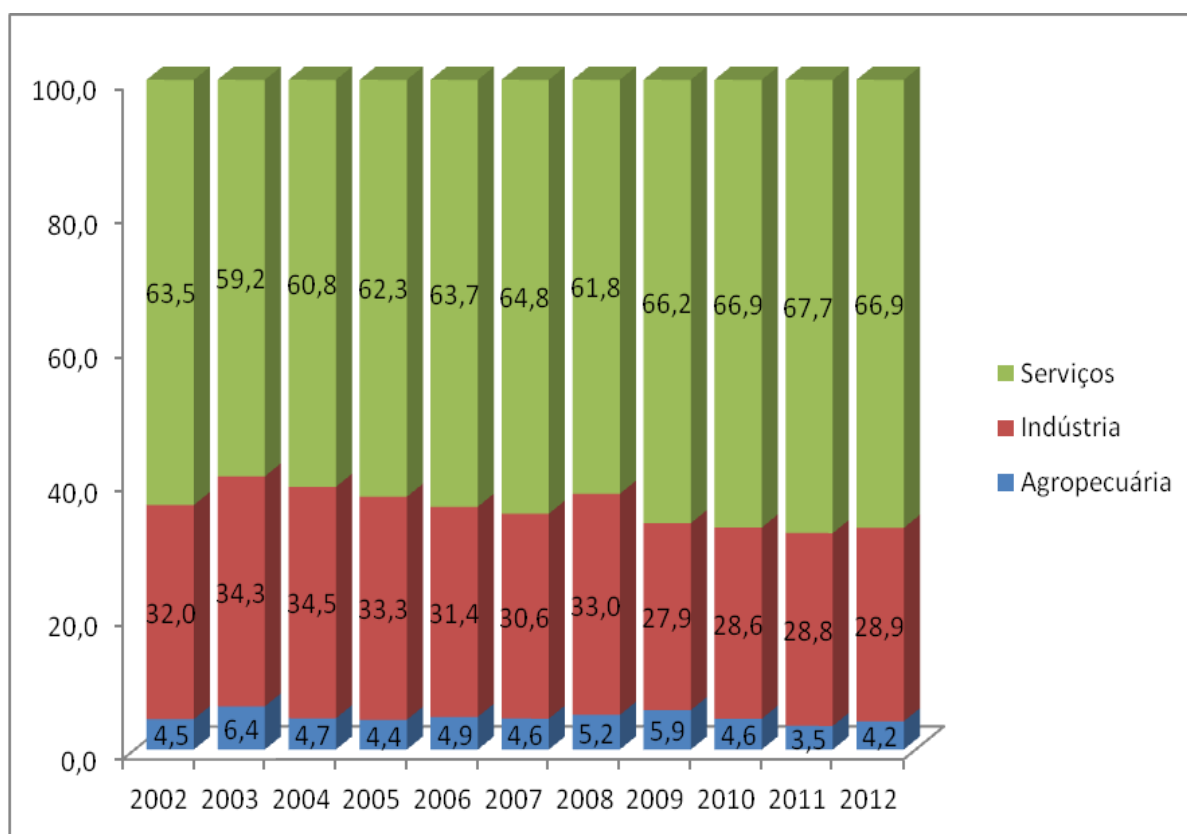
Tabela 1: Sergipe - participação das atividades econômicas (2012)

Atividade Econômica 2012	(%)
Agropecuária	4,2
Indústria	28,9
Indústria extrativa	8,1
Indústria de transformação	6,5
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza urbana	7,3
Construção civil	7,0
Serviços	66,9
Comércio	11,4
Transportes, armazenagem e correio	4,0
Serviços de informação	1,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,1
Atividades imobiliárias e aluguéis	8,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	27,0
Outros serviços	11,0
TOTAL	100

Fonte: IBGE, Contas Regionais (2012), com adaptações. Elaboração da autora.

Percebe-se na tabela 1 que o setor agropecuário era menos representativo no estado, participando em 2012 com 4,2%. No setor secundário, destaca-se a indústria extrativa, que representava 8,1%, seguida pela distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza, que respondia 7,3%. Já no setor serviço, o que chama atenção é o percentual de servidores empregados na administração, saúde, educação pública e seguridade social, com 27% em 2012.

Gráfico 1: Sergipe - participação dos setores no VAB a preços básicos (2002-2012)



Fonte, IBGE, Contas Regionais, 2012, com adaptações. Elaboração da autora.

Nota-se no gráfico 1, a participação do PIB no setor agropecuário sergipano no ano de 2002, quando respondia por 4,5%. Em 2003, teve uma recuperação, chegando a 6,4%, em 2012 caindo para 4,2%. O setor secundário em 2002 representava 32% da participação do PIB; em 2004, teve uma recuperação: 34,5%. Em 2012, caiu para 28,9%. Já o setor serviço em 2002 respondia por 63,5%, a partir de 2009 teve uma parcial recuperação e chegou a 66,9% em 2012. Percebe-se que esse aumento se deveu a forte participação dos serviços de administração e saúde pública.

Na tabela abaixo, de acordo com Brasil MTE/RAIS (2012), o número de empregos formais na indústria no estado alcançou 86.284 mil, correspondendo a um crescimento de 121,59 % em relação ao estoque de emprego de dezembro de 1992. Conforme a tabela 2, as atividades com maior número de empregos em 2012 eram a construção civil que representava 33,57% dos empregos no Estado, contra 30,93% em 1992. Percebe-se que essa atividade se manteve praticamente com mesmo nível

de empregos nos anos 1992 e 2002. Mas, em 2012, houve um expressivo aumento dos empregos no setor de construção civil, basicamente influenciado pelo Programa de Aceleração do Crescimento PAC (2015), criado em 2007 pelas políticas econômicas do governo federal, que objetivava acelerar o crescimento econômico do Brasil, com prioridade em infraestrutura, saneamento, habitação, energia e outros. A seguir o estado diferencia no setor de alimentos e bebidas, que chegou a representar 13,14% dos empregos gerados em 2012, contra 21,96% dos empregos em 2002. Já em 1992, essa atividade representava 13,13% dos empregos gerados no estado. A indústria química é outro setor que vem assumindo desempenho na economia local. Em 2012, representava 8,32% dos empregos; em 2002, 3,97%; em 1992 2,18% dos empregos gerados.

Outro destaque no estado de Sergipe é o setor têxtil; em 2012, empregava 8,1%; em 2002, 12,67% dos empregos gerados. Chama a atenção o número de empregos no setor têxtil na década de 90, especificamente em 1992, quando representava 22,39% do número de empregos do estado. Nota-se que o setor industrial têxtil, nos últimos anos da década de 1990 foi muito prejudicado, perde participação no mercado e, conseqüentemente, há redução do nível de empregos. Esse impacto foi decorrente da abertura comercial, pois basicamente, esse setor não teve fôlego para competir com os produtos internacionais que chegaram ao Brasil, ao Nordeste e a Sergipe desde aquela época até os dias atuais, vindos dos países asiáticos (China, Coreia, Hong Kong, Taiwan, Paquistão e Índia) Hoje, os maiores concorrentes das indústrias têxteis de Sergipe são a China e o Paraguai. Em função dessas transformações, algumas indústrias fecharam, a exemplo da indústria fabril têxtil de Maruim/SE, seguida de outras atividades empregadoras do estado de Sergipe. Conforme tabela abaixo.

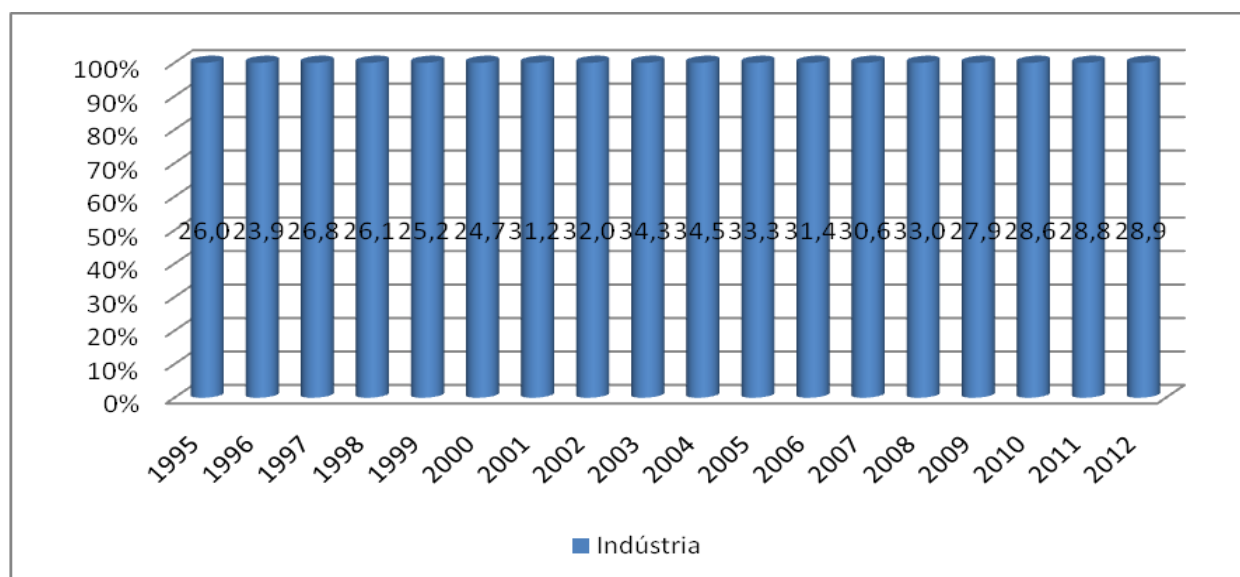
Tabela 2: Sergipe - estoque de empregos no valor absoluto e relativo (1992- 2002 - 2012)

EMPREGOS	1992	Part. %	2002	Part. %	2012	Part. %
Extrativa Mineral	829	2,13	1.619	3,71	5.065	5,87
Prod. Mineral Não Metálico	1.560	4,06	3.248	7,44	6.263	7,26
Indústria Metalúrgica	413	1,06	759	1,74	1.780	2,06
Indústria Mecânica	214	0,55	490	1,12	1.261	1,46
Elétrico e Comunicação	36	0,09	92	0,22	224	0,26
Material de Transporte	422	1,08	385	0,89	422	0,48
Madeira e Mobiliário	412	1,06	915	2,1	2.252	2,61
Papel e Gráfica	514	1,32	921	2,11	1.706	1,97
Borracha, Fumo, Couros	3.917	10,05	481	1,1	1.367	1,59
Indústria Química	850	2,18	1.734	3,97	7.175	8,32
Indústria Têxtil	8.721	22,39	5.529	12,67	6.984	8,1
Indústria Calçados	625	1,6	990	2,27	5.887	6,83
Alimentos e Bebidas	5.113	13,13	9.611	21,96	11.332	13,14
Serviço Utilidade Pública	3.267	8,4	3.901	8,93	5.599	6,48
Construção Civil	12.045	30,93	12.995	29,76	28.967	33,57
Total	38.938	100	43.670	100	86.284	100

Fonte: (BRASIL, MTE/RAIS, vários anos), com adaptações.

Nesse sentido, destaca-se a participação da indústria de Sergipe no VAB em 1995: o setor secundário respondia por 26%. A partir de 2002, houve uma recuperação e respondia por 32,0%, em 2004, recuperou parcialmente, possivelmente em função do período de expansão do ciclo produtivo da economia brasileira. Em 2009, nota-se que começa a perder participação: em 2012 caiu para 28,9%. Ainda assim, o setor secundário de Sergipe é muito relevante pela participação dos empregos gerados ao longo desses anos nas indústrias extrativas e de transformação, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2: Sergipe - participação da indústria no VAB a preços básicos (1995-2012)



Fonte: IBGE, Contas Regionais, 2012, com adaptações. Elaboração da autora.

Nesse contexto, o Estado de Sergipe foi fortemente abalado com a crise de alguns setores produtivos, em especial o setor têxtil com a abertura comercial dos anos 1990, mas que se amparou nos últimos anos até os dias atuais com o apoio do estado e a implantação da política de desenvolvimento industrial através do Programa de Desenvolvimento Sergipano Industrial-PSDI.

Ainda assim, o setor têxtil e confecção do estado acompanham o modelo do que ocorreu no âmbito nacional e regional, ficando intensamente comprometido nos idos dos anos 1990 e pela valorização cambial que se seguiu à implantação do Plano Real a partir de 1994. Nesse período, em função da desvalorização da taxa de cambio foram prejudicadas as exportações sergipanas (MELO 2012).

Entretanto, Kupfer (1998) advoga, após a estabilização promovida pelo Plano Real, um aumento considerável da produtividade industrial, mas com uma diferença em relação ao que acontecera no início da década de 90, a redução do valor adicionado pela indústria. Chama a atenção o fato de que isso ocorreu mesmo com os níveis de emprego em queda acelerada.

Todavia, o impacto desses processos, como se pode verificar pelos dados da tabela abaixo, foi mais expressivo em termo do número de emprego no setor têxtil do que em número de estabelecimento no setor de confecção (MELO; NASCIMENTO; SANTOS, 2002).

Tabela 3: Sergipe – indústria têxtil e confecções, número de estabelecimentos e empregos (1990 a 2000)

ÁREA	PERÍODO												
	1990		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
	Nº	%										Nº	%
NR empresa	1.328	100	1.297	1.176	1.256	1.410	1.526	1.661	1.929	2.192	2.302	2.478	100
SE	45	3,39	50	43	43	65	60	52	66	66	63	60	2,4
NR emprego	107.518	100	101.603	92.749	93.014	101.414	89.471	89.853	90.585	100.769	104.036	113.169	100
SE	9.833	9,15	9.071	8.641	8.373	8.260	6.153	5.368	6.154	5.285	5.206	5.298	4,7
Fonte: (BRASIL, MTE/RAIS, 1990-2000; MELO; NASCIMENTO; SANTOS, 2002). Com adaptações.													

Nota-se na tabela que o emprego formal dos dois segmentos (Têxtil e Confecção) representava em 1990, em termos absolutos 9.833, que respondia por 9,15% dos empregos gerados em Sergipe. No ano 2000, caiu para 5.298, respondendo apenas por 4,7% da geração de empregos. O setor confecção sergipano apresentou uma queda muito acentuada no nível de emprego a partir do ano de 1995 até os anos 2000 (MELO; NASCIMENTO; SANTOS, 2002).

Por sua vez, Tavares e Belluzo (2002) discordam dessa abordagem e defendem que os aumentos de produtividade do setor industrial são, em verdade, tributários do desemprego em massa e de ajustes das empresas líderes, que foram desde a flexibilização dos contratos de trabalho até o fechamento de linhas de produção não competitivas, conforme ocorreu com o fechamento das indústrias têxteis na década de 1990 no estado de Sergipe.

Essas duas abordagens coincidem com a profunda crise do setor têxtil que aconteceu no Brasil, Nordeste e notadamente em Sergipe, apontada por (MELO; NASCIMENTO; SANTOS, 2002). A primeira comunga com a perda na participação da indústria na década de 90 e a segunda com paralisação de indústrias têxteis sergipanas: a Sergipe Industrial (Aracaju/SE) e a Sergipe Fabril (Maruim/SE). Como também duas importantes indústrias de confecções na grande Aracaju: a Alpargatas e A Villa Romana, que pertenciam a grupos econômicos fortes e com boa inserção no mercado nacional.

Nesse sentido, buscando evitar o agravamento da situação do setor de confecções no estado e suas consequências no nível de desemprego, formou-se uma cooperativa dos antigos funcionários, que assumiu o controle da Villa Romana. Já a Alpargatas foi adquirida por grupo nacional, Santista Têxtil que atua até os dias

de hoje, tendo como linha de produção cama, mesa e banho, além da Santa Mônica Indústria Têxtil e Comércio Ltda, do mesmo grupo, localizada em Aracaju e, recentemente, em Estância/SE.

Nesse contexto, a abertura comercial dos anos 90 trouxe importantes implicações para a atividade industrial brasileira, várias cadeias produtivas foram desestruturadas, vários setores industriais foram internacionalizados, o setor industrial apresentou uma redução muito expressiva de sua participação do PIB e na redução do número de empregos ao longo dos anos.

No entanto, Sergipe não ficou tão distante dessa realidade: o processo de transformação da abertura comercial desencadeou alguns setores produtivos da economia, em especial o setor têxtil, que se amparou nos últimos anos até os dias atuais no apoio do estado, através da política de desenvolvimento industrial do Programa de Desenvolvimento Sergipano Industrial PSDI, criado nos anos 1990, conforme discutiremos no próximo item.

3.2 PROGRAMA SERGIPANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (PSDI) COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PARA O ESTADO DE SERGIPE

Este item procura analisar a política de desenvolvimento regional e industrial, que é a marca do estado brasileiro, notadamente na região Nordeste/Sergipe vivenciada nas décadas anteriores. Este estudo mostra algumas transformações que viveu o setor industrial na década de 1990 e uma retomada da pesquisa de âmbito institucional da CODISE/SE no período de 1996-2006 por (NASCIMENTO, 2008).

Ao considerar que a década de 1980 marcou a mais profunda transformação da estrutura industrial de Sergipe, novas atividades foram criadas, e setores tradicionais passaram por importantes transformações. Notadamente, os investimentos da implantação da Unidade de Produção da Petrobras e de Gás Natural no estado na década anterior, mas cujos frutos somente se concretizaram quando os anos oitenta já estavam em andamento. O reflexo dessas transformações no percentual avançado do PIB na década de 1980 foi decorrente do peso da atividade de petróleo na economia sergipana

O processo de desconcentração econômica em direção ao Nordeste foi motivado pelo governo. Essa participação foi e ainda é de suma importância para tentar diminuir os desequilíbrios regionais e as desigualdades.

Baseado nessa concepção, o estado de Sergipe tomou algumas medidas políticas de incentivo à industrialização diante da parceria do governo estadual com o objetivo de apoiar os investimentos dos empreendimentos que compreendem as treze microrregiões sergipanas.

Essa medida diante da industrialização sergipana apóia-se na Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), cujo objetivo é incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional e/ou fiscal a empreendimentos de iniciativa privada.

Nesse sentido, os empreendimentos deveriam proporcionar ou contribuir para elevação do nível de emprego e renda; a descentralização econômica espacial das atividades produtivas e a modernização tecnológica do parque industrial.

É notória a prática dos estados e municípios brasileiros durante a década de 1990 de concessão de incentivos fiscais e outros benefícios para atrair novos investimentos. Em Sergipe, verificou-se a implantação de novas empresas, sobretudo de pequeno e médio porte, atraídas pelo programa estadual de benefícios ao setor industrial, PSDI.

Dessa forma, para obter os incentivos previstos na Lei nº 3.140/91, as empresas deveriam apresentar projeto de viabilidade técnico-econômico-financeira do empreendimento à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio de Sergipe (SEIC/SE) e ao Conselho de Desenvolvimento Industrial, bem como relatório técnico solicitando à Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), licença prévia para implantação do projeto industrial (FEITOSA, 2007).

Nesse contexto, da década de 1990 até os dias atuais, o estado de Sergipe amparou-se no Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial- PSDI, instituído pela Lei nº. 3.140/91, de 23 de dezembro de 1999. A análise que se segue baseia-se na reprodução da lei acima citada, reformuladas pelas Leis nº 3.377, de 15 de setembro de 1993, 3.590, de 27 de dezembro de 1994, 3.674, de 6 de dezembro de 1995, 3.680, de 20 de dezembro de 1995, 3.591, de 9 de janeiro de 1995, 4.173, de

20 de dezembro de 1999, e consolidada pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003, e pela Lei 4.978, de 30 de setembro de 2003.

O Programa PSDI foi administrado pela Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, e tinha como órgão consultivo e normativo superior o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

O programa, financiado pelo Fundo de Apoio à Industrialização (FAI), beneficiava empreendimentos novos ou já instalados e também a interiorização do desenvolvimento, modernização e preservação do meio ambiente.

As concessões poderiam ser dadas através da participação acionária do Estado de Sergipe. Segundo Feitosa (2007) *apud* Silva (2007, p.51), o artigo 4º da Lei 3.140, conceitua esses incentivos como:

- a) Apoio Financeiro: participação acionária do estado, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe, CODISE, (órgão vinculado à SEICT), nos empreendimentos industriais novos, no limite de até 30% dos investimentos fixos, tendo como parâmetro referencial a geração futura do ICMS;
- b) Apoio Creditício – financiamento prestado pelo PSDI, através do Fundo de Apoio à Industrialização, tendo como parâmetro referencial a geração futura do ICMS, a ser concedido a empreendimento novo e à empresa já instalada e funcionando anteriormente; neste caso, calculado sobre a parte referente ao crescimento real do ICMS a que se refere o § 2º do artigo 3º da Lei 3.140, com suas alterações subsequentes;
- c) Apoio Locacional – cessão ou venda de terrenos ou galpões industriais ou permuta desses galpões para implantação de indústrias, a preços subsidiados.
- d) Apoio Fiscal através de deferimento do diferencial de alíquota do ICMS nas compras de bem de capital, inclusive de importações, feitas por empreendimentos industriais novos, ou por empresas industriais em funcionamento, cujos novos investimentos acrescentem melhoria de produtividade; carência para o pagamento do ICMS devido, no caso de empreendimentos industriais novos; e deferimento do ICMS nas importações de matérias primas, insumos, material secundário e de embalagem.

É interessante observarmos o artigo 5º que concede benefício e apoio ao empreendimento industrial novo, que pode receber benefício creditício, financeiro e

locacional igual ao que lhe seja ser concedido em outro estado, mediante aprovação no CDI (FEITOSA, 2007).

Dessa forma, percebe-se a participação do estado na guerra fiscal, apostando um volume muito grande desses recursos para atrair novos investimentos e criando, assim, condições favoráveis para o desenvolvimento de Sergipe (SILVA, 2007).

Empresas pressionavam o Governo, afirmando que sua estrutura produtiva poderia ser desmontada em 24 horas, caso os incentivos não fossem concedidos (RIBEIRO, 2005). Segundo o autor, algumas empresas tiveram de mudar sua razão social para serem consideradas como novas.

Para isso, o empreendimento novo seria aquele cujas operações tenham começado há menos de 180 dias da formalização do pedido do incentivo junto à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Nota-se que o PSDI tem contribuído no processo de diversificação da economia de Sergipe, pois o programa conseguiu atrair indústrias para outras microrregiões, modificando, assim, a estrutura econômica. Apesar de a microrregião da grande Aracaju ser mais beneficiada com o número de empreendimentos apoiados pelo programa, dos empreendimentos que se encontravam abertos, 60,26% eram microempresas (NASCIMENTO, 2008).

O desenvolvimento da base industrial com um ambiente propício para que os empresários possam investir deve ser estimulado e facilitado pelo Estado. Para isso é necessário mais empenho na promoção das instituições que levem a um aumento da capacidade de transformação e inovação, aumento da geração de emprego e renda no contexto da economia local e no peso do PIB estadual.

Portanto, foi feita uma análise setorial e regional dos empregos previstos pelo PSDI na promoção da diversificação e distribuição do emprego no Estado de Sergipe. Essas medidas têm importância para subsidiar políticas industriais, conforme apresentamos nas tabelas a seguir.

A Tabela 4 trata das treze microrregiões mais industrializadas com os incentivos do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI e enumera cada microrregião que vai de 1 a 13.

Tabela 4: Sergipe - apresentação das treze microrregiões (1996-2006)

MICRORREGIÕES	Nº	MICRORREGIÕES	Nº
Agreste de Itabaiana	1	Grande Aracaju	8
Agreste de Lagarto	2	Japaratuba	9
Baixo Cotinguiba	3	Nossa Sra das Dores	10
Boquim	4	Propriá	11
Carira	5	Sertão do São Francisco	12
Cotinguiba	6	Tobias Barreto	13
Estância	7		

Fonte: (CODISE, 2008; NASCIMENTO, 2008). Com adaptações.

A tabela 5 apresenta o número de empreendimentos criados que receberam incentivos do PSDI nas microrregiões por porte. Vale ressaltar que a microrregião de Estância se destaca na segunda posição com 19 empreendimentos, sendo 2 de microporte, 8 de pequeno porte, 07 de médio porte, 02 de grande porte. Perde apenas para Aracaju com 71 empreendimentos.

Tabela 5: Sergipe - distribuição do número de empreendimentos pelo PSDI abertos entre microrregiões e porte (1996-2006)

PORTE	MICRORREGIÕES													Total geral
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
0 Micro	1	2	1	1		1	2	13			2	4	2	29
1 Pequena	4	5	6	5	1	1	8	49	1	2	3	4	5	94
2 Média		2	1	2	1		7	9			3	2	2	29
3 Grande				1	1		2							4
Total geral	5	9	8	9	3	2	19	71	1	2	8	10	9	156

Fonte: (CODISE, 2008; NASCIMENTO, 2008) com adaptações.

A tabela 6 apresenta o número de empregos criados com empreendimentos incentivados pelo PSDI nas treze microrregiões no período de 1996-2006. Observa-se que a região de Estância continua ocupando a segunda posição no Estado com previsão de 3.162 empregos, perdendo apenas para a microrregião da Grande Aracaju, com previsão de 5.048 empregos gerados.

Tabela 6: Sergipe - distribuição do número de empregos previstos pelo PSDI dos empreendimentos abertos entre microrregiões e o porte (1996-2006)

PORTE	MICRORREGIÃO													Total geral
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
0 Micro	13	25	17	13		12	13	168			26	4	15	346
1 Pequena	203	318	359	221	56	78	375	2344	44	127	147	17	228	4678
2 Média		247	185	475	134		1506	2536			779	25	407	6528
3 Grande				645	902		1268							2815
Total geral	216	590	561	1354	1092	903	162	5048	44	127	952	48	650	14367

Fonte: (CODISE, 2015, Dados Preliminares; NASCIMENTO, 2008). Com adaptações.

Na tabela 7, podem-se destacar os investimentos previstos pelo PSDI para o período de 1996. Em 2006, atingiram praticamente quase todas as treze microrregiões com destaque para a microempresa na região 6, que chegou a apresentar investimento na ordem de 918%. A microrregião 8 teve investimento na ordem de 112,6%; na microrregião 2, os investimentos foram da ordem de 123,5%, e, na microrregião 1, houve investimento de 254,1%.

Tabela 7: Sergipe - distribuição dos investimentos previstos pelo PSDI dos empreendimentos abertos entre microrregiões e o porte (1996-2006)

MICRORREGIÕES	PORTE				TOTAL GERAL
	0 MICRO	1 PEQ	2 MÉDIO	3 GRANDE	
1	254,1	97,5	0,0	0,0	100
2	123,5	55,0	43,7	0,0	100
3	59,2	14,7	84,7	0,0	100
4	78,3	60,6	20,9	17,7	100
5	0,0	4,5	7,3	88,2	100
6	918	90,8	0,0	0,0	100
7	3,7	17,1	71,2	11,7	100
8	112,6	64,0	34,9	0,0	100
9	0,0	100	0,0	0,0	100
10	0,0	100	0,0	0,0	100
11	5,2	24,2	70,7	0,0	100
12	7,5	20,7	71,8	0,0	100
13	1	79,4	19,6	0,0	100
TOTAL GERAL	0,8	35,0	57,6	6,5	100

FONTE: (CODISE, 2015, Dados preliminares; NASCIMENTO, 2008) com adaptações.

Vale observar, nessas discussões referentes ao crescimento industrial do Estado de Sergipe, o número de população ocupada nos setores da economia. Segundo Melo (2012), em 2000, Sergipe contava com uma população ocupada de

10 anos ou mais de idade de 614,5 mil pessoas, das quais 122,2 mil, equivalente a 27%, desenvolviam atividades no setor agropecuário; 96,8% mil, (15,8%), no setor secundário; 345,3 mil (56,2%), no setor terciário, além de 6,2 mil em atividades mal especificadas.

No setor industrial, além da microrregião de Aracaju, apresentavam expressivos contingentes de pessoas ocupadas as microrregiões do Agreste de Itabaiana (8%), Boquim (8%), Tobias Barreto (6,3%), Estância (5,9%) Lagarto (5,8%) Baixo Cotinguiba (4,9%), Propriá (4,7%) Sergipana do São Francisco (4,0%). No setor serviço, no qual a Grande Aracaju representa mais da metade das ocupações, devem ser destacadas as microrregiões de Itabaiana (8,0), Boquim (5,7), Estância (5,0), Tobias Barreto (4,7), Lagarto (4,4) Sergipana do Sertão do São Francisco (4,4) (MELO, 2012).

Ainda assim, mesmo com as dificuldades que vivem o Brasil, o Nordeste e Sergipe, aconteceram ao longo dos anos 2000 investimentos importantes nas indústrias do estado em alguns setores, em especial os setores de alimentos e têxtil, sustentados na dinâmica da industrialização.

Foi apresentado, nesse item, o processo de desconcentração econômica em direção ao Nordeste motivado pelo governo e que essa participação é de suma importância para tentar diminuir os desequilíbrios regionais através da política Industrial. Sergipe, e Estância, vêm obtendo os benefícios do estado através de uma política de industrialização até os dias atuais. Diante do exposto, analisaremos a formação do município de Estância desde a formação até os anos 2012.

3.3 HISTÓRICO E FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Neste item, será analisada, de forma sucinta, a ocupação e formação do município de Estância a partir do século XVI até o século XX.

A ocupação do atual município de Estância iniciou-se no século XVI, quando o fundador mexicano Pedro Homem da Costa se apossou da Vila de Santa Luzia, o mais antigo núcleo sergipano. Conforme Silva (2008), somente no século XVII foi instituída a comarca de Estância. Naquela época, as terras já eram propícias ao desenvolvimento econômico. Pelos trapiches de Estância, circulavam seus principais produtos: gado, açúcar, coco, algodão, cereais e farinha de mandioca, escoavam-se

através de seu Porto da Areia, às margens do rio Piauí. Estância além do rio Piauí, conta com a bacia hidrográfica dos rios Piauitinga e Real.

Nesse sentido, essa produção servia de suporte para a manutenção das casas comerciais, assim como para a exportação do algodão e da cultura da cana-de-açúcar. Foi possível observar uma redução dos engenhos banguês e a incrementação de número acentuado de usinas, com redução de postos de trabalho, e, portanto, liberação de mão de obra. De acordo com Passos Subrinho (2000), no município de Estância, no ano de 1856, existiam 70 engenhos; já no ano de 1881, o número diminuiu para 48. A exploração da pecuária, em toda a colônia gerou renda, alimentação, transporte e força motriz (FRANÇA; GRAÇA, 2000).

Todavia, para movimentar o processo de escoamento da produção na industrialização de Estância nos anos 1800, o rio Piauí, conhecido como ponto de encontro na rota do gado, uma via de acesso para circulação de mercadorias pela sua principal localização, cortada pelo seu principal afluente, o rio Piauitinga, foi responsável pela ocupação do município de Estância com grandes potencialidades do ponto de vista econômico e social (CONCEIÇÃO, 2008).

Estância, no início do século XVIII, tornou-se rapidamente um centro polarizador da economia da região Centro Sul de Sergipe Del Rey, em virtude da sua importância como porto de escoamento de produtos agrícolas e da pecuária. A partir da segunda década do século XIX, com o porto próximo da desembocadura do rio Piauí, a região fazia contato direto com a capital da Bahia, o que fez Estância assumir ligeiramente posição de relevo nos aspectos socioeconômicos de Sergipe (UNIT, 2009).

Conforme Silva (1985) a partir de 1947, em decorrência tanto da falta de condições satisfatórias para regular o atracamento de embarcações maiores, como a forte concorrência de Aracaju nos mercados comerciais do interior do estado, ocorreu uma queda sensível no movimento portuário estanciano. Contudo, embora tendo o seu comércio perdido a supremacia de que havia desfrutado até então, a cidade não estacionou, continuou servindo de polo de atração de mercado comercial e industrial, com destaque no século XIX para o setor têxtil, para os municípios que formam o Sul do Estado. Este estudo merece destaque no próximo item.

3.4 AS PRIMEIRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE ESTÂNCIA

Neste item, será analisada, de forma resumida a formação da base industrial do município de Estância a partir do século XIX até o século XX nos anos 1990.

A economia no século XIX, sem interdição de diferenciações, segue incluindo como pilar essencial o setor agrário exportador. Mesmo com a prevalência do açúcar nas exportações, fazia-se notar a presença de outras indústrias, em particular a têxtil, que ganhou força no processo de industrialização no município de Estância.

Segundo o (IEL, 1986 *apud* MELO, 2012) afirma, a primeira fábrica de tecidos de Sergipe foi fundada em 1882, na cidade de Maruim. Seu proprietário era comerciante do setor de exportação e importação. A indústria Cruz e Cia, ou Fábrica Sergipe Industrial, funcionava com sessenta teares e empregava 170 operários. Contava com uma produção diversificada: brins, cetim, bulgariana, algodãozinho e estopa, mas seu principal mercado era a produção de sacos para a indústria do açúcar.

Todavia em 1930, Estância industrializou-se com a instalação da primeira fábrica de tecidos Santa Cruz, do então chefe operário Júlio Leite.

No tocante às duas fábricas têxteis existentes no final do século XIX, com 780 postos de trabalhos, chegou-se, em 1918, com oito fábricas, a 3.674 postos. Em 1934, com a quantidade de dez fábricas, eram 5.682 os postos de trabalho. Dessa maneira, esse será o setor que ofertará maior quantidade de postos de trabalho, tornando-se, assim, nos moldes da organização fordista, uma categoria de grande importância (ROMÃO, 2000).

Nesse sentido, o beneficiamento e a transformação industrial do algodão em Sergipe fizeram com que, gradativamente, a exportação de fibra fosse substituída pela do tecido produzido. Assim, enquanto a exportação do algodão respondia por 16%, e a de tecidos por 1% das exportações sergipanas no período de 1891-1895, o tecido já representava 24% e o algodão 7% das exportações sergipanas, no período 1891-1915. Nos momentos anteriores à depressão de 1929, os tecidos já representavam 30% das exportações sergipanas (MELO, 2012).

Segundo Romão (2000) a indústria têxtil tinha, nessa época, uma grande importância, não só por seus produtos figurarem expressivamente na agenda de

exportação, como também pelos aspectos sociais, em função do grande número de operários que empregavam. As onze fábricas têxteis que existiam estavam distribuídas da seguinte forma: duas na cidade de Aracaju, Sergipe Industrial e Confiança; três em Estância, Santa Cruz, Senhor do Bonfim e Piauitinga; duas em Neópolis, Passagem e Têxtil; uma em São Cristóvão, Empresa Industrial; uma em Maruim, Sergipe Fabril; uma em Propriá, Indústria Propriá; e uma em Riachuelo, Tecelagem Central.

Tabela 8: Sergipe – consumo de algodão e número de teares e operários – 1922

Fábricas	Consumo Algodão (kg) 1929	Nº de teares que funcionam / 1922	Números de operários / 1922
Sergipe Industrial	1.019.094	350	2.175
Confiança	371.739	300	811
Santa Cruz	441.396	300	530
Senhor do Bonfim	175.713	180	361
Industrial de Propriá	136.684	180	353
Indus. São Cristovão	321.685	250	374
Passagem	446.351	250	600
Têxtil	72.088	100 a 120	320
Sergipe Fabril	124.930	-	-
Tecelagem Central	256.454	-	-

Fonte: Romão Lisboa (2000, p.94). Com adaptações.

Nesse cenário, destacava-se a indústria Sergipe Industrial por possuir, no ano de 1922, 2.175 operários e 350 teares. Essa indústria consumia, no ano de 1929, 1.019.094 kg de algodão.

Entre o período de 1930 a 1935, Sergipe exportou aproximadamente 11.500 toneladas de tecidos de algodão, produzidos em 2,691 teares, operados por 5.682 operários. Mesmo não sabendo o número exato dessa produção dividido em termos de fábricas, pode-se afirmar, por outros números, tanto nos relatórios dos presidentes de província em anos anteriores quanto no trabalho de Sônia Maria Batista, que, em ordem de grandeza, a Sergipe Industrial apresentava-se como a maior indústria em número de teares ou de operários envolvidos, seguida pelas indústrias: Passagem, Santa Cruz e Confiança (ROMÃO, 2000).

De acordo com Conceição (2008), o município de Estância, com a economia voltada para à criação de gado e a cana-de-açúcar, a partir da última década do século XIX, tem sua paisagem remodelada na nova divisão social e territorial do trabalho na escala nacional. Em 1891, é fundada a sua primeira indústria, a Fábrica de Tecidos Santa Cruz, especializada na produção de tecidos crus; operava com, aproximadamente 250 operários, situada nas cercanias da cidade. Outra cidade nascia sob o signo da fábrica.

Nesse sentido, Conceição (2008) sinaliza, em 1912, a instalação da nova fábrica de tecidos, a fábrica Senhor do Bonfim, que ficou conhecida como fábrica nova. No ano 1929, Estância fundou a fábrica Luso Brasileiro, de José Pinheiro Alvelos, que atendia à fabricação de óleo de coco e mamona. Em 1930, surge outro estabelecimento têxtil, a fábrica Piauitinga. Obviamente, essa dinâmica na industrialização do município de Estância não se instalou por acaso, é preciso que, além do dinamismo empreendedor das pessoas, haja um mínimo de condições e infraestrutura propícia, bem como mercado consumidor, recursos hídricos, entre outros, que compensassem os investimentos realizados.

Melo (2012) acrescenta que foi nas primeiras décadas do século XX que a indústria têxtil se consolidou como um dos mais importantes segmentos produtivos de Sergipe, com a fundação de um grande número de empreendimentos na capital e em cidades do interior, a destacar: a instalação da Indústria Peixoto Gonçalves e Cia.(1906), em Aracaju; Empresa Industrial (1913), em Propriá, Empresa Industrial São Cristovão (1915) em São Cristóvão; Sergipe Fabril (1926), em Maruim; Fábrica Senhor do Bomfim (1914), em Estância; e, finalmente, Fábrica de Tecidos Riachuelo (1926), no município de mesmo nome.

Vale destacar que o processo de expansão industrial têxtil no município de Estância ocorreu a partir de 1930, com a fundação da Fábrica de Tecidos Piauitinga. A concentração de três fábricas levou à primeira greve operária em Estância no ano de 1934, na fábrica Senhor do Bomfim. Já em 1937 foi criado o sindicato dos trabalhadores das fábricas têxteis (CONCEIÇÃO, 2008)

O crescimento e o desenvolvimento da região Sul de Sergipe, em especial Estância, deveu-se à existência de energia elétrica abundante a partir de 1950. Quando Jorge do Prado Leite fez um contrato com a CHESF do Rio de Janeiro, comprando uma linha de energia elétrica de 69 kW quer ele utilizasse ou não, sendo

a condição posta a ele, passou nove anos pagando muito mais energia do que precisava para a fábrica de tecido Santa Cruz, que fechou em função da enchente em 1964, remanejando os operários para a nova fábrica de tecidos Piautinga, implantada em 1965 em sociedade com o grupo Constâncio Vieira.

Por essas questões, em meados da década de 1960, o excedente de energia existente é que deu origem à Companhia Sul Sergipana de Eletricidade S/A (SULGIPE), implantada em 1966, que começou distribuindo energia para Estância e demais municípios do sul sergipano e na Bahia, para Jandaíra e Rio Real. No entanto, esses quatorze municípios atendidos pela SULGIPE foram justamente embrionários a partir de uma decisão ousada de Dr. Jorge, que via na energia um fator de desenvolvimento necessário para a região.

Na década de 1970, Estância assume definitivamente características urbanas industriais com a implantação do Distrito Industrial. Além das indústrias têxteis existentes, foi implantada a Amido Glucose Indústria e Comércio S/A, beneficiadora da produção da fécula da mandioca, a Frutos Tropicais do Nordeste S/A e a Indústria de Frutos dos Nordeste S/A (FRUTENE), ambas beneficiavam o suco da laranja e outros similares, cuja produção era destinada à Europa e aos EUA. O beneficiamento da laranja contribuiu para o crescimento da produção do fruto no Centro Sul do estado que, na época, era a segunda região do país em produção e exportação de suco concentrado de laranja (SANTOS, 2010).

Na passagem da década de 1970 para 80, Sergipe é considerado como o segundo maior produtor nacional de laranja e suco concentrado. Nos anos 1980, passou por um processo de modernização, incorporando insumos industriais, apoiando-se na política de crédito rural e no processo tecnológico e específico da cultura de citros que foram os responsáveis pela elevação da produtividade.

Vale considerar que a década de 1980 marcou a mais profunda transformação da estrutura industrial de Sergipe, notadamente, com os investimentos da implantação da Petrobras com a produção de petróleo e gás natural no estado na década anterior.

Conforme se observa, a economia do município de Estância passou por expressivas dinâmicas no que tange aos setores produtivos. A marca do crescimento se deu na década de 1980, momentos em que PIB Sergipano passou a ser referência no Brasil em função das políticas de desenvolvimento industrial, que

foram a marca para o Nordeste, Sergipe e consequentemente, o município de Estância.

Outro investimento reflexo da abertura comercial no estado de Sergipe, nos anos 1990, teve como projeto estruturador do Estado, apoiado pela SUDENE, o Polo Cloroquímico, que teve de repensado, pois havia sido projetado em um modelo de crescimento nacional em que o estado era um dos sustentáculos da atividade econômica.

Conforme Melo (2012), o reflexo dessas transformações no setor industrial, que chegou a representar 68,0% do PIB estadual em 1985, desacelerou sua participação até atingir 33,0% em 1993. Nota-se que o percentual tão elevado de participação do setor industrial no PIB estadual, nos anos 1980 acima da média brasileira e nordestina, decorreu essencialmente do peso da atividade de petróleo na economia sergipana.

Dentro desse cenário, é importante destacar que algumas indústrias foram desarticuladas no início da década de 1990 em Estância, a saber: Amido Glucose Indústria e Comércio do Nordeste S/A, a Frutos Tropicais do Nordeste S/A, e a Indústria de Frutos do Nordeste S/A (FRUTENE). Todas, por questões gerenciais e administrativas, não conseguiram dar continuidade ao processo de produção industrial, chegando a encerrar e, em alguns casos, a falir.

Nesse sentido, com a chegada da abertura comercial, alguns setores sofreram com as transformações da modernização do parque tecnológico. Dessa forma, o setor industrial de Estância tomou rumo em outros investimentos, com a implantação da AMBEV no ano (1997), que se tornou a maior marca no setor de alimentos e bebidas, até os dias atuais para o estado de Sergipe.

Notadamente, essa atividade contribuiu significativamente para o crescimento do PIB de Estância na participação estadual nos anos 1990, seguida de outras atividades como distribuição de energia elétrica, setor têxtil e metal-mecânico. Em 1999, a economia do município de Estância respondia por 7,35% do PIB sergipano (IBGE, 2012).

Este estudo procura mostrar o surgimento da industrialização de Estância no século XIX a partir de 1930. Importantes investimentos aconteceram no município como a implantação das indústrias têxteis, as indústrias do setor de alimentos, que certamente foram a marca no que tange ao número de ocupação que ocorreu

naquela década até os dias atuais e, posteriormente, a implantação em 1966 da Sulgipe, Companhia Sul Sergipana S/A, até os dias de hoje a maior distribuidora de energia elétrica da região Sul do estado e abrangendo alguns municípios da Bahia.

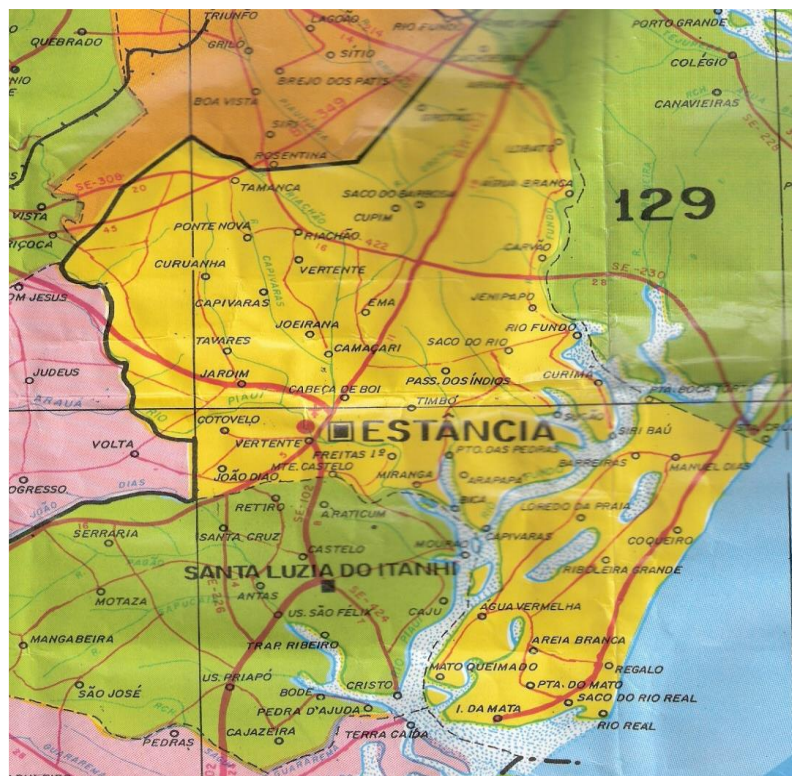
Para isso, foi feita uma análise dos indicadores de desenvolvimento a partir dos anos 2000, a fim de conhecer melhor os aspectos socioeconômicos de Estância, a ser visto no próximo item.

3.5 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

O município de Estância está localizado na Microrregião de Estância, limita-se ao norte com o município de Itaporanga d'Ajuda, e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado da Bahia, na restinga de Mangue Seco, separada pela barra de Estância, ao sudeste limitando-se com os municípios de Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, separado pelo rio Piauí; a Oeste com o município de Arauá e Boquim, a ao noroeste com o município de Salgado.

De acordo com Censo Demográfico (2010), possui uma área municipal 644,08 km², uma população 64.409 habitantes da qual 85% são urbanas e 15% rurais, 51,3% são mulheres e 48,7% homens. Os pardos são 62% da sua população . O município é composto por aproximadamente cinquenta povoados. Figura abaixo ilustra mapa do município de Estância.

Imagem 1 – Mapa do município de Estância (SE)



Fonte: EMDAGRO, (2015).

3.6 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Segundo o censo do IBGE realizado no ano de 2010, a população do município de Estância é de 64.409 habitantes e corresponde a 3,11% da população do estado de Sergipe.

Pode-se observar, na tabela 9, que a evolução da população (2000-2010) do município de Estância ficou abaixo da de Sergipe. Em termos da evolução da população, o município evoluiu significativamente com um percentual de crescimento na ordem de 9,2% da população.

Tabela 9: Sergipe e Estância - evolução populacional entre os anos (2000 –2010)

	População Censo 2000	População Censo 2010	Evolução População 2000-2010
Sergipe	1.784.475	2.068.017	15,9%
Estância	59.002	64.409	9,2%

Fonte: (IBGE, 2010). Com adaptações.

Nesse sentido, a evolução da população urbana e rural do município de Estância com relação á do Estado Sergipe correspondia a 3,11%.

A população como um todo no município apresentou-se mais urbana, com 54.760 habitantes, que rural com 9.649 e uma taxa de urbanização de 85%, ou seja, a relação entre a população urbana e a população total. Vale ressaltar que o município de Estância ultrapassou o percentual da taxa de urbanização do estado, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 10: Sergipe e Estância - população rural x urbana (2010)

	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO
Sergipe	2.068.017	1.520.366	547.651	74%
Estância	64.409	54.760	9.649	85%

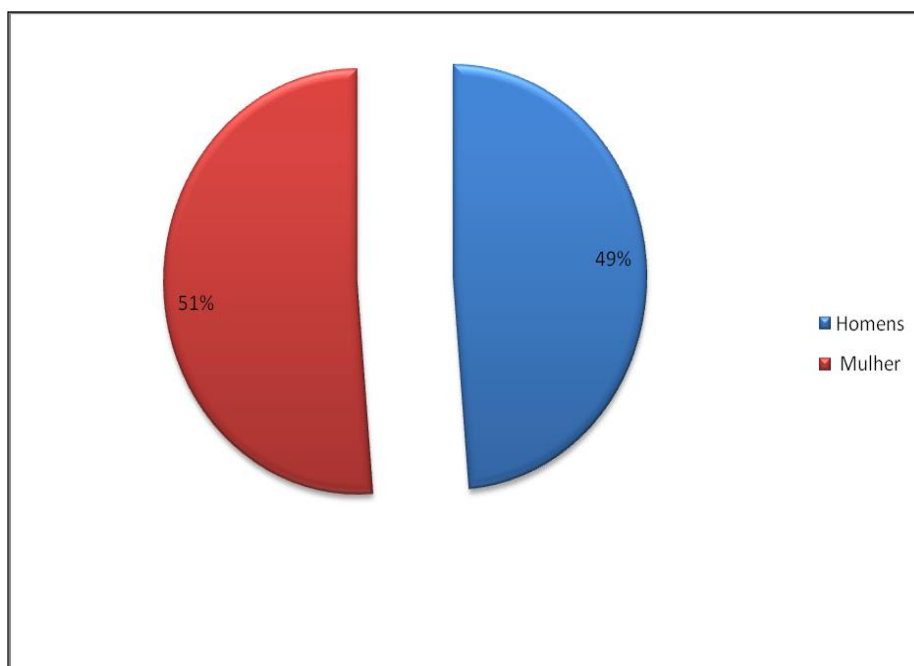
Fonte: (IBGE, 2010). Com adaptações.

3.6.1 População Residente por Gênero

No gráfico 3 e tabela 11 abaixo, encontra-se discriminado o município de Estância, sua população residente por gênero e razão de sexo³. O número de mulheres é superior ao de homens.

³ Razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população, expressa pela (homens/mulheres)*100, onde a razão>100 significa um número maior de homens e a razão<100 significa um número maior de mulheres.

Gráfico 3: Estância - população residente por gênero (2010)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010. Elaboração da autora.

Tabela 11: Estância - população residente por gênero (2010)

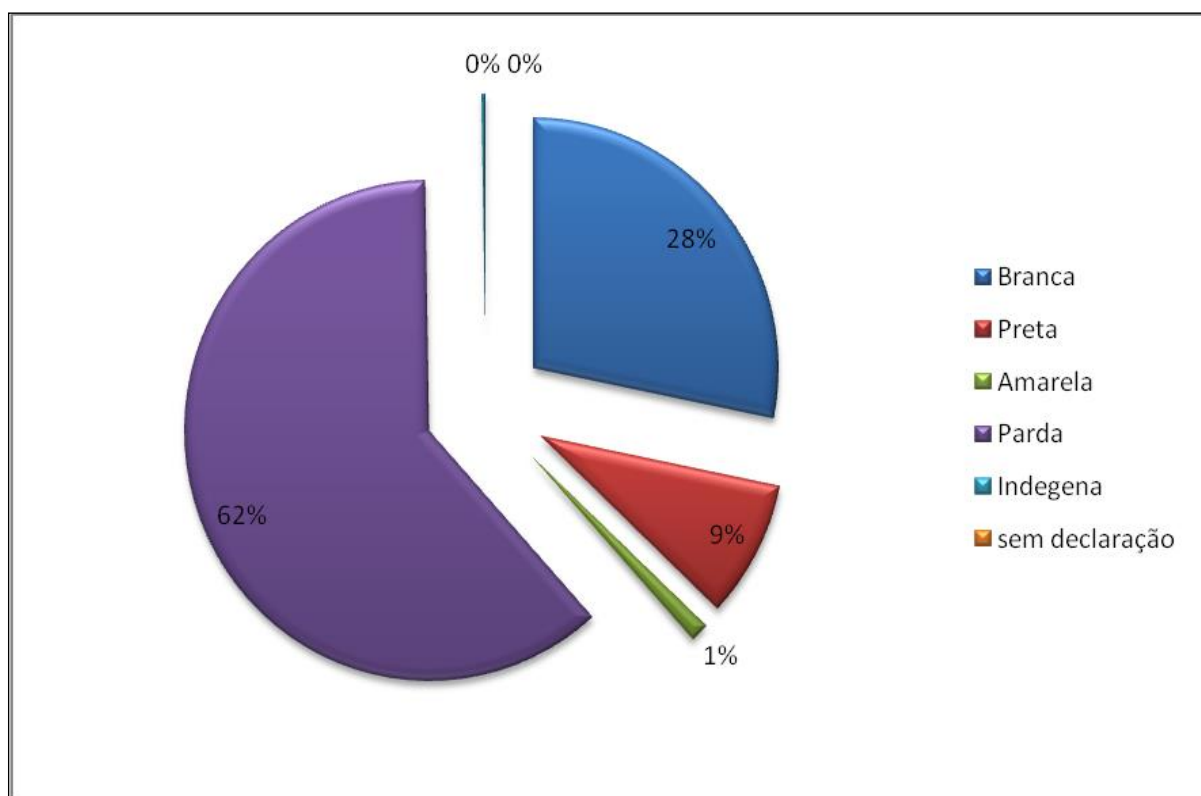
MUNICÍPIOS	Total	Homens	Mulheres	Razão de Sexo
Estância	64.409	31.365	33.044	94,92

Fonte: Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração da autora.

3.6.2 Cor ou Raça

A maioria da população (62%) do município de Estância é da cor parda e ou branca (28%). Em termos comparativos, os percentuais de cada cor ou raça de Estância são iguais aos identificados no estado de Sergipe, conforme gráfico 4 e tabela 12 (IBGE, 2010).

Gráfico 4: Estância - população cor e raça (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010). Com adaptações.

Tabela 12: Sergipe e Estância - cor e raça (2010)

	TOTAL	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena		Sem declaração	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sergipe	2.068.017	583.428	28%	184.054	9%	25.708	1%	1.269.565	62%	5.219	0%	43	0%
Estância	64.409	18.034,52	28%	5.796,81	9%	644,09	1%	39.933,58	62%	--	--	-	--

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração da autora.

3.6.3 Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH)

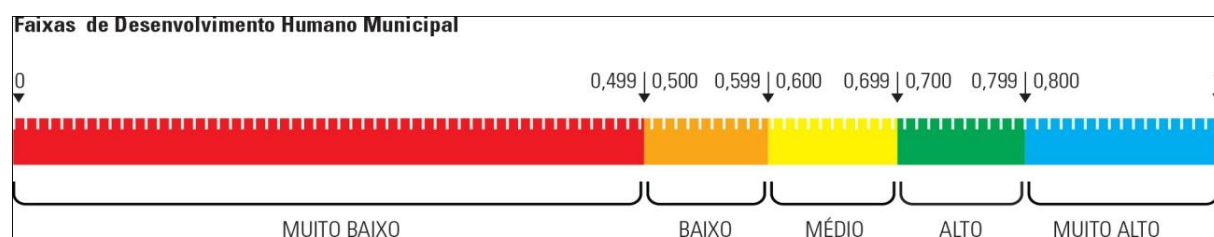
Os indicadores de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas, a oportunidade de se

levar uma vida longa e saudável (saúde), ter acesso ao conhecimento (educação) e poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda).

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

Figura 1 – faixas de desenvolvimento humano municipal



Fonte: PNUD, 2013.

O IDHM do Município de Estância em 2000 era de 0,479, considerado baixo, eleva-se para 0,647 em 2010, avaliado como médio resultado da elevação da renda em 2010 para 0,627, longevidade 0,782, educação 0,552 com melhoria na educação e expectativa de vida. Conforme tabela 13 (PNUD, 2010).

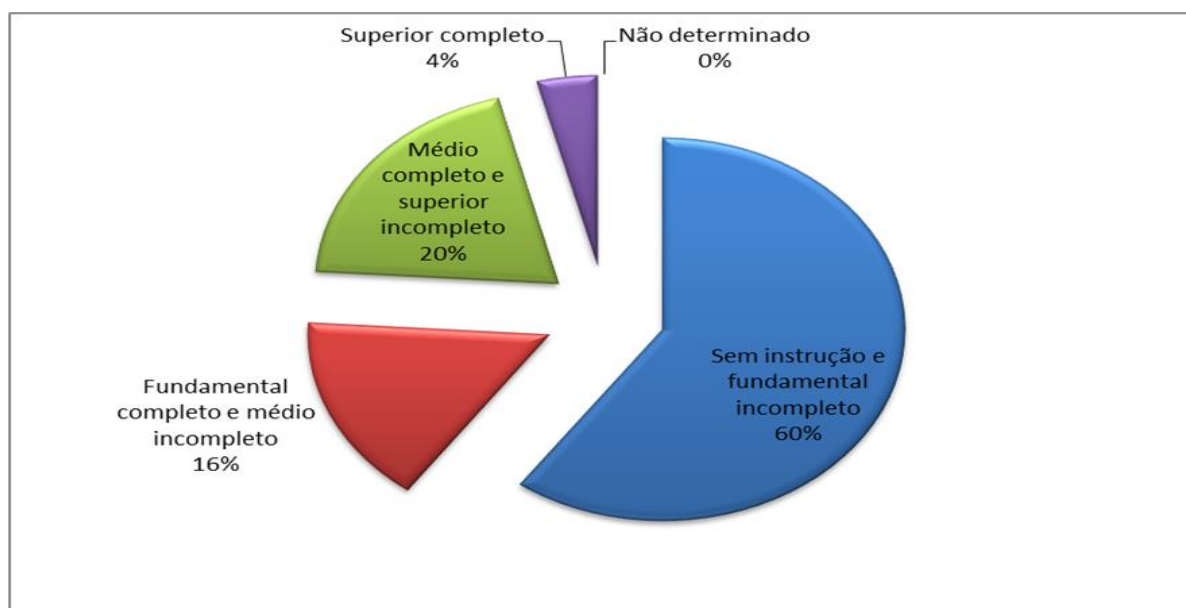
Tabela 13: Estância - índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) (2010)

	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560
Estância	0,647	0,627	0,782	0,552

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração da autora.

Quanto à educação, o Município de Estância encontra-se abaixo da média brasileira e, de acordo com o gráfico 5 e tabela 14, 60% da população de Estância não possui nenhuma instrução ou curso fundamental incompleto. Isso afeta gravemente os níveis de desenvolvimento do município como no índice de tecnologia é baixo, é necessário importar de mão de obra de outros lugares.

Gráfico 5: Estância - nível de instrução (2010)



Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração da autora.

Tabela 14: Sergipe e Estância - nível de instrução (2010)

	Sem Instrução E Fund. Incompleto	Fundamental Completo E Médio Incompleto	Médio Completo E Superior Incompleto	Superior Completo
Sergipe	59%	15%	20%	6%
Estância	60%	16%	20%	4%

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração da autora.

Outro detalhe importante para os indicadores do Município de Estância é que o índice de pobreza no município corresponde a 63,89% da população. São considerados miseráveis, o que aponta para uma concentração de renda e a falta de políticas públicas nas áreas sociais.

3.6.4 Habitação

Segundo o censo do IBGE (2010), o número de domicílios particulares e permanentes no município de Estância é 18.209, que corresponde a 3,07% dos domicílios do estado de Sergipe.

3.6.5 Situação do domicílio

O município de Estância tem 15.613 dos domicílios particulares e permanentes situados na área urbana com média de 3,5 de moradores localizados na zona urbana e 2.596 domicílios particulares na área rural com média de 3,7 moradores, conforme tabela abaixo.

Tabela 15: Sergipe e Estância - domicílios particulares permanentes e média de moradores (2010)

	Domicílios particulares			Média de moradores		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Sergipe	591.315	441.799	149.516	3,5	3,4	3,6
Estância	18.209	15.613	2.596	3,5	3,5	3,7

Fonte: (IBGE, 2010).

3.6.6 Condições de ocupação

A grande maioria dos domicílios particulares permanentes é própria no estado de Sergipe e no município de Estância, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 16: Sergipe e Estância - condições de ocupação dos domicílios permanentes (2010)

	Total	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
Sergipe	591.315	76%	17%	7%	0%
Estância	18.209	71%	20%	9%	0%

Fonte: (IBGE, 2010).

3.6.7 Indicadores de Habitação

Neste estudo, serão analisados quatro indicadores relacionados à habitação no município de Estância:

- Percentual da população em domicílios com água encanada;
- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Percentual da população em domicílios com coleta de lixo;
- Percentual da população em domicílios com energia elétrica.

Como podemos analisar na tabela 17, todos os indicadores relacionados à habitação no município de Estância, o de maior percentual apresentado é energia elétrica.

Tabela 17: Brasil, Sergipe e Estância - indicadores relacionados à habitação (2010)

	% da população em domicílios com água encanada	% da população em domicílios com banheiro e água encanada	% da população em domicílios com coleta de lixo	% da população em domicílios com energia elétrica
Brasil	92,72	87,16	97,02	98,58
Sergipe	89,13	82,24	97,14	99,18
Estância	92,23	85,92	93,75	99,45

Fonte: (PNUD, 2013).

3.6.8 Ocupação

Entende-se como ocupação a tarefa ou função que uma pessoa desenvolve. Para o levantamento das informações da posição na ocupação no trabalho principal, o Censo IBGE 2010 considerou as pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal.

Em termos comparativos, os dados apresentados no município de Estância com o Estado de Sergipe podem identificar que o percentual de empregados do município de Estância com carteira de trabalho assinada é responsável por 57% dos empregos, superior a Sergipe, que responde por 54%, conforme tabela abaixo.

Tabela 18: Sergipe e Estância - posição na ocupação do trabalho principal (2010)

	Posição na ocupação no trabalho principal								Trabalhadores na produção para o próprio consumo (%)	
	Total	Empregados					Conta própria (%)	Empregadores (%)		Não remunerados (%)
		Categoria do emprego no trabalho principal								
		Total (%)	Com carteira de trabalho assinada (%)	Militares e funcionários públicos estatutários (%)	Sem carteira de trabalho assinada (%)					
Sergipe	832.454	65%	54%	9%	37%	24%	2%	2%	7%	
Estância	24.532	64%	57%	8%	35%	24%	2%	3%	7%	

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração da autora.

Em termos comparativos, os dados apresentados para o município de Estância, em relação aos grandes grupos de ocupação do trabalho principal no município de Estância, o de maior relevância, com 18%, são os trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, conforme tabela abaixo.

Tabela 19: Sergipe e Estância - grandes grupos de ocupação do trabalho principal (2010)

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	SERGIPE	ESTÂNCIA
Diretores e Gerentes	3%	3%
Profissionais das Ciências e Intelectuais	9%	8%
Técnicos e Profissionais de Nível Médio	5%	5%
Trabalhadores de Apoio Administrativo	5%	6%
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércios e Mercados	16%	18%
Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca	12%	11%
Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios	10%	11%
Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores	7%	8%
Ocupações Elementares	26%	21%
Ocupações Mal Definidas	7%	9%
TOTAL	832.454	24.532

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração da autora.

3.6.9 Volume de Crédito - Microcrédito

Para Melo (2014), o ciclo de crescimento econômico brasileiro iniciado em 2004 teve um primeiro impulso dado pelo rápido incremento de nossas exportações, seguido pela expansão do poder de compra das famílias decorrente do aumento do

emprego e da elevação da renda nos estados mais pobres da população proporcionada pelos ganhos reais do salário mínimo e pelos programas de transferências de renda. O acesso ao crédito foi mais uma fonte de incremento do poder de compra das famílias.

Vale destacar que a política de Inclusão Social do Governo Federal no período de 2004 a 2010, beneficiou programas sociais que foram retomados de investimentos em infraestrutura e de polos de crescimento, com o programa de desenvolvimento de base legal.

O programa Crediamigo faz parte do Crescer, Programa Nacional de microcrédito do governo Federal, uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria com objetivo de estimular a inclusão social produtiva da população extremamente pobre.

O Crediamigo foi criado em 1998, o programa é operacionalizado pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC) tem como objetivo facilitar o acesso ao crédito aos empreendedores do setor formal e informal. O limite de crédito varia de R\$6.000,00 a R\$ 15.000,00.

Essas medidas de crescimento foram tomadas pelo Governo Federal nos municípios brasileiros e executada pelo agente de desenvolvimento o Banco do Nordeste do Brasil S/A. Na agência de Estância, o crescimento da carteira de crédito do Programa Microcrédito Produtivo e Orientado – Crediamigo foi acentuado, conforme pode observar na tabela abaixo.

Tabela 20: Estância - volume de financiamento do microcrédito crediamigo (2002-2012)

Clientes atendidos 2002	Clientes Atendidos 2012	Valor contratado 2002	Valor contratado 2012
1.479	3.593	3.934.323,00	25.105.968,42
% crescimento de clientes de 2002 p 2012	41,16%	% de crescimento de recursos desembolsado	15,7%

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015). Elaboração da autora.

Nota-se que, em 2002, havia na carteira de clientes atendidos 1.479, passando para 3.593 em 2012, com evolução de 41,16%. Pode-se observar, nesta pesquisa, o valor contratado, no intervalo de 2002 a 2012, de empreendimentos beneficiados no município de Estância nos três setores. Em 2002,

foram contratados 3.934.323,00 milhões, em 2012 saltou para 25.105.968,42 milhões.

3.6.10 Microcrédito Rural

Criado em 2005 o Agroamigo é um Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) O Programa tem como objetivo melhorar o perfil econômico e social do agricultor familiar. Enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a linha de crédito financia de R\$ 4.000,00 a R\$ 15.000,00, conforme tabela abaixo.

Tabela 21: Estância - volume de financiamento do programa agroamigo-rural (2012)

Clientes Atendidos 2012	Valor contratado 2012
2.709	3.458.192,64

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015). Elaboração da autora.

O número de clientes atendidos pelo programa Agroamigo-Rural, correspondia em 2002 a 2.709. Nota-se com esse número de clientes atendidos, o valor contratado foi 3.458.192,64(milhões) na agência do Banco do Nordeste de Estância até dezembro de 2012.

3.6.11 Benéficos da Bolsa Família

Estância, como os demais municípios brasileiros, recebeu benefícios da bolsa família. Nota-se que, em 2012, recebeu 1.175.335 milhões e, em 2012, chegou a receber 11.985.572.

Tabela 22: Estância - volume de famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família e valor repassado (PBF) (2004-2012)

Anos	Número de Famílias Beneficiadas (PBF) No Intervalo de 2004-2012	Valor total repassado do (PBF-R\$)
2004	2.285	1.175.335
2005	4.471	2.248.070
2006	6.454	4.210.869
2007	6.029	5.096.684
2008	5.584	5.887.709
2009	7.296	7.466.629
2010	7.671	8.899.261
2011	7.630	10.428.388
2012	7.843	11.985.572

Fonte: ESTÂNCIA. Secretaria Municipal de Assistência Social de Estância, 2012. Com adaptações.

Conforme se pode notar na tabela abaixo, até o ano de 2012, existiam 10.988 mil famílias beneficiadas no cadastro único no município de Estância.

Tabela 23: Estância - volume de famílias com benefícios no cadastro único (2012)

ANO	VALOR DO FINANCIAMENTO
2012	10.988

Fonte: ESTÂNCIA. Secretaria Municipal de Assistência Social de Estância, 2012.

3.6.12 Volume de Financiamento – Carteira de Crédito do Banco do Nordeste/Sergipe Estância.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1995, reserva dinheiro para o desenvolvimento econômico e social dos estados da região Nordeste. Segundo o artigo 159 da Constituição Federal de 1988, 3% de toda a arrecadação com os impostos de renda de pessoa física e jurídica e com imposto sobre produtos industrializados constituem os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dessa forma, o município de Estância, através do Banco do Nordeste Agência de Estância, recebeu recursos, nos anos 2000, para segmentos da economia, em especial o setor industrial, que é marca para o estado de Sergipe., conforme tabela abaixo.

Tabela 24: Estância - volume de financiamento com recursos do FNE (2002 – 2012)

Linha de Crédito	Valor do financiamento
FNE Indústria	36.033.393,90
FNE Comércio	1.040.619,71
FNE-MPE Indústria	1.326.516,50
Total	38.400.530,11

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015). Elaboração da autora.

3.7 INDICADORES ECONÔMICOS

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou municípios). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região.

3.7.1 Produto Interno Bruto

O produto interno bruto de Estância, em 2002, participava com 6,26% do PIB de Sergipe, mas em 2012 caiu e chegou a responder por 4,7% do PIB do Estado.

O PIB *per capita* a preços correntes, em 2012, correspondeu ao total de R\$ 19.987,62.

3.7.2 Renda *Per capita*

A renda *per capita* do município de Estância equivale a 49,8% da renda nacional e 75,52% da renda *per capita* estadual, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 25: Brasil, Sergipe e Estância - renda *per capita* (2010)

MUNICÍPIOS	Renda <i>per capita</i> (2010)
Brasil	R\$ 793,87
Sergipe	R\$ 523,53
Estância	R\$ 395,41

Fonte: (PNUD, 2010). Elaboração da autora.

Na seqüência, será feita a análise dos resultados da estrutura econômica e produtiva no município de Estância no período de 2002 a 2012.

4 ANÁLISE DE RESULTADO DA ESTRUTURA PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA 2002 A 2012

Este capítulo analisa os setores econômicos produtivos do município de Estância e a participação dos setores no intervalo de 2002 a 2012, principalmente no setor secundário. Ou seja, analisa-se o PIB de Estância na participação de Sergipe, o PIB da indústria de Estância no valor adicionado bruto na participação de Sergipe, o número de estabelecimentos entre os anos 1990-2000 e 2002-2012, o porte dos estabelecimentos entre os anos 2002-2009-2012, os empregos totais e formais, os empregos industriais e formais de Estância entre os anos 1990-2000 e 2002-2012. Além das análises do que está acima exposto, serão analisados também os benefícios que o Programa PSDI trouxe para o desenvolvimento industrial de Estância, conforme dados da CODISE, 2015, como também a análise dos resultados deste capítulo.

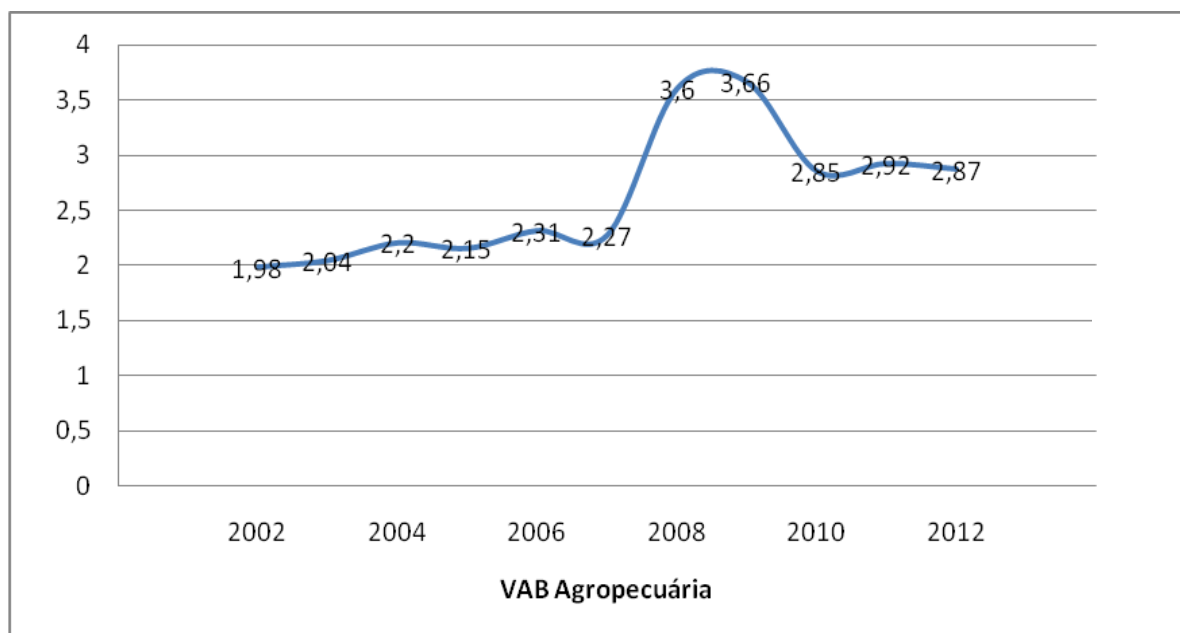
4.1 SETOR PRIMÁRIO

O setor agropecuário, em 2002, respondia por 1,6% da participação de Estância; em 2012, houve uma recuperação, chegando a 2,8% da participação do PIB no valor adicionado bruto - VAB na economia de Estância.

Este item analisa o PIB no valor adicionado bruto agropecuário de Estância na participação de Sergipe, as principais culturas permanentes e temporárias de Estância no intervalo de 2002 a 2012, as ocupações em estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, tomando como base de dados o IBGE/PAM (2012) e o Censo Agropecuário (2006).

No entanto, em 2002, o PIB no VAB Agropecuário de Estância participava com 1,98%, da economia estadual e manteve-se estável com uma leve recuperação até 2007. Em 2008 e 2009, chegou a representar 3,66% da participação estadual, em 2010 caiu para 2,85%, nos demais anos permaneceu estável. Em 2012, respondia por 2,87% do PIB estadual, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 6: Estância - participação do município no VAB agropecuário de Sergipe.
(2002-2012) (%)



Fonte: (IBGE, 2012).

Nesse sentido, serão discutidas as principais culturas do município de Estância no período de 2002 a 2012.

No ano de 2002, o coco-da-baía era a cultura permanente mais disseminada de Estância e respondia por 6,1% da participação do estado. Em 2012, teve uma expressiva recuperação, passando a 29,1% da participação estadual; atualmente, essa produção de coco é escoada para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e para Fábrica Serigy Coco, no Povoado Quissamã, em São Cristóvão/SE. A cultura do mamão, em 2002, respondia por 5,5%; em 2012 recuperou-se e respondeu por 13,7% da participação estadual. A cultura da manga, em 2002, respondia por 8,5% da participação do estado, em 2012 por 11,7% da participação estadual, seguida da cultura da laranja, que respondia por 3,2% no ano de 2002. Em 2012, teve uma recuperação, respondendo por 4,2% da participação do estado. Essa recuperação está associada à dinâmica das atividades industriais do suco de laranja e o potencial dessa cultura na região Sul do estado. Observa-se que a cultura da laranja, em 2012, era a atividade permanente que ocupava o quarto lugar da economia de Estância.

Seguem as culturas da banana, maracujá, tangerina e limão, conforme tabela abaixo.

Tabela 26: Estância – participação do município nas principais culturas de Sergipe (2002-2012)

Lavouras Permanentes		
	2002	2012
Coco-da-baía	6,1%	29,1%
Mamão	5,5%	13,7%
Manga	8,5%	11,7%
Laranja	3,2%	4,2%
Banana	1,1%	3,0%
Maracujá	0,8%	2,2%
Tangerina	0,8%	1,4%
Limão	0,6%	0,8%
Lavouras Temporárias		
	2002	2012
Abacaxi	1,8%	13,5%
Fava (em grão)	1,9%	6,2%
Amendoim (em casca)	2,4%	2,6%
Melancia	-	2,6%
Feijão (em grão)	0,2%	2,2%
Mandioca	1,4%	2,1%
Batata-doce	0,1%	0,2%
Milho (em grão)	0,2%	0,1%

Fonte: (IBGE, 2002-2012).

No entanto, desde a década de 70, quando Estância assumiu características urbanas com a implantação do Distrito Industrial, foram instaladas três agroindústrias (Frutos Tropicais, Frutene e a Amido Glucose). A Frutos Tropicais e a Frutene faziam o beneficiamento da laranja e outros frutos, cuja produção era destinada à Europa e aos EUA. A Amido Glucose beneficiava a fécula da mandioca e dominava o mercado nacional.

Todavia, a passagem da década de 1970 para a década 1980 representou um marco na história da citricultura sergipana, promovido pela sua ascensão à condição de segundo produtor nacional. Nesse período, passou por um processo de modernização, com a incorporação de insumos industriais, apoiado na política de crédito rural adotada pela economia brasileira.

As indústrias de beneficiamento do suco de laranja concentrado e a indústria de fécula de amido, por falta de capacidade competitiva e questões administrativas, com a segunda gestão foram encerradas em Estância/SE, na década de 1990, assim como outros fatores desencadearam o fechamento de alguns setores da

economia nesse período. O beneficiamento da laranja contribuiu para o crescimento da produção do fruto no Centro Sul do Estado que, na época, era a segunda região do país em produção e exportação do suco concentrado de laranja (SANTOS, 2010).

No que diz respeito à área colhida, Sergipe passou de 5,7 mil hectares, no ano de 1971, para 35,6 mil hectares em 1991, apresentando um crescimento de quase 525%. Enquanto isso, o Estado de São Paulo passou de 102,7 mil hectares em 1971 para 722,8 mil hectares em 1990 (MATOS, 1994).

Nesse contexto, nos anos 2000, no que diz respeito à área colhida, em 2004, Estância colheu 2.609 mil hectares, em 2012 obteve um leve crescimento: 2.729 mil hectares. Já o valor da produção, em 2004, representava 2.969 mil reais. Em 2012, teve expressivo crescimento para 5.871 mil reais, conforme mostram as tabelas.

Tabela 27: Estância - produção da laranja, lavoura permanente (2004)

Laranja - quantidade produzida	30.995	Toneladas
Laranja - valor da produção	2.969	Mil reais
Laranja - área destinada à colheita	2.609	Hectares
Laranja - área colhida	2.609	Hectares
Laranja - rendimento médio	11.880	Kg/hectare

Fonte: (IBGE, PAM, 2004). Elaboração da autora.

Tabela 28: Estância - produção da laranja, lavoura permanente (2012)

Laranja - Quantidade produzida	35.477	Toneladas
Laranja - Valor da produção	5.871	mil reais
Laranja - Área destinada à colheita	2.729	Hectares
Laranja - Área colhida	2.729	Hectares
Laranja - Rendimento médio	13.000	Kg/ hectare

Fonte: (IBGE, PAM, 2012). Elaboração da autora.

Porém, esse número de 35.477 toneladas da quantidade produzida da laranja em 2012, em Estância, não atendia à necessidade das duas indústrias de sucos de laranja concentrado.

Nos dias atuais, a Maratá Sucos adquire 45% de produção própria na Citricultura Maratá no Rio Real/BA e 25% na Agropecuária Maratá no povoado Sapé,

município de Itaporanga D'Ajuda/SE. Os 30% compram do posto Avançado Maratá no município de Boquim/SE.

Atualmente, o abastecimento da Tropfruit corresponde a 50% da produção estadual nos municípios da região sul e demais municípios do estado e mais 40% de mudança regional e 10% nacional.

O número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários em 2006, no município de Estância, correspondia a 4.156 pessoas ocupadas, das quais 1.186 do sexo feminino, ou seja, respondia por 1,62% da ocupação de Sergipe. No mesmo ano, Estância possuía 2.970 pessoas ocupadas do sexo masculino, correspondendo a 1,55% da ocupação de Sergipe, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 29: Sergipe e Estância - pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 – sexo: homens e mulheres (2006)

Sexo	Sergipe	Estância	(%)
Homem	191.595	2.970	1,55
Mulher	73.049	1.186	1,62
Total	264.644	4.156	

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2006. Elaboração da autora.

Analisando a tabela acima, o número de pessoas ocupadas do sexo feminino é bastante expressivo, considerando-se que essa ocupação geralmente é desenvolvida pelo sexo masculino, sendo este o gênero predominante na atividade.

A seguir, será analisado o setor secundário do município de Estância em termos de participação do PIB, estabelecimentos e empregos.

4.2 SETOR SECUNDÁRIO

O Brasil, o Nordeste e Sergipe passaram na década de 1990 por fortes transformações; vários setores e cadeias produtivas se desestruturaram e outras quebraram. Notadamente em Estância, os setores mais atingidos nessa década foram os de alimentos e, principalmente, o setor têxtil.

Nos anos 2000, com o apoio do Estado/PSDI, houve uma retomada dos empreendimentos no município de Estância. No ano 2009, essa evolução foi

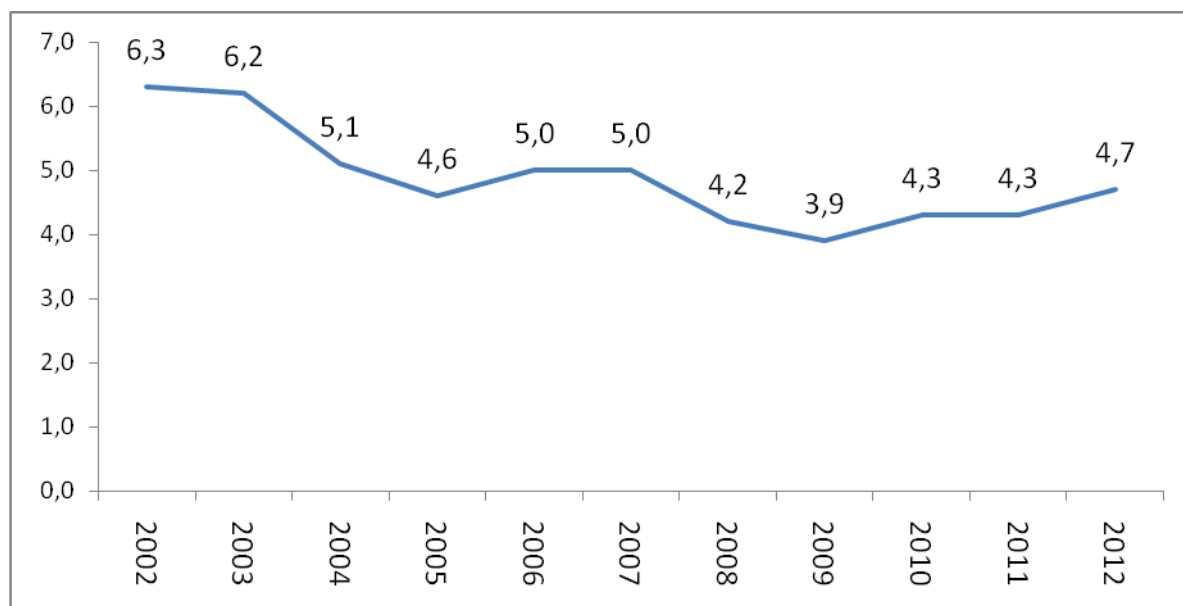
interrompida, fato que corrobora a crise financeira ocorrida no Brasil e no mundo em 2008. A partir de 2010, aumentou o número de estabelecimentos, seguido, também, pela dinâmica do parque industrial com destaque na participação do peso das exportações no setor de alimentos e bebidas na balança comercial de Sergipe.

O setor secundário do município de Estância em 2002 respondia a 58,4% da participação do VAB na economia municipal; em 2012 caiu, para 46,5% da participação do PIB na economia de Estância no valor adicionado bruto. É possível notar que o setor secundário perde peso nos anos 2000 para o setor serviço.

Neste estudo, será analisado o PIB da economia de Estância na participação de Sergipe no período de 2002 a 2012 e o PIB Industrial no VAB na participação de Sergipe no período de 2002 a 2012.

A economia de Estância vem perdendo participação na economia de Sergipe desde final dos anos 1990. O PIB municipal de Estância no final da década de 1990 correspondia a 7,35% da participação estadual; já em 2002, respondia por 6,3% da participação do estado, com tendência de queda chegou em 2009 a responder por 3,9%. É possível observar uma recuperação parcial em 2012 para 4,7% do PIB no VAB da economia estanciana na participação estadual, em grande parte em função da chegada de novos investimentos a município de Estância, conforme gráfico abaixo.

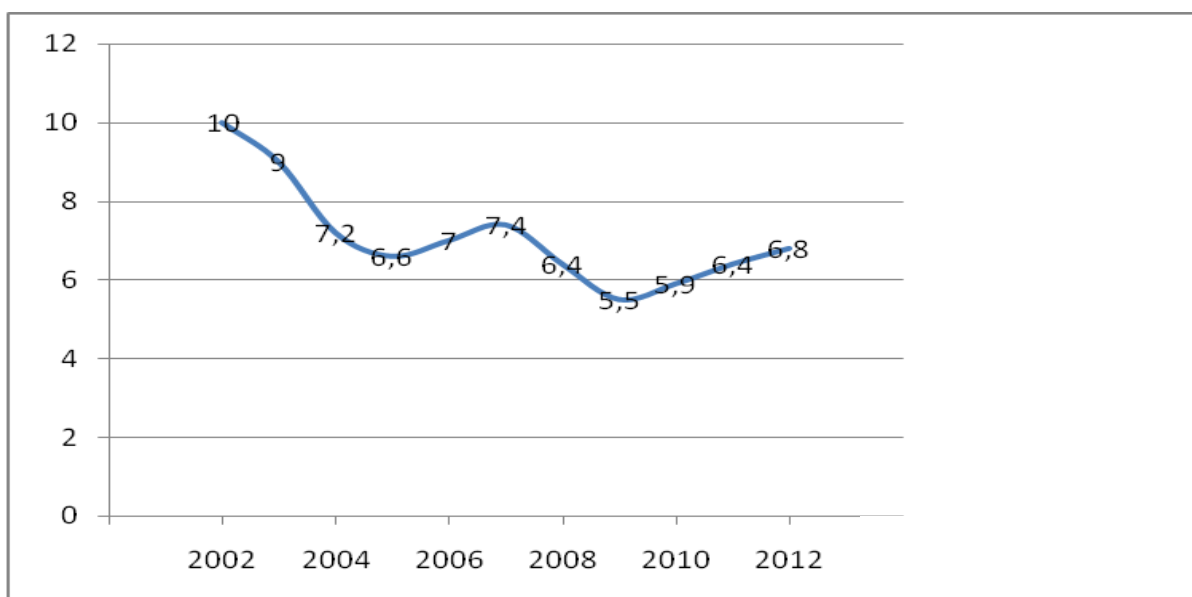
Gráfico 7: Estância - PIB a preços correntes na participação de Sergipe (2002 – 2012)



Fonte: IBGE, Contas regionais, 2002-2012.

O PIB industrial no VAB a preços correntes de Estância participava, em 2002, com 10,0% da economia estadual, com uma redução de 4,5% no período de 2002 a 2009. A maior desaceleração no ritmo do crescimento econômico do setor industrial ocorreu no ano de 2009: 5,5%, em função da crise financeira mundial que passou o país. A partir de 2010, teve uma recuperação, chegando a 6,8% da economia estadual, certamente pela chegada de novas empresas beneficiadas pelo programa PSDI, mas essa retomada de investimentos não proporcionou uma volta às posições relativas que ela possuía no início do período estudado, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 8: Estância - participação do VAB da indústria na participação de Sergipe (2002-2012)

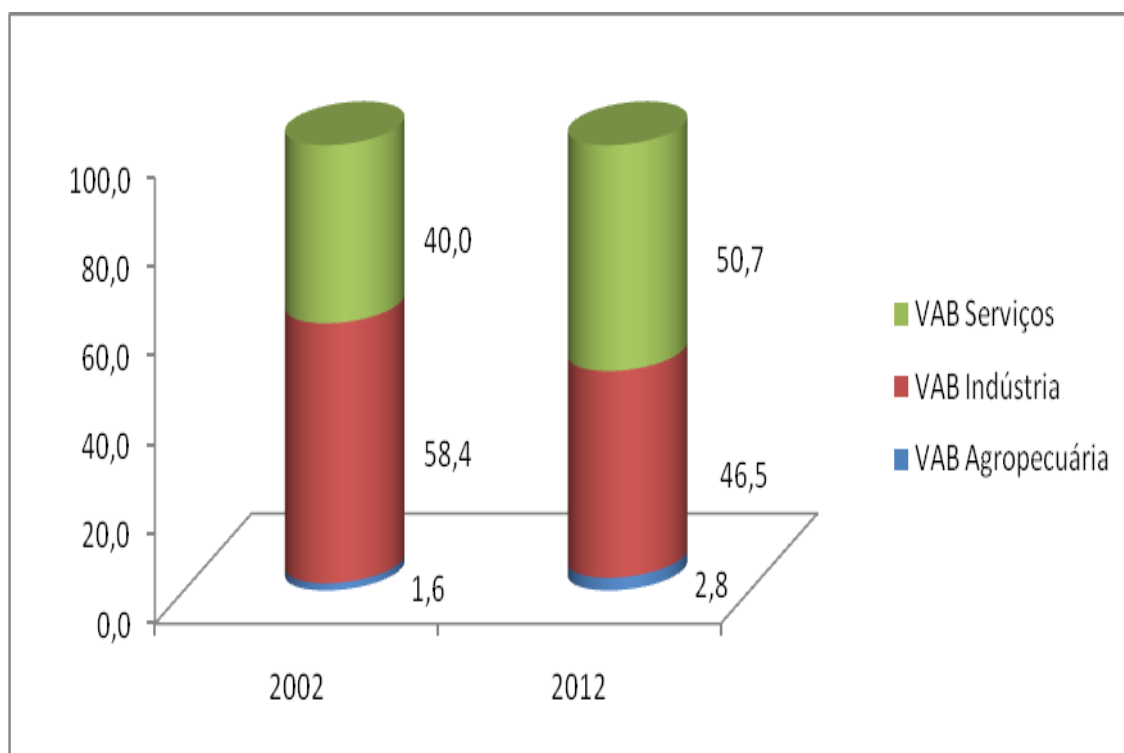


Fonte: IBGE, contas regionais, 2012. Elaboração da autora.

Segundo o IBGE (2012), é importante destacar, neste estudo, o PIB industrial das principais cidades do Estado sergipano na participação da indústria no VAB na participação de Sergipe. O município de Aracaju participava na primeira posição, respondia a 21% da economia industrial em 2012. O município de Estância colocava-se na terceira posição e respondia por 6,8% da economia industrial em 2012 da participação estadual; a quarta posição era do município de Carmópolis, que vinha assumindo crescimento na participação do PIB no VAB nos anos 2000, em 2002 2,47%, em 2012 com 6,6%, notadamente em função da indústria extrativa mineral daquele município.

Nesse contexto, apresenta a participação do PIB na economia de Estância no valor adicionado bruto no intervalo de 2002 a 2012. O setor agropecuário em 2002 respondia a 1,6% da participação de Estância; em 2012, houve uma recuperação: 2,8%. O setor secundário, em 2002, era responsável por 58,4% do valor adicionado da economia. Em 2012, caiu para 46,5%. O setor serviço, em 2002, representava 40,0% da participação estanciana. Em 2012, teve uma parcial recuperação, respondendo por 50,7%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 9: Estância - participação dos setores no VAB da economia de Estância (2002-2012) (%)



Fonte: (IBGE, 2012).

Entende-se nesta análise que o setor agropecuário teve uma recuperação entre os anos 2002 e 2012, respondendo por 1,6% e 2,8% respectivamente. O setor serviço destacou-se: em 2002, 40,0% da economia de Estância; em 2012, houve uma recuperação: 50,7%, possivelmente em função da evolução do número de estabelecimentos criados nesse período, logo demonstrado na análise do setor serviço. O setor secundário de mais expressão na economia de Estância, em 2002 respondia por 58,4%, mas em 2012 esse percentual caiu para 46,5%, conforme se observa a perda no peso do PIB total e industrial do município.

A seguir, serão analisados o número e o porte dos estabelecimentos, empregos totais e industriais da economia de Estância (SE).

4.2.1 Comportamento dos principais setores da Indústria em Estância no período de 2002 a 2012

Neste item, serão apresentados os principais setores da economia de Estância que montam a base para as principais cadeias produtivas do município. Serão analisadas ainda as mudanças estruturais ocorridas na década de 90 nesses setores e no período recente.

Contudo, destacam-se os principais setores industriais, o número e porte de estabelecimentos, o emprego total de Estância no de Sergipe, o emprego industrial de Estância também no de Sergipe, entre os anos 1990-2000 e 2002-2009-2012, através de dados do (IBGE; BRASIL MTE/RAIS, 2012), além da pesquisa do PSDI no período de 2000 a 2012 (CODISE, 2015).

Portanto, será analisada a participação total dos estabelecimentos, entre os anos 1990 e 2000, da estrutura produtiva da economia de Estância, conforme descrição abaixo.

É possível notar, no ano de 1990, o número total de estabelecimentos correspondia a 201 e respondia por 3,0% dos estabelecimentos de Sergipe. Em 2000, teve uma evolução: chegou a 487 e respondia a 3,4% dos estabelecimentos de Sergipe. Nessa discussão, notam-se os subsetores de maior destaque no ano 1990 na participação estadual, a saber: elétrico e comunicação, respondendo por 16,7%, seguido pelos subsetores, serviço de utilidade pública respondia por 13,3%, indústria mecânica com 8,3%, indústria de papel e gráfica com 7,5%, indústria têxtil com 5,6%.

No ano 2000, os subsetores de maior destaque na participação de Sergipe são: elétrico e comunicação respondia por 11,1%, indústria mecânica com 9,1; em terceiro lugar ficou o setor agricultura com 8,7%, seguido dos subsetores da indústria têxtil, com 5,7% e a indústria metalúrgica com 4,5%, conforme tabela abaixo.

Tabela 30: Sergipe e Estância - número total de estabelecimentos na participação de Sergipe (absoluta e relativa /1990 - 2000)

Coluna	1990			2000		
IBGE Subsetor	Estância	Sergipe	Part %	Estância	Sergipe	Part %
Extrativa Mineral	0	33	0,0	0	26	0,0
Prod. Mineral não Metálico	2	76	2,6	2	105	1,9
Indústria Metalúrgica	1	56	1,8	4	89	4,5
Indústria Mecânica	1	12	8,3	1	11	9,1
Elétrico e Comunicação	1	6	16,7	1	9	11,1
Material de Transporte	0	16	0,0	0	17	0,0
Madeira e Mobiliário	5	85	5,9	4	122	3,3
Papel e Gráfica	4	53	7,5	2	88	2,3
Borracha, Fumo, Couros	1	49	2,0	1	38	2,6
Indústria Química	1	28	3,6	2	74	2,7
Indústria Têxtil	5	89	5,6	7	123	5,7
Indústria Calçados	0	15	0,0	0	8	0,0
Alimentos e Bebidas	6	150	4,0	16	502	3,2
Serviço Utilidade Pública	2	15	13,3	2	92	2,2
Construção Civil	8	306	2,6	16	840	1,9
Comércio Varejista	84	2598	3,2	181	5062	3,6
Comércio Atacadista	7	220	3,2	10	432	2,3
Instituição Financeira	6	184	3,3	5	242	2,1
Adm. Técnica Profissional	10	566	1,8	21	1345	1,6
Transporte e Comunicações	5	173	2,9	11	413	2,7
Alojamento Comunicação	20	802	2,5	32	1525	2,1
Médicos Odontológicos Vet.	6	156	3,8	15	858	1,7
Ensino	2	103	1,9	11	469	2,3
Administração Pública	5	177	2,8	4	169	2,4
Agricultura	3	74	4,1	139	1590	8,7
Total	201	6721	3,0	487	14249	3,4

Fonte: (BRASIL MTE/RAIS, vários anos).

Nesse sentido, será analisada a participação dos estabelecimentos industriais entre os anos 1990 e 2000 na estrutura produtiva da economia de Estância.

É possível observar os subsetores que mais evoluíram em números absolutos na indústria de Estância entre os anos 1990 e 2000. Destacam-se: em 1990, a indústria metalúrgica correspondia a 01 estabelecimento; em 2000, aumentou para 4 estabelecimentos. Em 1990, a indústria têxtil correspondia a 05 estabelecimentos; em 2000 aumentou para 07 estabelecimentos. Com destaque para a indústria de alimentos e bebidas, que correspondia a 06 estabelecimentos em 1990 e em 2000

saltou para 16 estabelecimentos, notadamente em função da evolução das empresas instaladas nesse município nos anos 2000 com o apoio do PSDI. Seguido pela indústria de construção civil, que correspondia, em 1990, a 08 estabelecimentos, em 2000, esse número cresceu para 16 estabelecimentos. Ou seja, em 1990, a indústria de transformação de Estância correspondia a 37 estabelecimentos e correspondia 3,75% dos estabelecimentos do estado; em 2000, esse número passou para 58 estabelecimentos, isto é 2,7% dos estabelecimentos em Sergipe, conforme tabela abaixo.

Tabela 31: Sergipe e Estância - número de estabelecimentos industriais na participação de Sergipe (absoluta e relativa/1990 - 2000)

Setores	1990			2000		
	Estância	Sergipe	Part. %	Estância	Sergipe	Part. %
Extrativa Mineral	0	33	0,0	0	26	0,0
Prod. Mineral não Metálico	2	76	2,6	2	105	1,9
Indústria Metalúrgica	1	56	1,8	4	89	4,5
Indústria Mecânica	1	12	8,3	1	11	9,1
Elétrico e Comunicação	1	6	16,7	1	9	11,1
Material de Transporte	0	16	0,0	0	17	0,0
Madeira e Mobiliário	5	85	5,9	4	122	3,3
Papel e Gráfica	4	53	7,5	2	88	2,3
Borracha, Fumo, Couros	1	49	2,0	1	38	2,6
Indústria Química	1	28	3,6	2	74	2,7
Indústria Têxtil	5	89	5,6	7	123	5,7
Indústria Calçados	0	15	0,0	0	8	0,0
Alimentos e Bebidas	6	150	4,0	16	502	3,2
Serviço Utilidade Pública	2	15	13,3	2	92	2,2
Construção Civil	8	306	2,6	16	840	1,9
Total	37	989	3,75	58	2144	2,7

Fonte: (BRASIL, MTE/RAIS, 1990-2000).

Nesse contexto, no início e final da década de 1990 foram desestruturadas e encerradas 03 indústrias de grande porte por questões administrativas. Essas indústrias alavancaram a economia de Estância quando da sua implantação na década de 1970 e contribuíram com a participação do PIB no final da década de 1990, na geração de empregos como também nas exportações.

Nos anos 1990, destaca-se o setor têxtil que sofrera fortes consequências da crise por que passou a cadeia têxtil e confecção no Brasil, no Nordeste e em

Sergipe, encerrando atividades industriais, a exemplo da Indústria Fabril em Maruim/SE, pertencentes ao Grupo Constâncio Vieira de Estância/SE.

Porém, com o apoio do Estado, influenciado pela política de desenvolvimento industrial através do PSDI surgiram investimentos de grande porte no Distrito Industrial de Estância nos anos 2000. Já existia a Companhia de Águas Claras - AMBEV (1997) e instalaram-se a Maratá Sucos do Nordeste Ltda. (2000), Tropfruit - Indústria de Sucos do Nordeste S/A (2000), Duas Rodas Nordeste Indústria de Alimentos Ltda. (2003), Entre Rios Indústria e Comércio Ltda. (2005).

Abaixo, será apresentada a evolução dos estabelecimentos totais e vínculos no intervalo de 2002 e 2012.

Observem-se os estabelecimentos e vínculos que mais evoluíram em números absolutos na Economia de Estância entre os anos 2002 a 2012, destacando-se em 2002, a Indústria Têxtil correspondia a 4 estabelecimentos; em 2012 aumentou para 9 estabelecimentos. Em 2002, a indústria de Alimentos e Bebidas correspondia a 18 estabelecimentos. Em 2012 caiu para 17 estabelecimentos. É possível que essa queda possa estar atrelada ao encerramento da indústria de fabricação de Biscoitos Estanciano Ltda., ainda no ano 2012, por questão de sucessão e administração. Em 2002, a indústria de construção civil correspondia a 10 estabelecimentos, em 2012, correspondia a 15 estabelecimentos. Em 2002, o comércio varejista correspondia a 212 estabelecimentos, em 2012 aumentou para 350 estabelecimentos. Destacam-se as instituições financeiras, em 2002 eram 4, em 2012 aumentou para 9, certamente com a chegada do Banco Itaú e o Agroamigo Rural do Banco do Nordeste; já existia o Banco do Nordeste, Credi Amigo, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Estado de Sergipe - BANESE, CEAPE, além das financeiras. Outro subsetor que cresceu nesse intervalo foi o de alojamento e comunicação: em 2002, correspondia a 46 estabelecimentos; em 2012, correspondia a 95 estabelecimentos na economia estanciana. Observa-se, no ano de 2002, o número de estabelecimentos agropecuários, que correspondia a 137, mas em 2012, caiu para 125, conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 32: Estância - evolução dos estabelecimentos e vínculos, por subsetor, na economia (2002-2012)

Subsetores	ESTABELECIMENTOS			VINCULOS		
	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Extrativa Mineral	0	0	-	0	0	-
Prod. Mineral não Metálico	2	4	100,0	6	48	700,0
Indústria Metalúrgica	4	4	0,0	101	145	43,6
Indústria Mecânica	1	0	-100,0	55	0	-100,0
Elétrico e Comunic.	1	1	-	25	4	-84,0
Material de Transporte	0	0	-	0	0	-
Madeira e Mobiliário	4	1	-75,0	28	3	-89,3
Papel e Gráf	2	4	100,0	3	10	233,3
Borracha, Fumo, Couros	1	7	600,0	15	104	593,3
Indústria Química	3	5	66,7	57	67	17,5
Indústria Têxtil	4	9	125,0	606	714	17,8
Indústria Calçados	0	1	-	0	8	-
Alimentos e Bebidas	18	17	-5,6	905	1360	50,3
Serviço Utilidade Pública	2	2	0,0	378	712	88,4
Construção Civil	10	15	50,0	13	150	1053,8
Comércio Varejista	212	350	65,1	934	2017	116,0
Comércio Atacadista	7	13	85,7	39	86	120,5
Instituição Financeira	4	9	125,0	42	77	83,3
Adm Técnica Profissional	13	48	269,2	31	344	1009,7
Transporte e Comunicações	20	43	115,0	71	136	91,5
Alojamento e Comunicação	46	95	106,5	262	463	76,7
Médicos Odontológicos Vet	18	37	105,6	552	544	-1,4
Ensino	14	14	0,0	207	224	8,2
Administração Pública	3	6	100,0	750	1726	130,1
Agricultura	137	125	-8,8	378	272	-28,0
TOTAL	526	810	54%	5.458	9.214	69%

Fonte: (BRASIL, MTE/RAIS, 2002-2012).

Nesse contexto, percebe-se que, em meados dos anos 2000, houve uma retomada dos investimentos e dos empregos. Os estabelecimentos que correspondiam a 526 em 2002, aumentaram para 810, em 2012. O número de empregos em 2002 correspondia a 5.458, mas em 2012, esse número teve um expressivo crescimento para 9.214 dos setores produtivos de Estância.

Conforme tabela abaixo, nota-se a participação absoluta e relativa dos estabelecimentos e empregos da estrutura econômica produtiva do município de

Estância no ano de 2012, destacando-se os principais subsetores, conforme tabela abaixo.

Tabela 33: Estância - número de estabelecimentos e empregos no município (2012)

SEGMENTOS	ESTABELECIMENTOS		EMPREGOS	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Indústria	70	8,6	3.325	36,1
Comércio	363	44,8	2.103	22,8
Serviços	252	31,1	3.514	38,1
Agricultura	125	15,4	272	3,0
Total	810	100,0	9.214	100,0

Fonte: (BRASIL, MTE/RAIS, 2012).

Porém, o setor indústria em 2012 correspondia a 70 estabelecimentos, ou seja, 8,6% do total, e era responsável por gerar 3.325 empregos que respondia por 36,1% da mão de obra e média de 47,5% de pessoas por estabelecimentos.

O comércio, em 2012, correspondia a 2.103 estabelecimentos e respondia por 44,8% dos estabelecimentos, o que correspondia a 22,8% da mão de obra, com média de 5,79% de pessoas por estabelecimentos.

O setor serviço, em 2012, correspondia a 252 estabelecimentos e respondia por 31,1% dos estabelecimentos e empregava 3.514, que respondia 38,1% da mão de obra, média de 13,94% de pessoas por estabelecimentos.

O setor agropecuário correspondia, em 2012, a 125 estabelecimentos, respondendo a 15,4% dos estabelecimentos e empregando 272, que correspondia a 3% da mão de obra, com média de 2,18% de pessoas por estabelecimentos.

O ano de 2000 foi marcado pela retomada dos investimentos em Estância, com o surgimento do parque industrial têxtil e com a consolidação do grupo Constância Vieira. Em 201, criou a CIT- Companhia Industrial Têxtil S/A, com a linha de produção em tecidos, brim de alta qualidade voltado para o segmento de fardamentos, atraindo o mercado nacional com 90% da produção e 10% das exportações. A CIT, em seus dias atuais, é bastante competitiva no mercado nacional em função do grau de tecnologia das modernas máquinas e equipamentos, adquiridos através de um grande financiamento no Banco do Nordeste no ano de 2010. Em 2004, a Ipatinga Indústria e Comércio de Tecidos Ltda., instalou-se no município, com linha de produção em malhas. A Sergitex encontra-se em

funcionamento parcial, desde 2010, no novo Distrito Industrial de Estância. Recentemente, foi instalada a Santa Mônica Indústria e Comércio Ltda, com a linha de produção de cama, mesa e banho. Entretanto, foi encerrada a Indústria de Cosméticos GUF Ltda, que passou por uma crise profunda em 2013.

Muniz (2010), compactua dizendo que não é apenas na competitividade interna das empresas existentes num país que reside a competitividade nacional: essa também se dá pelo somatório da eficiência de toda a sua estrutura produtiva, desde a sua infraestrutura até os arranjos institucionais que a conformam.

Todavia, Velloso *et al.*, (2012) considerando que as fontes de crescimento econômico e o aumento do produto de um país são: o aumento do volume de investimento (capital físico); o aumento ou a melhora da força de trabalho disponível, o capital humano e o aumento da produtividade. Para tanto, essas definições corroboram o ocorrido no grupo Constância Vieira, em 2011 no município de Estância/SE.

No entanto, a cadeia têxtil e confecção brasileira no início dessa década foi abalada pelas importações que apresentaram um crescimento expressivo, principalmente com os produtos asiáticos, sobretudo chineses (MELO; NASCIMENTO; SANTOS, 2002).

Esses autores alertam para outro fato importante no setor têxtil, a realocação da produção com direcionamento de investimentos para o Nordeste e Centro Oeste em busca de menores salários no início dos anos 1990. Ainda assim, a indústria têxtil realizou importantes esforços de modernização do parque tecnológico que, ao lado do aumento das exportações, aumentou o nível de emprego. Entretanto, a valorização cambial, a partir de 1994, acentuou essa tendência, e, por outro lado, reduziu a competitividade da produção nacional nos mercados externos.

Nesse contexto, nota-se, na tabela abaixo, a evolução dos estabelecimentos e empregos no setor industrial nos principais subsetores entre os anos 2002 e 2012.

O setor industrial de Estância, segundo dados do Brasil MTE/RAIS (2012), ocupava 3.325 pessoas. Os setores que contavam com maiores contingentes de trabalhadores eram: fabricação de alimentos e bebidas com 1.360 pessoas ocupadas; a indústria têxtil com 714 pessoas ocupadas; serviços de utilidade pública com 712 pessoas ocupadas. É importante lembrar que os municípios de Estância e Canindé do São Francisco têm características diferentes de outros municípios

sergipanos no âmbito do serviço de distribuição de energia elétrica. A SULGIPE, Companhia Sul Sergipana de Eletricidade, está localizada no município de Estância, considerada mais um atrativo para instalações das indústrias naquela localidade, e a Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada no município de Canindé do São Francisco, apresenta um peso no PIB industrial bastante significativo para a economia do município na participação de Sergipe, seguida das demais atividades que compõem a indústria de transformação de Estância.

Observa-se nessa pesquisa que o subsetor que mais cresceu no intervalo de 2002-2012 foi o setor borracha, fumo e couro correspondente em 2012 a 600%; em segundo lugar, foi o setor têxtil, com participação de 125% da indústria estanciana, conforme tabela abaixo.

Tabela 34: Estância - evolução dos estabelecimentos industriais e vínculos por subsetor, na economia de Estância (2002-2012)

ESTABELECIMENTOS				VINCULOS		
Subsetores	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Extrativa Mineral	0	0	-	0	0	-
Prod. Mineral não Metálico	2	4	100,0	6	48	700,0
Indústria Metalúrgica	4	4	0,0	101	145	43,6
Indústria Mecânica	1	0	-100,0	55	0	-100,0
Elétrico e Comunic.	1	1	-	25	4	-84,0
Material de Transporte	0	0	-	0	0	-
Madeira e Mobiliário	4	1	-75,0	28	3	-89,3
Papel e Gráfica	2	4	100,0	3	10	233,3
Borracha, Fumo, Couros	1	7	600,0	15	104	593,3
Indústria Química	3	5	66,7	57	67	17,5
Indústria Têxtil	4	9	125,0	606	714	17,8
Indústria Calçados	0	1	-	0	8	-
Alimentos e Bebidas	18	17	-5,6	905	1360	50,3
Serviço Utilidade Pública	2	2	0,0	378	712	88,4
Construção Civil	10	15	50,0	13	150	1053,8
Total	52	70	34,62	2.192	3.325	51,7

Fonte: (BRASIL MTE/RAIS, 2012).

Nesse contexto, analisa-se o porte dos estabelecimentos de Estância entre os anos de 2002-2009-2012.

A indústria de Estância em 2002, segundo dados da (BRASIL,MTE/RAIS 2012), contava com 24 estabelecimentos de microporte⁴, 10 de pequeno porte, 6 de médioporte. Na construção civil, em 2002, contava com 10 estabelecimentos de microporte. No setor comércio contava com 195 estabelecimentos de microporte, 23 de pequeno porte e 1 de grande porte. No setor serviço, contava com 99 estabelecimentos de microporte, 15 de pequeno porte, 2 de médio porte e 2 de grande porte, conforme tabela abaixo.

Tabela 35: Estância - quantidade de estabelecimentos, por porte (2002)

	Micro	Pequena	Média	Grande
Indústria	24	10	6	0
Construção Civil	10	0	0	0
Comércio	195	23	0	1
Serviços	99	15	2	2
TOTAL	328	48	8	3

Fonte: (BRASIL MTE/RAIS, 2002).

A indústria de Estância em 2009, segundo dados da (BRASIL MTE/RAIS, 2012), contava com 41 estabelecimentos de microporte⁵, 10 de pequeno porte, 7 de médio porte. Na construção civil, em 2009, contava com 10 estabelecimentos de micro porte, 3 de pequeno porte. No setor comércio, contava com 248 estabelecimentos de microporte, 32 de pequeno porte, 2 de grande porte. No setor serviço, contava com 150 estabelecimentos de microporte, 26 de pequeno porte, 3 de médio porte e 5 de grande porte, conforme tabela abaixo.

⁴ O SEBRAE, 2015, classifica como microempresa no setor indústria com até 19 pessoas ocupadas, no setor comércio e serviços com até 9 pessoas ocupadas. A pequena empresa no setor indústria de 20 a 99 pessoas ocupadas, no setor comércio e serviço de 10 a 49 pessoas ocupadas. Na média empresa, no setor Indústria de 100 a 499 pessoas ocupadas, no setor comércio e serviço de 50 a 99 pessoas ocupadas. Na grande empresa no setor Indústria 500 ou mais pessoas ocupadas no setor comércio e serviço 100 pessoas ocupadas ou mais.

Tabela 36: Estância - quantidade de estabelecimentos, por porte (2009)

	Micro	Pequena	Média	Grande
Indústria	41	10	7	0
Construção Civil	10	3	0	0
Comércio	248	32	0	2
Serviços	150	26	3	5
Total	449	71	10	7

Fonte: (BRASIL MTE/RAIS, 2009).

No ano 2012, a indústria de Estância, segundo dados da Brasil MTE/RAIS, (2012) contava com 37 estabelecimentos de microporte, 10 de pequeno porte, 7 de médio porte, 1 grande porte. Na construção civil, contava com 14 estabelecimentos de microporte, 1 de médio porte. No setor comércio, contava com 322 estabelecimentos de microporte, 37 de pequeno porte, 2 de médio porte e 2 de grande porte. No setor serviço, contava com 210 de microporte, 33 de pequeno porte, 4 de médio porte, 5 de grande porte. É possível notar na economia de Estância que a partir de 2009, o número de estabelecimentos cresceu significativamente com a retomada dos investimentos e no ano de 2012 com a entrada de novas empresas para a classificação do porte e quantidade de estabelecimentos, observa-se a tabela abaixo.

Tabela 37: Estância - quantidade de estabelecimentos, por porte (2012)

Estabelecimentos	Micro	Pequena	Média	Grande
Indústria	37	10	7	1
Construção Civil	14	0	1	0
Comércio	322	37	2	2
Serviços	210	33	4	5
TOTAL	583	80	14	8

Fonte: (BRASIL, MTE/RAIS, 2012).

Nesse mesmo interregno, Estância sofrera com a desestruturação de alguns setores produtivos, notadamente o setor têxtil, que passou por muitas dificuldades para modernizar o parque tecnológico daquelas indústrias e mostra uma perda expressiva do emprego industrial da década de 1990 para os anos 2000, conforme apresenta a descrição abaixo.

Analisa-se os subsetores de Estância que mais contribuíram para geração de emprego na participação de Sergipe: A indústria mecânica respondia por 56,8% em 1990, em 2000 esse percentual caiu para 48,9%. A indústria têxtil respondia por 13,4% em 1990, em 2000 respondia por 13,3% dos empregos gerados nas indústrias têxteis de Estância. Ressalta nessa discussão o número de empregos: em 1990, correspondia a 5.229; em 2000, esse número teve uma parcial recuperação: correspondia a 5.586 empregos gerados na economia de Estância, conforme tabela abaixo.

Tabela 38: Sergipe e Estância - estoque de emprego na participação de Sergipe (absoluta e relativa/1990 – 2000)

			1990			2000		
IBGE Subsetor			Estância	Sergipe	Part %	Estância	Sergipe	Part. %
Extrativa Mineral			0	1235	0,0	0	1287	0,0
Prod. Mineral	Não		2	2125	0,1	28	2875	1,0
Metálico								
Indústria Metalúrgica			4	571	0,7	118	706	16,7
Indústria Mecânica			63	111	56,8	43	88	48,9
Elétrico e Comunicação			3	89	3,4	26	114	22,8
Material de Transporte			0	323	0,0	0	279	0,0
Madeira e Mobiliário			32	544	5,9	19	977	1,9
Papel e Gráfica			11	711	1,5	4	718	0,6
Borracha, Fumo, Couros			2	4107	0,0	9	437	2,1
Indústria Química			1	802	0,1	11	1486	0,7
Indústria Têxtil			1333	9922	13,4	717	5404	13,3
Indústria Calçados			0	406	0,0	0	765	0,0
Alimentos e Bebidas			782	5046	15,5	852	8474	10,1
Serviço Utilidade Pública			284	3342	8,5	398	3024	13,2
Construção Civil			282	12763	2,2	78	11031	0,7
Comércio Varejista			577	17398	3,3	818	26288	3,1
Comércio Atacadista			105	2158	4,9	44	2875	1,5
Instituição Financeira			133	5128	2,6	54	2955	1,8
Adm.Técnica Profissional			48	7576	0,6	35	13767	0,3
Transporte e Comunicações			108	6010	1,8	65	7798	0,8
Aloj. Comunicação			426	19955	2,1	217	13402	1,6
Médicos Odontológicos			8	2348	0,3	659	7422	8,9
Veterinário								
Ensino			21	1566	1,3	181	7376	2,5
Administração Pública			934	69086	1,4	863	79133	1,1
Agricultura			14	1734	0,8	347	7373	4,7
Total			5229	182532	2,9	5586	206054	2,7

Fonte: (BRASIL. MTE/RAIS, vários anos).

Conforme foi analisado pela RAIS 2012, alguns setores sofreram expressivamente nos anos 90. A indústria mecânica, em 1990, respondia por 56,8% do estoque de emprego da indústria sergipana; em 2000, respondia por 48,9%. O segundo setor de contingentes de trabalhadores é o de bebidas e alimentos; nos anos 1990 participava com 15,5% dos empregos das indústrias de Sergipe, já nos anos 2000, teve um aumento do emprego, mais caiu a participação para 10,1% dos empregos da indústria sergipana. O setor têxtil em 1990 contava com maiores contingentes de trabalhadores e foi o mais intenso, pois participava com 13,4% dos empregos industriais sergipanos. Nos anos 2000, em termos de participação era estável e respondia por 13,3% dos empregos industriais sergipanos. Mas, em termos absolutos, foi muito expressivo. Acredita-se que esta situação deve ter ocorrido por causa da inserção das tecnologias. Ou seja, os trabalhadores não se encontravam capacitados suficientemente para lidar com os recursos tecnológicos.

Tabela 39: Sergipe e Estância - estoque de empregos na indústria na participação
Sergipe (absoluta e relativa/1990-2000)

Setores	1990			2000		
	Estância	Sergipe	Part %	Estância	Sergipe	Part. %
Extrativa Mineral	0	1.235	0,0	0	1.287	0,0
Prod. Mineral Não Metálico	2	2.125	0,1	28	2.875	1,0
Indústria Metalúrgica	4	571	0,7	118	706	16,7
Indústria Mecânica	63	111	56,8	43	88	48,9
Elétrico e Comunicação	3	89	3,4	26	114	22,8
Material de Transporte	0	323	0,0	0	279	0,0
Madeira e Mobiliário	32	544	5,9	19	977	1,9
Papel e Gráfica	11	711	1,5	4	718	0,6
Borracha, Fumo, Couros	2	4.107	0,0	9	437	2,1
Indústria Química	1	802	0,1	11	1.486	0,7
Indústria Têxtil	1.333	9.922	13,4	717	5.404	13,3
Indústria Calçados	0	406	0,0	0	765	0,0
Alimentos e Bebidas	782	5.046	15,5	852	8.474	10,1
Serviço Utilidade Pública	284	3.342	8,5	398	3.024	13,2
Construção Civil	282	12.763	2,2	78	11.031	0,7
Total	2.799	42.097	6,6	2.303	37.665	6,1

Fonte: (IBGE, MTE/RAIS, 1990/2000).

Nesse sentido, será analisada a participação do emprego industrial na estrutura setorial da indústria de transformação, construção civil e Serviço de Utilidade Pública (SIUP) de Estância entre os anos (2002-2009-2012), segundo a pesquisa do Brasil, MTE/RAIS (2012), que destacava 12 setores considerados de maior peso, conforme descrição abaixo.

Percebe-se na tabela abaixo que a indústria de transformação de Estância participava em 2002 com 82,2% do número de empregos industriais na economia estanciana. É possível notar que, a partir de 2009, com a crise financeira que viveram o Brasil e o mundo, essa participação em 2009, chegou a responder por 78% dos empregos da indústria estanciana. Com a tendência de queda em 2012, respondia por 74,1%. Observa-se que a indústria de construção civil, no ano de 2002, respondia por 0,6% dos empregos da indústria de Estância, mas a partir de 2009, teve uma expressiva recuperação para 4,3% dos empregos da indústria de Estância. Em 2012, respondia por 4,5% dos empregos industriais estancianos. Esse crescimento na geração de emprego da construção civil estava fortemente ligado aos investimentos feitos no Brasil com o programa PAC, incluindo o Minha Casa Minha Vida. O setor de utilidade pública respondia em 2002 por 17,2% dos empregos no município de Estância. Com tendência de crescimento, passou a responder em 2012 por 21,4%. Esse crescimento se deu por causa da distribuição de energia elétrica, da SULGIPE, que atende à região Sul do estado e a dois municípios da Bahia até os dias atuais.

Tabela 40: Estância - evolução da participação de empregos por subsetor da indústria (2002 - 2009 - 2012) (%)

	2002	2009	2012
Extrativa Mineral	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria de Transformação	82,2%	78,0%	74,1%
Construção Civil	0,6%	4,3%	4,5%
Serviço Utilidade Pública	17,2%	17,7%	21,4%
Total	100%	100%	100%

Fonte: (BRASIL MTE/RAIS, vários anos).

Na indústria de transformação de Estância, os setores que representavam o maior peso na geração de emprego eram: alimentos e bebidas, que respondiam em 2002 por 50,2% dos empregos industriais de Estância e em 2009 tiveram uma parcial e recuperação e respondiam por 51,5%. Em 2012, o setor recuperou o crescimento para 55,2%. No setor têxtil, em 2002, respondia pela participação de 33,6% dos empregos gerados de Estância; com tendência de queda, em 2009 esse percentual passou a responder por 32,0% dos empregos nas indústrias de Estância. Em 2012, caiu para 29,0% dos empregos industriais gerados. Ainda assim, o setor têxtil perde somente para o setor de alimentos da economia estanciana.

Tabela 41: Estância - evolução da participação de empregos por subsetor da indústria de transformação (2002 - 2009 - 2012) (%)

Empregos	2002	2009	2012
Prod. Mineral Não Metálico	0,3%	2,8%	1,9%
Indústria Metalúrgica	5,6%	4,0%	5,9%
Indústria Mecânica	3,1%	1,0%	0,0%
Elétrico e Comunicação	1,4%	3,0%	0,2%
Material de Transporte	0,0%	0,0%	0,0%
Madeira e Mobiliário	1,6%	0,1%	0,1%
Papel e Gráfica	0,2%	0,3%	0,4%
Borracha, Fumo, Couros	0,8%	1,6%	4,2%
Indústria Química	3,2%	4,1%	2,7%
Indústria Têxtil	33,6%	32,0%	29,0%
Indústria Calçados	0,0%	0,0%	0,3%
Alimentos e Bebidas	50,2%	51,1%	55,2%

Fonte: (BRASIL MTE/RAIS, vários anos).

Todavia, o desenvolvimento capitalista é função de sucessivas mudanças em sua estrutura, resultantes de alterações em seu estoque de recursos tecnológicos e também na quebra de seus paradigmas tecnicoeconômicos; os países que lideram tais processos são aqueles que erigem os sistemas institucionais que melhor atendem às necessidades dessa mesma evolução (CONCEIÇÃO, 2012).

Nesse contexto, o município de Estância tem grande peso no setor secundário no que tange ao número de empreendimentos e à forte geração de

emprego. O distrito industrial passou por grandes investimentos em infraestrutura, rodovias e canalização de gás.

Nos anos 2000, a região Sul passou por expressivos investimentos de ordem federal e estadual, com a construção da ponte Gilberto Amado, que liga Aracaju ao litoral e de Sergipe e a Bahia. Por outro lado, o setor cosmético passou por uma crise profunda e encerrou as atividades com o fechamento da Indústria de cosméticos GUF Ltda, no ano 2013, em função de uma série de fatores, principalmente a fusão do grupo.

Vários investimentos aconteceram em Sergipe nos anos 2000. Em 2002, teve a primeira descoberta de petróleo em águas profundas e ultraprofundas do Campo de Piranema, que abalou o entusiasmo da região, localizada no bloco Seal-100, em lâmina d'água de 1.090m. A área total do Campo de Piranema é 263,6 km², e localiza-se na sub-bacia de Sergipe.

Nesse sentido, Melo (2012) pactua com os importantes investimentos que aconteceram com a entrada em operação da plataforma de Piranema em 2007 no litoral sul sergipano, que deverá ampliar, no horizonte de 5 anos, em 30% a produção de petróleo do estado e abriu novo horizonte para a cadeia de petróleo e gás. Percebe-se, que ao longo desses anos, a produção de petróleo da Piranema não atingiu o que se esperava em projeto, para tamanho investimento.

Conforme a ANP (2015), o Campo de Piranema entrou em produção em 2007 e inaugurou a produção de petróleo em águas profundas do Nordeste, com a instalação da primeira plataforma cilíndrica do mundo, num projeto brasileiro pioneiro, batizada como plataforma FPSO SEVAN Piranema.

Nesse sentido, a ANP (2015) apresenta a produção média dos últimos cinco anos de petróleo que correspondia a 6.785,77 bbl/dia. Já de gás natural representava 1.545,43 mil m³/dia, conforme tabela abaixo.

Tabela 42: Sergipe/Piranema - produção média mensal de petróleo e gás natural em bbl/dia e mil m³/dia (2010)

PRODUÇÃO	ANO/2010
Produção média/mensal Petróleo	6.785,77 bb/dia
Produção média/mensal gás natural	1.545,43 mil ³ /dia

Fonte: ANP, 2015.

Nesse sentido, a ANP (2015) apresenta a maior produção média mensal de gás natural de Piranema, o que ocorreu no mês de fevereiro de 2011 com 1.866,54 mil m³/dia. A maior produção média mensal de petróleo ocorreu no mês de março de 2014 e representava 12.346,16 bbl/dia.

Dados da ANP (2015) afirmam que a produção média dos últimos cinco anos de petróleo correspondia a 7.450,01 bbl/dia. Já a de gás natural representava 1.641 mil m³/dia, conforme tabela abaixo.

Tabela 43: Sergipe/Piranema - produção média mensal de petróleo e gás natural em bbl/dia e mil m³/dia-Janeiro a junho, 2015

PRODUÇÃO	ANO/2015
Produção média/mensal Petróleo	7.450,01 bbl/dia
Produção média/mensal gás natural	1.641 mil m ³ /dia

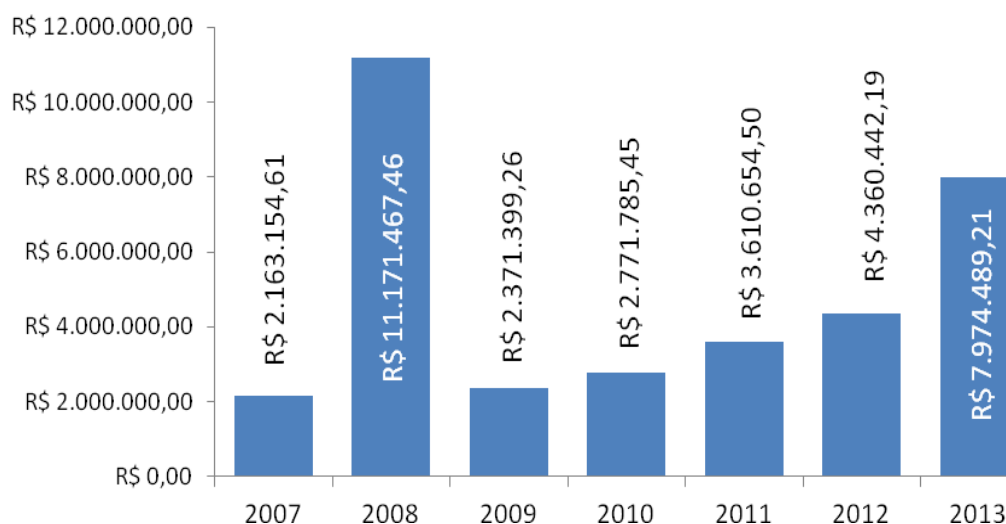
Fonte: ANP, 2015.

A plataforma Piranema, em 2015, é responsável por 19% da produção de petróleo e 59% da produção de gás natural do Estado de Sergipe (ANP, 2015).

Além disso, os royalties vêm contribuindo, desde 2007 até os dias atuais, para o desenvolvimento dos municípios petrolíferos do estado. No caso da região Sul, em especial de Estância/SE, na gestão do período anterior, os recursos foram utilizados em custeio e, na atual, em investimentos de obras estruturais (SMF/2015)

A produção da Piranema, a partir de 2007, passou a beneficiar o município de Estância com os valores de royalties, chegando a 11,1 milhões em 2008, maior pico. Em 2013, respondia por 7,9 milhões, segundo maior pico, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 10: Estância – repasse de royalties (2007–2013)



Fonte: UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2014.

Nesse sentido, a política de desenvolvimento econômico industrial do Estado de Sergipe vem contribuindo essencialmente na dinâmica dos setores produtivos da economia de Estância desde meados dos anos 1990 até os dias atuais, principalmente no que tange às exportações de alguns setores, a destacar o setor alimentos e bebidas. A partir dos anos 2000, o município de Estância diversificou seu parque industrial em diversos setores que contribuem positivamente na participação das exportações da balança comercial do Estado: em 2007, respondia por 52,29% das exportações, em 2008 correspondeu a 45,42%, em 2009 respondeu por 49,85%, em 2010 56,12%, em 2011 por 78,58%, em 2012 era responsável por 63,10% das exportações do estado de Sergipe (BRASIL, MDIC, 2015).

Nesse contexto, Estância detém uma parcela expressiva na balança comercial de Sergipe.

Tabela 44: Estância - valor das exportações (US\$ - FOB) (2002-2012)

ANO	VALOR ABSOLUTO DAS EXPORTAÇÕES/ANO
2002	23.657.228
2003	20.202.482
2004	29.932.089
2005	27.560.879
2006	45.875.299
2007	75.693.032
2008	50.728.836
2009	30.275.643
2010	42.991.908
2011	96.182.938
2012	94.290.335
Total	537.390.669

Fonte: (BRASIL MDIC, 2015).

Destaca-se nessa pesquisa que Estância é o maior pólo exportador de Sergipe e contribui positivamente para a balança comercial do estado. Em 2012, respondia por 63,10% das exportações estaduais e, em 2015, até 31 de maio foi responsável por 69,49% das exportações do estado (BRASIL MDIC, 2015).

Todavia, são detalhadas nesta pesquisa as principais exportações dos produtos de Estância. Conforme tabela abaixo.

Tabela 45: Estância – principais produtos exportados (2006-2005)

Ordem da descrição	2006(Jan/Dez)			2005(Jan/Dez)			Var% US\$ F.O.B 2006/2005
	US\$ F.O.B	Part %	Kg Liquido	US\$ F.O.B	Part%	Kg Liquido	
Total da área = 9							
Total dos principais produtos exportados	45.820.043	100,00	25.167.692	27.503.396	100,00	34.511.558	66,60
Sucos de laranja e outros sucos, outros óleos essenciais de laranja	45.776.794	99%	25.165.450	27.421.286	99,71%	34.503.952	
Outros	3.249	1%	2242	82.110	0,29%	7.606	

Fonte: (BRASIL MDIC, 2015). Elaboração da autora.

Na tabela acima, a participação de 99% das exportações de Estância no ano de 2006 foi especificamente do setor de alimento: suco concentrado da laranja e

abacaxi das Indústrias Marata Sucos e da Tropfruit, mais 1% foram exportações de outras indústrias.

A participação de 99,71% das exportações de Estância no ano de 2005 foi especificamente do setor de alimentos, ou seja, suco concentrado de laranja e abacaxi das Indústrias Maratá Sucos e Tropfruit, sendo que 0,29 % foram exportações de outras indústrias estancianas..

Tabela 46: Estância – principais produtos exportados (2012-2011)

Ordem da descrição	2012(Jan/Dez)			2011(Jan/Dez)			Var% US\$ F.O.B 2006/2005
	US\$ F.O.B	Part %	Kg Liquido	US\$ F.O.B	Part%	Kg Liquido	
Total da área = 9							
Total dos principais produtos exportados	94.290.335	100,00	50.247.114	96.182.938	100,00	45.012.572	-1,97
Sucos de laranja e outros sucos, outros óleos essenciais de laranja	93.678.212	99,35	49.790.526	95.837,750	99,64	44.776.359	
Outros	612,123	0,65	456.588	345.188	0,36	236.213	

Fonte: (BRASIL MDIC, 2015). Elaboração da autora.

Na tabela acima, a participação de 99,35% das exportações de Estância no ano de 2012 foi especificamente do setor de alimento, com suco concentrado de laranja, das Indústrias Maratá Sucos e Tropfruit, sendo que 0,65% foram exportações de outras indústrias.

A participação de 99,64% das exportações de Estância no ano de 2011 foi especificamente do setor de alimento, com suco concentrado de laranja, das Indústrias Maratá Sucos e Tropfruit, sendo que 0,36% foram exportações de outras indústrias.

Sendo assim, tomando como base esse estudo, observa que o estado de Sergipe perdeu participação na cultura da laranja nos anos 2000. Muito embora não tenha crescido em função do mercado mundial, houve uma diminuição pela procura dos consumidores por suco de laranja, em função da agregação de outros frutos. Todavia, o estado procurou diversificar com outras culturas.

Nesse contexto, Sergipe e Estância ganham participação nos últimos anos no dinamismo dos setores econômicos, com base no apoio da política de desenvolvimento industrial do Estado através do Programa de Desenvolvimento Sergipano Industrial PSDI, criado nos anos 90, discutido no próximo item.

4.2.2 Pesquisa do PSDI Estância no período de 2000 a 2012

A década de 90 foi abalada por uma profunda crise e pela transformação da estrutura industrial do Brasil e Sergipe. O município de Estância, desde a implantação da política de desenvolvimento industrial do estado, vem se beneficiando até os dias atuais. Para isso, analisou-se, nesta pesquisa, que, no final dos anos 90, o PIB total respondia por 7,35% com tendência de queda até 2009, mas a partir de 2010, recupera o peso no PIB total e PIB industrial.

Baseado nessa concepção de tentar diminuir os desequilíbrios regionais e as desigualdades no processo de desconcentração econômica, o estado de Sergipe tomou algumas medidas de políticas de incentivo à industrialização com o objetivo de apoiar os investimentos dos empreendimentos que compreendem as treze microrregiões sergipanas.

A industrialização sergipana apoia-se na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, que instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), criado em 1991, mas em funcionamento a partir de 1996.

Em Estância, verificou-se a implantação de novas empresas, sobretudo de pequeno, médio e grande porte, atraídas pelo Programa Estadual de benefícios ao setor industrial, PSDI.

Portanto, foi feita uma pesquisa junto à CODISE (2015) dos empregos previstos pelos empreendimentos incentivados pelo PSDI, através dos benefícios, fiscais, locacionais e de infraestrutura nos anos 1990 e 2000, conforme tabela abaixo.

Tabela 47: Estância - empresas beneficiadas pelo PSDI (1996-1997-1999)

QTDE	Empresa	Ramo de atividade	Resolução número	Tipo de incentivo	Vínculos	Investimento projetado (R\$ 1.000,00)
1	Companhia de Bebida das Américas	Bebidas	06/96	Fiscal	357	184.215
2	Maratá Sucos do Nordeste Ltda	Bebidas	160/99	Fiscal	141	8.438
3	S/A Constâncio Vieira	Têxtil	181/99	Fiscal	675	46.569
4	Ind.Comer.Barcha Ltda	Metalurgia	15/97	Fiscal /locacional	56	1.876
Total Geral					1.229	241.0980

Fonte: (CODISE, 2015). Elaboração da autora.

Observa-se, na tabela acima, que o número de empregos previstos na década de 1990 foi 1.229 para empresas beneficiadas pelo programa PSDI no município de Estância. Efetivamente, concretizou-se a implantação da AMBEV na década de 1990 no Distrito Industrial de Estância, e, no ano seguinte foram instaladas as demais empresas citadas.

Tabela 48: Estância - empresas beneficiadas pelo PSDI (2002-2012)

QTDE	EMPRESA	RAMO DE ATIVIDADE	RESOLUÇÃO NÚMERO	TIPO DE INCENTIVO	VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS	INVESTIMENTO PROJETADO OU REALIZADO (R\$ 1.000,00)
1	Duas Rodas Nordeste Ind. Alimentos Ltda. Itapinga	Produtos Alimentícios	194/99 59/02	Fiscal Locacional	131	7.951
2	Ind.comércio Tecidos Ltda	Têxtil	270/03	Fiscal	51	694
3	Porto da Lagoa Carcinicultura Ltda	Carcinicultura	321/03	Fiscal	25	Não informado
4	José Ildo Silveira Soares_ME	Minerais não metálicos	Não Informado	Licitação	10	80
5	Tropfruit Nordeste S/A	Fabricação de Sucos	04/86; 13/98; 11/05	Outro;Fiscal; Locacional.	277	39.231
6	Arumã Produtos Embalagens de Sergipe LTDA	Fabricação de Embalagens Metálicas	37/07; 52/07.	Fiscal; Locacional; Infraestrutur a	118	92.188
7	Valo Construções e Serv. LTDA	Artefatos de Metais e Plásticos	47/07	Locacional	17	Não Informado
8	Concessionária Entre Rios Ind. e Com. Ltda	Bebidas	84/08;	Fiscal	22	1.298
9	Induplas Ind e Reciclagem de Emb. Plasticas LTDA ME	Reciclagem	02/09	Locacional	45	714
29	Santa Mônica Ind. Têxtil e Com. Ltda	Têxtil	40/2010	Fiscal	50	26.016
10	Flexbelt Ind e Com. de Correias LTDA	Correias industriais	17/11	Locacional	9	364
11	Emanutex Ind. e Com. LTDA	Fabricação de partes para calçado de qualquer material	135/11	Fiscal;locacional	13	
12	Companhia Ind. Têxtil	Tecelagem de fios de algodão	177/11	Fiscal	357	12.804
13	Sergiplas Ind. de Bem. Plásticas de Sergipe LTDA	Emb. Plásticas	84/12	Fiscal; Locacional	12	643
Total Geral					1.137	181.983

Fonte: (CODISE, 2015). Elaboração da autora.

Observa-se nesta pesquisa que, entre os anos 1996,1997 e 1999, o número de empregos previstos e investimentos projetados foi maior que os anos 2000.

Na tabela 48, o número de empregos previstos nos anos 2000 foi 1.137 para empresas beneficiadas pelo programa PSDI no município de Estância. Como se observa no estudo, esse número teve uma pequena queda, comparando os anos 1990 até 2012.

Nesse contexto, vale ressaltar que o município de Estância vem recebendo importante apoio do estado e da SUDENE para instalação dos pequenos e grandes empreendimentos no Distrito Industrial dessa localidade, contribuindo, assim, para industrialização e desenvolvimento econômico do município.

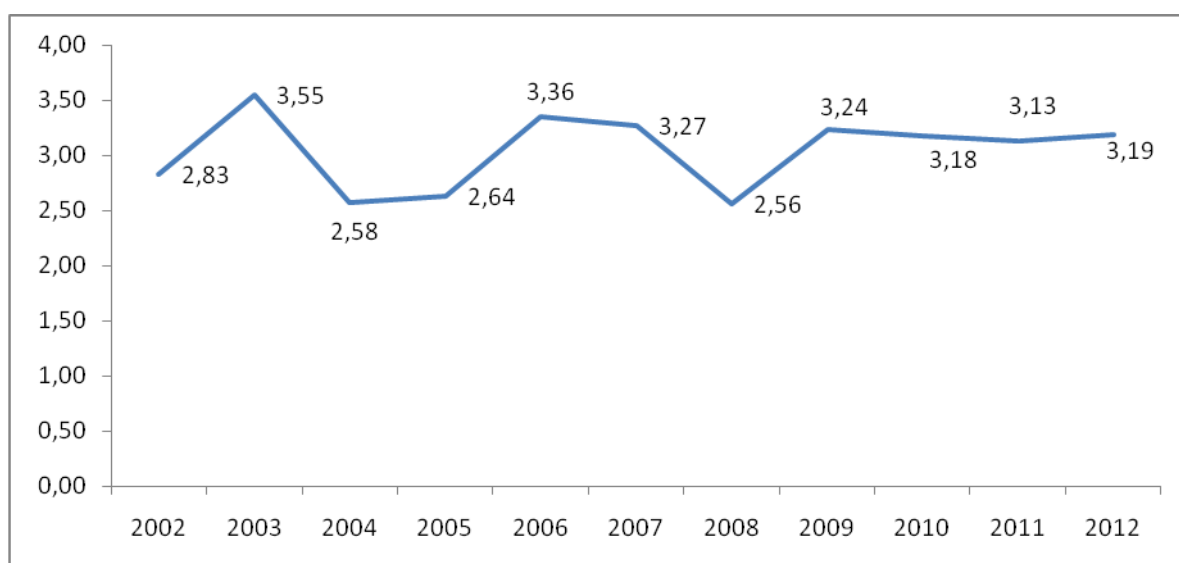
Assim, com a retomada no setor industrial de Estância, faz-se necessário, no próximo item, estudar a participação do setor terciário.

4.3 SETOR TERCIÁRIO

O setor terciário é responsável pela maior fatia, no PIB no VAB no município de Estância. Em 2002, respondia por 40%, já em 2012, era responsável por 50,7%, conforme gráfico, 9. Esse fato desencadeia a dinâmica do crescimento por que vem passando as diversas regiões brasileiras.

O PIB no valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços respondia, em 2002, por 2,83% da participação estadual, e em 2012, por 3,19%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 11: Estância - VAB a preços correntes dos serviços, administração, saúde, educação pública e seguridade social na (%) de Sergipe (2002-2012)



Fonte: (IBGE, vários anos). Elaboração da autora.

Conforme tabela abaixo, o valor da ocupação nas atividades de administração pública e saúde detêm a maior fatia atuando na participação das

atividades no PIB do setor terciário. Em 2012, a atividade de administração técnico-profissional respondia 1009,7%, e a administração pública respondia em 2012 a 130,1% dos empregos em Estância, conforme tabela abaixo.

Tabela 49: Estância - evolução dos estabelecimentos e emprego, por subsetor de serviços, na economia de Estância (2002-2012)

ESTABELECIMENTOS				VÍNCULOS		
Atividades dos Subsetores	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Instituição Financeira	4	9	125,0	42	77	83,3
Adm Técnico-Profissional	13	48	269,2	31	344	1009,7
Transporte e Comunicações	20	43	115,0	71	136	91,5
Alojamento comunicação	46	95	106,5	262	463	76,7
Médicos Odontológicos Vet	18	37	105,6	552	544	-1,4
Ensino	14	14	0,0	207	224	8,2
Administração Pública	3	6	100,0	750	1726	130,1

Fonte: (BRASIL MTE/RAIS, 2012).

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o que foi discutido, enxerga-se que a economia de Estância sofreu um forte abalo nos anos 1990, quando a sua principal base produtiva, o setor têxtil, foi fortemente abalada pela concorrência com os produtos importados.

Destaca-se, nesta análise, o PIB na participação dos setores: O setor agropecuário teve uma parcial recuperação entre os anos 2002 e 2012, respondendo por 1,6% e 2,8% respectivamente. O setor serviço destacou-se: em 2002, respondia a 40,0% da economia de Estância; em 2012, houve um crescimento para 50,7%, possivelmente em função da evolução do número de estabelecimentos criados no período. O setor secundário de maior expressão na economia de Estância, em 2002, respondia por 58,4%, mas em 2012 esse percentual caiu para 46,5%, conforme-se observa no gráfico 9.

Neste estudo, verificou-se que o PIB de Estância, no final do século XX, representava 7,35% do PIB na participação de Sergipe, com tendência de queda em 2009 e respondia por 3,9%, todavia, desde 2009, é possível observar uma recuperação parcial da participação do PIB do município de Estância na economia estadual, em grande parte em função da chegada de novas empresas industriais.

Em 2012, respondia por 4,7%. Assim, mesmo com novos investimentos no parque industrial de Estância, expressiva participação das exportações no total do estado, o montante de royalties para o município não chegou à participação relativa do início do período estudado (IBGE, 2012).

Enxerga-se que o setor secundário de Estância sofreu uma queda no PIB total e PIB no VAB industrial no período de 2002 a 2012.

No que se refere ao PIB no VAB industrial de Estância em 2002, respondia a 10,0% da participação estadual, em 2012 caiu para 6,8% da participação estadual, mas ainda assim o PIB industrial representa o maior peso da economia de Estância. O PIB no VAB Serviço respondia em 2012 a 3,22%. O PIB no VAB agropecuária respondia em 2012 por 2,87% da participação estadual.

Análise1 - Nesse sentido, demonstrou-se a evolução do número de estabelecimentos no município de Estância nos anos 1990 e 2000.

Verificou-se em Estância, no ano de 1990, o número de estabelecimentos totais, que correspondia a 201 e respondia por 3,0% dos estabelecimentos do Estado. Em 2000, houve um crescimento: representava 487 estabelecimentos e respondia por 3,4% dos estabelecimentos de Sergipe. Em 2002, os estabelecimentos correspondiam a 526, isto é, 54% dos estabelecimentos do Estado; comparando a 2012, correspondia a 810 estabelecimentos na economia de Estância.

Em termos de estabelecimentos industriais, Estância, em 1990, representava 37 e respondia por 3,75% dos estabelecimentos industriais de Sergipe. Em 2000, correspondia a 58 e respondia por 2,7% dos estabelecimentos de Sergipe, conforme tabela 31.

No período de 2002, representava 52 estabelecimentos e respondia por 34,62% dos estabelecimentos do Estado; em 2012, cresceu: representava 70 estabelecimentos na indústria estanciana, conforme tabela 34.

A indústria de microporte de Estância, em 2002, representava 24 estabelecimentos; em 2009, com a retomada dos investimentos, chegou a 41, mas em 2012, teve uma queda, 37 estabelecimentos. Espera-se que com a retomada dos investimentos, com a chegada de novas indústrias ao distrito industrial de Estância, o número de estabelecimentos ultrapasse o de 2009.

A indústria de pequeno porte de Estância, em 2002, representava 10 estabelecimentos, número que, nos anos 2009 e 2012, permaneceu estável. A indústria de médio porte, em 2002 representava 6 estabelecimentos, já nos anos 2009 e 2012 representava 7 estabelecimentos em cada ano. A indústria de grande porte correspondia a 01 estabelecimento em 2012, conforme as tabelas 35,36 e 37.

A construção civil de microporte em 2002 e 2009 representava 10 estabelecimentos para cada ano, mas em 2012, aumentou para 14 estabelecimentos. A construção civil de pequeno porte representava 3 estabelecimentos em 2009. De médio porte representava em 2012 apenas 1 estabelecimento.

O comércio de microporte representava, em 2002, 195 estabelecimentos, com tendência de crescimento e em 2009 representava 248 estabelecimentos, em 2012 evoluiu para 322 estabelecimentos. É possível notar que o número de estabelecimentos totais no ano de 1990 no comércio varejista correspondia a 84 estabelecimentos, ou seja 3,2% dos estabelecimentos do estado. No comércio atacadista eram 7 estabelecimentos, isto é, 3,2% da participação estadual. No ano 2000, o comércio varejista teve um crescimento para 181 estabelecimentos totais, respondia por 3,6% dos estabelecimentos na participação do estado; ainda no mesmo ano, o comércio atacadista apresentava 10 estabelecimentos e respondia por 2,3% da participação de Sergipe, conforme apresentado na tabela 30. Ou seja, os anos 2000 até 2012 foram marcados pela retomada do crescimento no setor serviço, conforme apresenta o gráfico 9 e tabela 30.

O setor serviço de microporte de Estância, em 2002, representava 99 estabelecimentos; com tendência de crescimento, em 2009, representava 150 estabelecimentos e em 2012 eram a 210 estabelecimentos. Em 2002, o serviço de pequeno porte representava 15 estabelecimentos, em 2009 teve um aumento para 26, em 2012 para 33 estabelecimentos, conforme as tabelas 35, 36 e 37. A empresa de médio porte representava, em 2002, 2 estabelecimentos, em 2009, 3 estabelecimentos, em 2012 4 estabelecimentos. Já a empresa de grande porte representava 2 estabelecimentos em 2002 e 5 em 2009; em 2012, correspondia a 5 estabelecimentos, conforme tabelas as 35,36 e37.

Em 2002, os estabelecimentos totais de Estância representavam 526, em 2012 houve uma evolução para 810 estabelecimentos, que respondia por 54% dos estabelecimentos da economia de Estância, conforme tabela 32.

Portanto, a tabela 33, apresenta o número de estabelecimentos nos setores da economia de Estância no ano de 2012, assim, discriminado:

O setor indústria, em 2012, correspondia a 70 estabelecimentos e respondia por 8,6% dos estabelecimentos e era responsável por gerar 3.325 empregos, o que correspondia a 36,1% da mão de obra, com média de 47,5% de pessoas por estabelecimento.

O comércio, em 2012, correspondia a 363 estabelecimentos, respondia por 44,8% dos estabelecimentos e era responsável por gerar 2.103 empregos, ou seja, 22,8% da mão de obra, com média de 5,79% de pessoas por estabelecimento.

O setor serviço, em 2012, correspondia a 252 estabelecimentos e respondia por 31,1% dos estabelecimentos, empregando 3.514 pessoas, que correspondia a 38,1% da mão de obra, com média de 13,94% de empregos por estabelecimento.

O setor agropecuário correspondia, em 2012, a 125 estabelecimentos, ou seja, 15,4% dos estabelecimentos, e empregava 272 funcionários, número que respondia por 3% da mão de obra, com média de 2,18% de pessoas por estabelecimento. Observa-se que o setor industrial perde em número de empregos somente para o setor serviço por uma leve expressão.

Outros dados observados referentes ao emprego no ano de 1990 mostram que o município de Estância empregava 5.229 pessoas e respondia por 2,9% do emprego total de Sergipe, mas, em 2000 teve um parcial crescimento: 5.586 empregados e respondia por 2,7% do emprego total de Sergipe. Em 2002, houve um pequeno declínio, por a 5.458 empregos gerados, em 2012, houve um crescimento de 69% dos empregos gerados, comparando com 2002, conforme a tabela 32.

Análise 2 - Nesse sentido, apresenta-se a evolução do emprego industrial dos anos 1990 e 2000 no município de Estância?

Quanto ao emprego industrial, Estância em 1990 empregava 2.799 pessoas e respondia por 6,6% do emprego industrial sergipano, porém em 2000 caiu: foram 2.303 pessoas e 6,1% do emprego industrial de Sergipe, conforme tabela 39. A ocorrência desse fato se deu com a forte participação do setor serviço nos anos 2000 na economia de Estância. Já em 2012, o número de empregos indústrias

formais chegou à casa de 3.325 empregos no setor industrial estanciano, correspondentes a 51,7%, comparando com o ano de 2002, conforme tabela 34.

Percebeu-se que alguns setores sofreram expressivamente nos anos 1990, quando a indústria mecânica, em 1990, respondia por 56,8% do estoque de emprego da indústria sergipana, passando em 2000, a 48,9%. O segundo setor em contingente de trabalhadores é o de alimentos e bebidas que, nos anos 1990, participava com 15,5% dos empregos das indústrias de Sergipe, mas nos anos 2000 teve um decréscimo, caindo à participação para 10,1% dos empregos da indústria sergipana. O setor têxtil, em 1990, contava com maiores contingentes de trabalhadores e era o mais intenso, representando 1.333 empregos formais e participando com 13,4% dos empregos industriais sergipanos. Nos anos 2000, representava 717 empregos formais e, em termos de participação, respondia por 13,3% dos empregos industriais sergipanos, conforme tabela 38.

Em 2012, na indústria de transformação de Estância, os setores que representavam o maior peso na geração de emprego eram: alimentos e bebidas respondiam, em 2002, por 50,2% dos empregos industriais, com uma parcial recuperação em 2009: 51,%. Em 2012, recuperou o crescimento para 55,2%. O setor têxtil, em 2002, respondia pela participação de 33,6% dos empregos gerados de Estância; com tendência de queda, em 2009, esse percentual passou a responder por 32,0%. A tendência permaneceu em 2012, caindo para 29,0% dos empregos industriais gerados. Ainda assim, o setor têxtil perde somente para o setor de alimentos e bebidas da economia estanciana, conforme tabela 41.

Análise 3- Nesse sentido, apresentam-se as principais indústrias instaladas no município de Estância no período de 2002 a 2012?

Aconteceram investimentos importantes na economia, apoiados pela política industrial do estado, através do programa PSDI e pela SUDENE que conduz a base da industrialização do Nordeste e Sergipe, notadamente em Estância até os dias atuais. Em 1997, foi implantada a AMBEV; em 2000, instalou-se a Maratá Sucos do Nordeste Ltda; em 2000, instalou-se a Tropfruit do Nordeste Ltda. 2000; em 2003, a Duas Rodas Nordeste Indústria de Alimentos Ltda, em 2011, a CROW; surgiu a plataforma Piranema em 2007, era, portanto, um novo parque industrial têxtil com novas indústrias instaladas no distrito industrial de Estância. Em 2011, aconteceu a fusão das indústrias do grupo Constâncio Vieira com a Companhia Industrial Têxtil

(CIT), fato, que trouxe um acréscimo significativo na geração de emprego, como também de recuperação, em, 2009 do PIB total e do PIB Industrial.

É relevante destacar que a citricultura do Sul sergipano vem enfrentando sérios problemas em função da seca no Nordeste desde a década de 1980. Nos anos 2000 com a diversificação do suco de laranja para outras frutas, a indústria Maratá Sucos se apropriou da produção de laranja, aliás, uma parte do plantio próprio e representa 45% concentrado na citricultura de Rio Real/BA, 25% na citricultura agropecuária no povoado Sapé, no município de Itaporanga d'Ajuda/SE, os 30% restantes são comprados no posto avançado da cidade de Boquim. Já a Tropfruit adquire 50% da laranja no Estado, 40% na região e 10% noutros locais. Ou seja, constatou-se que, a partir dessa colheita, houve uma participação melhor da cultura da laranja em termos de área por hectare e de valor da produção, conforme visto ao longo deste estudo, conforme tabelas 27 e 28.

Nesta discussão, a cultura da laranja nos anos 2000, embora não tenha crescido muito em função do mercado mundial, sofreu uma diminuição tanto no nível nacional como no internacional na procura dos consumidores pelo suco de laranja, em função da agregação de outros frutos.

Ainda assim, o estudo mostrou o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no ano de 2006. Segundo o censo agropecuário, Estância correspondia a 4.156 pessoas ocupadas, sendo 1.186 do sexo feminino, com a 1,62% da ocupação de Sergipe, e 2.970 pessoas ocupadas do sexo masculino, isto é 1,55% da ocupação de Sergipe. Observou-se que o município de Estância teve, no ano 2006, um número considerável de empregos no setor agropecuário, conforme tabela 29.

Porém, o município de Estância diversificou as atividades produtivas em vários setores nos anos 2000, sendo a de maior destaque nos empregos a indústria de transformação, que participava com 74,1% em 2012, seguida do serviço de utilidade pública com 21,4%, dos empregos gerados na economia estanciana, conforme tabela 40. A indústria de transformação foi a que gerou mais emprego nas atividades da indústria metalúrgica, têxtil, de alimentos e bebidas, serviço de utilidade pública e serviços de administração pública e saúde.

Nesse estudo, foram analisadas as transformações que sofreu a industrialização de Estância nos anos 1990, quando várias cadeias produtivas foram

desestruturadas e o setor têxtil foi o que mais sofreu com o fechamento de empresas. No setor de alimentos, o principal motivo da desestruturação foi a má gestão dos novos dirigentes, porém, outro fato que influenciou negativamente a economia do Nordeste e de Sergipe foi a diminuição das políticas de desenvolvimento regional.

Percebeu-se a queda na economia, que afetou Sergipe e Estância, e o estado assumiu a postura de criar o programa PSDI voltado para o desenvolvimento industrial sergipano. Como se observou neste estudo, comparando os anos 1990 com os anos 2000, houve uma evolução do número de estabelecimentos totais: em 1990, representava 201 e respondia por 3,0% dos estabelecimentos do estado. Em 2000, esse número aumentou para 487 estabelecimentos e 3,4% do total de Sergipe. Em 2002, o número saltou para 526, em 2012 houve um expressivo crescimento para 810 estabelecimentos, ou 54% dos estabelecimentos do estado. Neste estudo, percebeu-se que o município de Estância era o segundo mais beneficiado pelo programa PSDI em Sergipe no número de empreendimentos, perdendo apenas para a Grande Aracaju, conforme mostra o estudo de Nascimento(2008), tabela 5 referente período 1996 a 2006.

Outra discussão interessante é a comparação do número total de empregos na economia de Estância. Em 1990, o município empregava 5.229 pessoas com 2,9% dos empregos do estado, em 2000 teve um leve crescimento e chegou a 5.586 com 2,7% dos empregos estaduais. Em 2002, caiu para 5.458 na participação do estado, em 2012 o número saltou para 9.214 empregos, isto é, 69% dos empregos, comparados a 2002.

Os fatos que comprovam esses resultados mostram a evolução de estabelecimentos e empregos e corroboram a estrutura em que se encontra o parque industrial e tecnológico do município de Estância nos dias atuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação levantou dados sobre a estrutura e evolução da economia do município de Estância no período de 2002 a 2012, procurando identificar as principais transformações, em especial o setor secundário no período compreendido. Subsidiariamente, isso requer também que seja examinado o comportamento do segmento na composição do PIB total na participação estadual, do PIB industrial na participação estadual, de emprego total e industrial na participação do estado e o número de estabelecimentos dos anos em referência.

Nesse sentido, as análises realizadas acerca das transformações produtivas dos objetos específicos estão pautadas em identificar a evolução da participação relativa dos setores no produto municipal de Estância e na participação de Sergipe.

Os elementos teóricos que lastreiam toda a discussão são: a abertura econômica dos anos 1990, principalmente a sua vertente comercial, e a retomada de ações políticas industriais na década seguinte. São verificados os efeitos desses eventos sobre a produtividade da indústria brasileira e sobre um provável processo de desindustrialização pelo qual estaria passando o país.

Se, no primeiro desses decênios, a tônica era dada pela internacionalização e modernização do parque industrial nacional, via aumento da exposição à concorrência estrangeira, no segundo, os objetivos preconizavam o fortalecimento do setor por meio da expansão da sua capacidade inovadora e, conseqüentemente, de oferta.

Dessa forma, o município de Estância, que tem a sua industrialização confundindo-se com a do próprio estado de Sergipe, também foi atingido por essas mudanças nesses últimos vinte anos, de forma que, atualmente, o perfil de sua indústria é totalmente diverso do início desse período.

Conforme o Censo Demográfico de 2010, o município de Estância possui uma população residente de 64.409 habitantes. Desses, a hegemônica maioria encontra-se na área urbana. Além disso, o município é composto por aproximadamente 50 povoados.

No final da década de 1990, o PIB total do município, a preços correntes, correspondia a 7,35% na participação do Estado. Em 2002, o seu produto industrial

era 10,0% da indústria sergipana. Em 2012, esses percentuais haviam caído, respectivamente, para 4,7% e 6,8% (IBGE, 2012).

Muito desse resultado deve-se ao fato de que a indústria diminuiu a sua proporção na formação do produto interno da referida localidade. Em 2002, o setor secundário era detentor de 58,4% daquela economia, mas, no fim da primeira década do século XXI, respondia por 46,5%.

No ano de 2012, a indústria de transformação estanciana, respondia por 55,2% dos estabelecimentos industriais e empregava 2.463 pessoas da cidade.

Os principais setores de atividades da indústria de Estância (têxteis e alimentos e bebidas) sofreram mudanças importantes, desde meados da abertura comercial. Contudo, cada um desses segmentos demonstrou trajetórias distintas em todo o período estudado.

A economia de Estância, principalmente o setor industrial vinha num processo de decadência desde os anos 1990 decorrente do impacto da abertura comercial sobre sua estrutura produtiva, principalmente sobre o setor têxtil. Com isso, não só a economia de Estância vinha perdendo participação no PIB Estadual, como também o setor industrial estanciano vinha perdendo peso no setor industrial sergipano.

Se os anos 1990 foram um período de refluxo, a década de 2000 foi assinalada pela retomada do desenvolvimento econômico, pelo crescimento do poder de atração industrial e pela criação de empregos com o consequente aumento do nível médio da renda.

Nesse contexto, o município de Estância retomou o desenvolvimento econômico, já que a década de 1990 fora abalada pela profunda transformação da estrutura industrial de Sergipe. É possível identificar, todavia, que a partir de 2009 há uma certa retomada do peso da economia estanciana na economia sergipana, não só no peso do PIB total como no peso do PIB industrial.

Baseado nessa concepção, o estado de Sergipe tomou algumas medidas de políticas de incentivo à industrialização na parceria do governo estadual com objetivo de apoiar os investimentos dos empreendimentos que compreendem as 13 microrregiões sergipanas.

Essa medida está pautada no processo de desenvolvimento da industrialização sergipana, apoiada pela a Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), que institui o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) em 1991, mas que só atuou fortemente no estado a partir de 1996, notadamente em Estância.

A propósito, esses empreendimentos deveriam estar pautados em proporcionar ou contribuir para a elevação do nível de emprego e renda, a descentralização econômica espacial das atividades produtivas e a modernização tecnológica do parque industrial.

No período, verificou-se a implantação de novas empresas, sobretudo de pequeno, médio e grande porte, atraídas pelo, programa estadual de benefícios ao setor industrial, PSDI, desde a década de 1990 até os dias atuais.

Portanto, feita uma análise setorial e regional dos empregos previstos pelo PSDI na promoção da diversificação e distribuição do emprego no Estado de Sergipe, essas medidas tiveram importância para subsidiar políticas industriais.

O estudo pode mostrar o número de empregos previstos com empreendimentos incentivados pelo PSDI nas treze microrregiões no intervalo de 1996-2006. Nota-se que a região de Estância ocupava a segunda posição no estado com a criação de 3.162 empregos, perdendo apenas para a microrregião da Grande Aracaju, que gerou 5.048 empregos.

Segundo a pesquisa dos dados coletados na CODISE (2015), o número de empregos previstos nos anos 2000 foi 1.137 para as empresas beneficiadas pelo programa PSDI no município de Estância.

Já no ano 2012, esse número se confirmou, triplicando a força de trabalho no setor secundário, segundo Brasil MTE/RAIS (2012), que correspondia a 3.325 empregos formais, atrelando-se, pois, ao dinamismo da economia e à forte presença do estado.

Por outro lado, o setor industrial perderá participação do PIB total da economia de Estância nos anos 2012 para o setor serviço. Esse fato não foi um empecilho para o município de Estância tornar-se um grande exportador do setor de alimentos desde a década de 1990 até os dias atuais.

Por outro lado, o município precisa estimular o lado social no que tange aos indicadores de desenvolvimento social. Percebeu-se, nos anos 2000, a população carente recebeu um volume alto de recursos do Programa Bolsa Família, concebido pelo governo federal como um projeto de inclusão social e que, na maioria é

considerado o sustento e consumo dessas famílias. Outro programa de inclusão social relevante foi a política de microcrédito criada pelo governo federal e sustentada por bancos federais até os dias atuais. Em Estância, o microcrédito praticado pela política de desenvolvimento dos pequenos negócios contemplado pelo Banco do Nordeste, através do Programa Crediamigo, vem contribuindo substancialmente, aportando recursos em 2012 de aproximadamente 26 milhões para alavancar os pequenos negócios na geração de emprego e renda em vários setores da economia estanciana. Conforme tabela 20.

No período de 2002 a 2012, houve uma evolução do setor industrial. Em 2002, existiam 52 estabelecimentos industriais, em 2012 esse número aumentou para 70 em Estância. Houve uma evolução dos empregos: em 1990, empregava 2.799 pessoas e respondia por 6,65% do emprego industrial de Sergipe; em 2000, teve um pequeno recuo e passou a empregar 2.303 pessoas e respondendo por 6,12%. No ano de 2012, a indústria de transformação estanciana, conforme dados da RAIS, ocupava 3.325 pessoas, com proeminência para os setores de fabricação de alimentos e bebidas, indústria têxtil, indústria mecânica e os de utilidade pública.

Aconteceram vários investimentos importantes em Estância nos anos 2000. As principais indústrias instaladas foram a Maratá Sucos do Nordeste S/A (2000) Tropfruit do Nordeste S/A., (2000) Duas Rodas Indústria de Alimentos Ltda., (2003) Surgiu um grande investimento no Litoral Sul Sergipano, a implantação da plataforma de Piranema em 2007, trazendo aporte de royalties para a região e principalmente para Estância.

Surgiu o parque têxtil, estão em fase de implantação as indústrias Sergitex Indústria Têxtil Ltda.(funcionando parcialmente), Ipatinga Indústria e Comércio de Tecidos Ltda. Foi instalada a CROW (2008). Em seguida, aconteceu a fusão do grupo Constâncio Vieira com a Companhia Industrial têxtil (CIT) (2011), o setor de cosméticos do grupo Constâncio Vieira passou por uma crise profunda em 2013, chegando a encerrar suas atividades.

Recentemente, instalou-se a Santa Mônica Indústria e Comércio Ltda., (2015), está vindo a Indústria Vidreira do Nordeste S/A. (IVN), a JUNDU Mineradora da Bélgica, Guanabara Box e Estofados Ltda. e demais empreendimentos em implantação no município de Estância com o apoio do PSDI no ano de 2015.

No setor agropecuário, a cultura da laranja tem aumentado em Estância no período de 2004 a 2012; nesse sentido, nos anos 2000, no que diz respeito à área colhida, em 2004, Estância colheu 2.609 hectares, em 2012 obteve uma leve recuperação e passou a colher 2.729 hectares. Pode-se chamar atenção para o valor da produção: em 2004, representava 2.969 mil reais, em 2012 teve uma recuperação para 5.871 mil reais. Esse aumento está associado ao desempenho da capacidade produtiva e da produtividade da laranja nas indústrias Maratá Sucos e Tropfruit, que assumiram a dinâmica do parque industrial no setor de alimentos de Estância, contribuindo positivamente na participação das exportações da balança comercial do Estado. Em 2012, respondeu por 63,10%; em 2015 até, o mês de maio, retoma o crescimento respondendo por 69,49% das exportações do estado de Sergipe (BRASIL, MDIC, 2015).

Houve uma retomada dos investimentos do governo federal no período do ciclo expansivo da economia brasileira entre os anos 2000 a 2010.

Mas, a partir de 2013 para cá, o Brasil vive momentos de incerteza sobre as perspectivas da economia brasileira, que também repercutem sobre a economia de Sergipe e Estância. Assim, certamente, essa retomada do crescimento da indústria de Estância entra em período nebuloso, e espera-se passar o período mais difícil dessa crise e que a indústria de Estância possa voltar a crescer com a entrada de novas empresas que estão previstas para o município de Estância.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. ANP. **Dados de Produção do Campo de Piranema**. 2015. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/> Acesso em: 25 maio 2015.

AMADEO, Edward J.; VILLELA, André. **Crescimento da produtividade e a geração de empregos na indústria brasileira**. Texto para discussão 316. Departamento de Economia. Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ). Rio de Janeiro, RJ. 1994.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira. **O papel da abertura financeira no financiamento dos investimentos da economia brasileira ao longo da década de 1990**. Tese. 221f. Curitiba, PR. 2004.

AVEBURG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. IN: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **A Economia Brasileira Nos Anos 90**. Rio De Janeiro, RJ: BNDES/Biblioteca Digital. 1999. Disponível Em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A%20economia%20brasileira%20nos%20anos%2090_P.pdf> Acesso em: 25 maio 2015.

AZEVEDO, André Felipe Z. de; PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. 1997. Disponível em: http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/1997_05.pdf. Acesso em: 25 maio 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Microcrédito Agro Amigo**. 2015. Disponível em: www.bnb.gov.br/agroamigo. Acesso em: 26 jun. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL: **Sistema Interno**. Junho, 2015. Disponível em: www.inec.org.br/projeto.asp?cod=13. Acesso: 29 set. 2015.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ. 2002.

BONELLI, Regis; PINHEIRO, Armando Castelar. Competitividade e Desempenho Industrial: Mais que Só o Câmbio. In: FÓRUM NACIONAL RUMO AO BRASIL DESENVOLVIDO (Em Duas Décadas): Estratégia de Desenvolvimento para Transformar Crise em Oportunidade, através de Três Propostas Básicas (Economia do Conhecimento, Mobilização pela Competitividade Nacional e Uso Universal do Mercado de Capitais), aproveitando Grandes Oportunidades. Brasil - "País de Casse Média", 24, 2012, **Anais...** Rio de Janeiro, 14 a 17 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.forumnacional.org.br/pub/ep/EP0432.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC. **Balança Comercial Brasileira por Município**. 2002-2012 Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/?item=2012-12> Acesso em: 25 maio 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais o Ministério do Trabalho e Emprego**. RAIS/TEM. 1990-2012. Disponível em www.mte.gov.br/rais/.> Acesso em: 25 maio 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação**: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo, SP: Editora 34. 2007.

CAMPELO JR, Aloísio; SALES, Sílvia. Produtividade e competitividade da indústria brasileira de 1996 a 2010. In: BONELLI, Regis (Org.). **A agenda de competitividade do Brasil**. Instituto Brasileiro de Economia. Rio de Janeiro, RJ: FGV. 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE CODISE. **Empreendimentos de Estância /SE com benefícios do PSDI**, anos 1996-2006, Aracaju, 2008.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE. CODISE. **Empreendimentos de Estância, SE com benefícios do PSDI**, Aracaju, anos 1996-1997; 2000-2012. 2015.

CONCEIÇÃO, César Stallbaum. **Da Revolução Industrial à Revolução da Informação**: uma análise da industrialização na América Latina. 209f. Tese. (Doutorado em Economia do Desenvolvimento)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2012.

CONCEIÇÃO; Alexandrina Luz. A cidade de Estância sob o olhar no tempo – Espaço da Fábrica, **Scientia**, v. 4, n. 12, Aracaju, 2008.

DE TONI, Jackson. **Novos arranjos institucionais na política industrial do governo Lula**: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos. 390f. Tese. (Doutorado em Ciência Política)- Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2013.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. ENDAGRO. **Mapa Político Regional Rodoviário e Turístico do Estado de Sergipe**. Editora Trieste, 2006. Escala 1:250.000. Disponível em: www.emdagro.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid.: > Acesso em: 25 maio 2015.

ESTÂNCIA. Prefeitura Municipal de Estância. Secretaria Municipal de Finanças. **Informações sobre Royalties**. Estância, 2015.

ESTÂNCIA. Prefeitura Municipal de Estância. Secretaria Municipal de Assistência Social de Estância. **Programa Bolsa Família (PBF)**. Estância, 2012.

FEIJÓ, C.; CARVALHO, P. G. M. Uma interpretação sobre a evolução da produtividade industrial no Brasil nos anos noventa e as “leis” de Kaldor. **Nova Economia**, v. 12, n. 21, 2002, p. 57-79

FEITOSA, Cid Olival. **As Transformações Recentes da Economia Sergipana: 1970–2005**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)- Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; GUILLÉN, Osmani Teixeira de Carvalho. Estrutura competitiva, produtividade industrial e liberalização comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Economia (RBE)**. Rio de Janeiro, RJ, 58(4):507-532, out/dez 2004.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; GUILLÉN, Osmani Teixeira de Carvalho. Estrutura competitiva, produtividade industrial e liberalização comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Economia (RBE)**. Rio de Janeiro, RJ. 58(4):507-532 out/dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v58n4/a03v58n4.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

FILGUEIRAS, Luiz; OLIVEIRA, Elizabeth. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17., 2012. **Anais...** A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro. 2012.

FRANÇA, Vera Lucia Alves; GRAÇA, Rogério Freire. **Vamos Conhecer Estância – Estância: Prefeitura Municipal**, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização econômica e vulnerabilidade externa**. Seminário “Economia Global, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável”, Colégio do Brasil e Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, RJ. 1998. Disponível em:< <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/globalizacaoeconomica.pdf>.> Acesso em: 25 maio 2015.

GUERREIRO, Ian Ramalho. **A recente política industrial brasileira: Política de Desenvolvimento Produtivo e Plano Brasil Maior**. Sociedade de Economia Política. XVIII Encontro de Economia Política. Rio de Janeiro, RJ. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo agropecuário**, 2006. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/censoagropecuario/2006> . .> Acesso em: 25 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm/> > Acesso em: 25 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Contas Regionais**. 2002-2012. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/contasregionais/2002/2012> .> Acesso em: 25 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2002-2012. Disponível em:<
<http://www.ibge.gov.br/produçãogracolamunicipal/2002/2012> .> Acesso em: 25 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios** 202-2012. Disponível em:<
<http://www.ibge.gov.br/pibnovaloradicadobruto/2002/2012> .> Acesso em: 25 maio 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília : Ipea, 2010.

KUPFER, David. **A indústria brasileira após 10 anos de liberalização econômica**. GIC/IE/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2003. Disponível em
http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/a_industria_brasileira_apos_10_anos_de_liberalizacao_com. Acesso em: 25 maio 2015.

KUPFER, David. **Trajetórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização**. Tese (Doutorado). 185f. Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MANCIO, Daniel; MOREIRA, Renata Couto. A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17, Desenvolvimento e Meio Ambiente: A Crítica da Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. v. 1. p. 1-25.

MATOS, Elmer Nascimento; **A Indústria de suco de laranja concentrado congelado: Sergipe no contexto nacional**. 191f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, outubro,1994.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. Os ciclos de crescimento e o desenvolvimento. **Jornal da Cidade**, em 28 set. 2014. Disponível em:
<http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com>. Acesso em: 25 maio 2015.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. **Economia Sergipana Contemporânea (1970-2010)** São Cristovão: Editora UFS, Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. 400 p.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; NASCIMENTO, Elmer Matos; SANTOS, Verlane Aragão. **Diagnóstico da cadeia têxtil**: confecções de Sergipe, outubro de 2002.

MUNIZ, Suely. Investimento recente, capacitação tecnológica e competitividade. **São Paulo em perspectiva**. 14(3). São Paulo, SP. 2000.

NASCIMENTO, Érica Patente; NASCIMENTO, Carlos Alves do. Restrição externa, dependência de commodities primárias e IDE no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL

DE ECONOMIA POLÍTICA, 17., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SEP, 2012. v. 1. p 1-1.

NASCIMENTO, Fábio Antônio do. **Análise setorial e regional da indústria sergipana incentivada: 1996-2006.** 2008. Trabalho de Conclusão Curso. (Graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2008.

OLIVA, Aloízio Mercadante. **As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010).** 537f. Tese. (Doutorado)- Unicamp. Campinas, SP, 2010.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. **Revista NECAT**, Florianópolis, SC, Ano 3, n. 5 jan-jun 2014. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/3120/4061>. Acesso em 25 maio 2015.

PASSOS SUBRINHO, J. M. **História Econômica de Sergipe (1850 - 1930).** Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

PASSOS SUBRINHO, J. M. **Reordenamento do Trabalho:** trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. A terceira agenda: por um novo despertar. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org). **Brasil: visão de país e impulso à competitividade, para avançar na rota do desenvolvimento e viabilizar o aproveitamento de grandes oportunidades.** Rio de Janeiro, RJ: José Olimpo. 2012.

POCHMAN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (BRASIL) PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010/2013.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf/> Acesso em: 25 maio 2015.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Acelera%C3%A7%C3%A3o_do_Crescimento/ Acesso em: 25 maio 2015.

RIBEIRO, Ulisses Pereira. **Política Industrial e desenvolvimento Regional: O caso de Sergipe no período de 1995 a 2002.** Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2005.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na Trama da História: O movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935.** Aracaju, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller. 1999.

SANTANA, José Ricardo de. Respostas aos desafios da economia brasileira nos anos 1990: o caso do setor varejista. In: MELO, Ricardo Lacerda de; HANSEN, Dean Lee (Orgs.). **Desenvolvimento regional e local**: novas e velhas questões. São Cristóvão, SE: Editora UFS. 2007.

SANTOS, Marcelo Alves dos. **Análise Geoambiental do Município Costeiro de Estância (SE)**. São Cristóvão, SE. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, RJ: Best Bolso. 2011.

SICSÚ, Abraham Benzaquem. **Evolução do paradigma tecnológico industrial e novas formas de apoio às organizações industriais**. In: _____ Inovação e região. Universidade Católica de Pernambuco (UNIPAP). Recife, PE, 2000.

SICSÚ, João. Emprego, juros e câmbio: **Finanças globais e desemprego**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.

SILVA, Antonio Alves da. **Incentivos Públicos e Industrialização em 1994 - 2004** 2001. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SILVA, Tânia Elias Magno da. A Cidade e a Vila: Formação dos Municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhý. **Geonordeste**, ano II, n. 1, 1985, p. 32-45.

SPENCE, Michael. **Os desafios econômicos do futuro da economia**: O crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Desenvolvimento no Brasil: relembando um velho tema. In: BIELCHOWSKY, Ricardo & MUSSI, Carlos. **Políticas para a retomada do crescimento**: reflexões de economistas brasileiros. IPEA/CEPAL. Brasília, DF. 2002. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1558/S338981B587_pt.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 maio 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma**: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Textos para discussão 06. Instituto de Economia UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2012. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2012/IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf. Acesso em 25 maio 2015.

TEXEIRA, Rodrigo, Alves; PINTO; Eduardo Costa, **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma**: Dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. 2012. Disponível em:

<file:///C:/Users/Win7/Downloads/10%20Economia%20e%20Sociedade%20Especial%20Artigo%208.pdf>. Acesso em: acesso dia 25 maio 2015.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. **Repasse de Royalties de Estância**. (2007–2013). Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>.> Acesso em: 25 maio 2015.

UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT), Sergipe Panorâmico. **Organização de Jouberto Uchôa de Mendonça e Maria Lúcia Marques Cruz e Silva**. 2. ed. Aracaju: UNIT, 2009.

VELLOSO, Raul; MATTOS, César; MENDES, Marcos; FREITAS, Paulo Springer de. O que é produtividade e como conseguir o seu incremento? In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Brasil**: visão de país e impulso à competitividade, para avançar na rota do desenvolvimento e viabilizar o aproveitamento de grandes oportunidades. Rio de Janeiro, RJ: José Olimpo, 2012.